

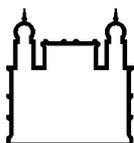
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde

O "CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES" E SEU PÚBLICO: UM  
ESTUDO DOS USOS DE UM MATERIAL EDUCATIVO SOBRE  
TERRITÓRIO, SAÚDE E AMBIENTE

ANA PAULA RODRIGUES CAVALCANTE DE PAIVA

Rio de Janeiro  
Maio de 2017



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

## **INSTITUTO OSWALDO CRUZ**

### **Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde**

**ANA PAULA RODRIGUES CAVALCANTE DE PAIVA**

O "Caderno de Práticas e Soluções" e seu público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente

Dissertação apresentada ao Instituto Oswaldo Cruz  
como parte dos requisitos para obtenção do título de  
Mestre em Ciências

**Orientadora:** Profa. Dra. Eliane Portes Vargas

**RIO DE JANEIRO**

Maio de 2017

Cavalcante-de-Paiva, Ana Paula Rodrigues .

O "Caderno de Práticas e Soluções" e seu público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente / Ana Paula Rodrigues Cavalcante-de-Paiva. - Rio de Janeiro, 2017.

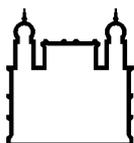
137 f.

Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, 2017.

Orientadora: Eliane Portes Vargas.

Bibliografia: f. 111-119

1. materiais educativos e de divulgação. 2. promoção da saúde. 3. participação comunitária. 4. sujeito. 5. território. I. Título.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

## **INSTITUTO OSWALDO CRUZ**

**Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde**

***ANA PAULA RODRIGUES CAVALCANTE DE PAIVA***

**O "CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES" E SEU PÚBLICO: UM ESTUDO DOS  
USOS DE UM MATERIAL EDUCATIVO SOBRE TERRITÓRIO, SAÚDE E  
AMBIENTE**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Eliane Portes Vargas**

**Aprovada em 05/05/2017**

### **Examinadoras**

Profa. Dra. Isabela Cabral Félix de Sousa - Presidente - EPSJV/Fiocruz

Profa. Dra. Denise Figueira de Oliveira - IFRJ

Profa. Dra. Marly Marques da Cruz - ENSP/Fiocruz

Profa. Dra. Lucia Rodriguez de La Rocque - IOC/Fiocruz

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2017

*Aos homens da minha vida:*

*Eduardo, Vitor e Davi.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Autor da Vida e da minha Fé.

Ao Eduardo Paiva pelo apoio, tranquilidade, segurança e sabedoria na solução dos desafios.

Aos meus familiares e amigos.

À minha comunidade de fé, Igreja Presbiteriana do Recreio.

Aos Mestres queridos que, em diferentes momentos e formas, me orientaram para a academia e para a vida: Olga Tavares, Andrea César, Suse Barbosa, Wilson Savino, Iára Cedraz e Luciana Sepúlveda.

À minha querida orientadora Eliane Vargas, que foi para mim um instrumento de Deus para tornar esse sonho em realidade.

Aos meus entrevistados que apelidei de: Sérgio, Josefa, Regina, Silvana e Carla por terem me presenteado com seus tempos e suas histórias.

Às pesquisadoras Isabela Félix e Lucía de La Roque, pelas contribuições desde o Seminário Discente e Lúcia também pela revisão.

Às pesquisadoras Denise Figueira e Marly Cruz, pelas contribuições na defesa.

À Leila Rodrigues, por sua amizade e revisão ortográfica.

À Coordenadora do Programa - Lúcia de La Roque - por conduzir a PPGEBS para os alunos.

Ao Isac Macêdo, pela tranquilidade transmitida ao saber que minha orientadora seria a Lili.

Ao Jeimis Castro e Roberta De Cicco, pelas experiências trocadas e companheirismo.

Aos demais colegas do mestrado e doutorado PPGEBS, pelas disciplinas, alegrias e preocupações partilhadas.

À Cristiani Leal e Sheila dos Santos, pela agradável companhia no ENPEC.

Aos servidores da Fiocruz que me antecederam e conquistaram o direito à licença para o Mestrado, a dedicação integral foi imprescindível para mim.

Ao coordenador do CFMA, Gilson Silva, que me liberou para este estudo, me acolheu no CFMA e me deu o projeto Caderno.

À amiga Andrea Vanini, por acreditar no meu potencial e ser tão presente.

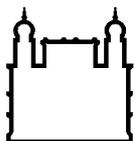
Às amigas Cláudia Picanço, Elaine Imenes, Kamila Mynssen, Lúcia Santana, Mayra Cabral e Renata Moysés, pelo apoio, torcida e por fazerem do CFMA um lugar especial.

Ao Vitor Pimenta e Beatriz Freitas pelo companheirismo na construção do Caderno.

Ao Luis Carlos Madeira e Renato Dória, pelas referências do CFMA e Jacarepaguá.

"E a educação sempre tem a ver com uma vida que está mais além da nossa própria vida, com um tempo que está mais além de nosso próprio tempo, com um mundo que está mais além de nosso próprio mundo, ... e como não gostamos desta vida, nem deste tempo, nem deste mundo, queríamos que os novos, os que vêm à vida, ao tempo e ao mundo, os que recebem de nós a vida, o tempo e o mundo, os que viverão uma vida que não será a nossa e em um tempo que não será o nosso e em um mundo que não será o nosso, porém uma vida, um tempo e um mundo que, de alguma maneira, nós lidamos... queríamos que os novos pudessem viver uma vida digna, um tempo digno, um mundo em que não dê vergonha viver."

Jorge Larrosa



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

## INSITUTO OSWALDO CRUZ

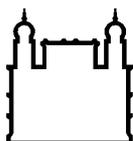
### O "Caderno de Práticas e Soluções" e seu Público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente.

Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva

#### RESUMO

A produção de materiais educativos tem sido considerada pertinente em abordagens relacionadas a várias temáticas do ensino em ciências e/ou em saúde e ambiente, sobretudo quanto aos aspectos relacionados às etapas de seu desenvolvimento e o processo participativo que as caracterizam. Tendo em vista a literatura produzida sobre materiais educativos, este estudo parte do pressuposto, de haver uma maior possibilidade de adesão dos indivíduos aos materiais e ferramentas educativas a eles dirigidos, quando seu desenvolvimento resulta em produções que incorporam a visão do público ao qual se destina. Este é o caso do Caderno de Práticas e Soluções (CPS), um material educativo diferenciado por sua elaboração participativa e por apresentar práticas e soluções para questões relacionadas ao território, saúde e ambiente visando promover a qualidade de vida. Neste estudo, procurou-se descrever o desenvolvimento do CPS e analisar os usos a partir dos sujeitos aos quais se destinou - população adulta da Baixada de Jacarepaguá, que mora próxima do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA-RJ), visando compreender os sentidos a ele atribuídos. Para tanto, a abordagem qualitativa na perspectiva socioantropológica norteou o estudo; as técnicas utilizadas foram: análise de documentos, levantamento de bibliografia, observação e entrevistas. A leitura minuciosa das entrevistas permitiu definir dois eixos temáticos centrais no estudo: (1) os sujeitos e suas percepções sobre o território; (2) os usos do Caderno: a visão dos sujeitos. Eles perceberam que o território era o local de moradia, vem passando por transformações, aumentou o número de moradores e relataram os problemas. Sobre os usos do CPS, observou-se: facilitador da experiência de aprendizado, proporcionando informação; facilitador de experiências que envolveram mudança e/ou enriquecimento nos sentidos perceptivo, afetivo ou de habilidades e atitudes; o CPS foi lido e distribuído aos interessados no seu conteúdo; o fator tempo, foi importante para a concretização ou não das práticas. Neste estudo, evidenciou-se que um material educativo como o CPS, construído de forma participativa, se mostrou um recurso valioso que contribuiu com o desenvolvimento de habilidades e consciência crítica dos sujeitos, participação da vida em sociedade e intervenção sobre algumas das suas realidades. No contexto da promoção da saúde, foram observados limites relacionados à realidade política, social e econômica em um território tão desigual como a Baixada de Jacarepaguá. Apesar dos limites, a construção coletiva e os usos dos ME, apontam para a necessidade de trabalhar em várias frentes integradas a fim de promover a saúde dos sujeitos.

**Palavras-chave:** materiais educativos e de divulgação; promoção da saúde; participação comunitária; sujeito; território; conhecimentos, atitudes e prática em saúde.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

## **INSITUTO OSWALDO CRUZ**

### **O "Caderno de Práticas e Soluções" e seu Público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente.**

Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva

#### **ABSTRACT**

The production of educational materials has been considered pertinent in approaches related to several themes of education, in sciences and/or in health and environment, especially regarding the aspects related to the stages of their development and the participatory process that characterizes them. Taking into consideration the literature produced on educational materials, that there is a greater possibility of individuals joining the educational materials and tools addressed to them, when their development results in productions that incorporate the vision of the audience which it is intended to. This is the case of Practices and Solutions Cookbook (CPS), an educational material differentiated by its participatory way of elaboration and by presenting practices and solutions for issues related to the territory, health and environment aiming to promote the quality of life. In this study, we sought to describe the development of CPS and analyze uses from the subjects who were the public - the adult population of the Jacarepaguá's Baixada, who lives near the Fiocruz Mata Atlântica Campus (CFMA-RJ), in order to understand the meanings attributed to them. Therefore, the qualitative approach in the socio-anthropological perspective guided the study; the techniques used were: document analysis, survey of bibliography, observation and interviews. A thorough reading of the interviews allowed us to define two central themes in the study (1) the subjects and their perceptions about the territory; (2) the uses of Cookbook: the view of the subjects. They realized that the territory was the place of dwelling, has undergone transformations, increase in the number of inhabitants and reported problems. Regarding the uses of the CPS, it was observed: facilitator of the learning experience, providing information; facilitator of experiences involving change and/or enrichment in the perceptive senses, affective or skills and attitudes; the CPS was read and distributed for those interested in its content; the time factor, was important for the accomplishment or not of the practices. In this study, it was evidenced that educational material such as CPS, built in a participatory manner, proved to be a valuable resource which contributed to the development of skills and critical awareness of subjects, participation of life in society and intervention on some of their realities. In the context of health promotion, limits related to political, social and economic reality were observed in such an unequal territory as the Jacarepaguá's Baixada. Despite the limits, the collective construction and the uses of the ME, point to the need to work on several integrated fronts in order to promote the health of the subjects.

**Key words:** educational and promotional materials; health promotion, consumer participation; subject; territory; health knowledge, attitudes, practice.

## Sumário

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>XII</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 APRESENTAÇÃO.....	3
1.2 PRESSUPOSTOS DO ESTUDO.....	5
1.3 CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA .....	5
1.4 OBJETIVOS.....	6
GERAL .....	6
ESPECÍFICOS.....	6
<b>2 OS MATERIAIS EDUCATIVOS E SEUS PÚBLICOS: UM PANORAMA A PARTIR DA LITERATURA SOBRE O TEMA .....</b>	<b>7</b>
<b>3 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>15</b>
3.1 PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	19
3.2 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E ESPAÇO .....	25
3.3 OS MATERIAIS EDUCATIVOS E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS.....	26
3.4 ABORDAGEM EDUCATIVA: A CONCEPÇÃO INTERACIONISTA DA EDUCAÇÃO E O SUJEITO.....	29
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
4.1 METODOLOGIA QUALITATIVA .....	33
4.1.1 GRUPO DO ESTUDO .....	34
4.1.2 ETAPAS DO TRABALHO DE CAMPO .....	34
4.1.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS .....	37
4.2 DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA .....	38
4.2.1 A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ: UM TERRITÓRIO QUE ABRIGA MUITOS BAIROS.....	38
4.2.2 JACAREPAGUÁ: UM BAIRRO QUE ABRIGA A ANTIGA COLÔNIA JULIANO MOREIRA, O CAMPUS FIOCRUZ MATA ATLÂNTICA E PARTE DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA .....	43
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>58</b>
5.1 DESENVOLVIMENTO DO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES - ETAPA QUE PRECEDEU À PESQUISA .....	59
5.1.1 O INÍCIO DO PROJETO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES.....	62

<b>5.1.2</b>	<b>OS ENCONTROS CONVERSACIONAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>5.1.3</b>	<b>REUNIÕES DE GESTÃO DO PROJETO.....</b>	<b>79</b>
<b>5.1.4</b>	<b>VISITAS TÉCNICAS E ENTREVISTAS.....</b>	<b>82</b>
<b>5.1.5</b>	<b>OFICINAS E LANÇAMENTO DO CADERNO.....</b>	<b>85</b>
<b>5.1.6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CADERNO.....</b>	<b>87</b>
<b>5.2</b>	<b>AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS E OS USOS DO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES.....</b>	<b>89</b>
<b>5.2.1</b>	<b>OS SUJEITOS E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO.....</b>	<b>89</b>
<b>5.2.2</b>	<b>OS USOS DO CADERNO: A VISÃO DOS SUJEITOS.....</b>	<b>95</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>120</b>
	<b>ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>124</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Abr	abril
CCC	Construção Compartilhada do Conhecimento
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgoto
CEPEL	Centro de Pesquisa em Energia Elétrica
CFMA	Campus Fiocruz Mata Atlântica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CJM	Colônia Juliano Moreira
CPS	Caderno de Práticas e Soluções
cont.	Continuação
DF	Distrito Federal
EC	Encontro Conversacional
ex.	Exemplo
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
FE	Faculdade de Educação
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
ITS	Instituto de Tecnologia Social
JPA	Jacarepaguá
Mar	março
p.	página
PDCFMA	Plano Diretor do Campus Fiocruz Mata Atlântica
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PEU	Projeto de Estruturação Urbana
PICFMA	Programa de Implantação do Campus Fiocruz da Mata Atlântica
pos.	Posição

PPGEBS	Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde
PPGE	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação
RA	Região Administrativa
RJ	Rio de Janeiro
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TS	Tecnologias Sociais
UnB	Universidade de Brasília

# 1 INTRODUÇÃO

A produção de materiais educativos tem sido considerada em relação a várias temáticas no campo da saúde, sobretudo quanto aos aspectos relacionados às etapas de seu desenvolvimento, sendo apontada também a necessidade de estudos que reúnam um maior conhecimento sobre suas apropriações e uso pelo público específico. Numa perspectiva mais abrangente, deveria contemplar o ciclo completo da produção social dos sentidos: produção, circulação e apropriação (ARAÚJO, 2006). Esta dissertação situa-se em meio a tal discussão de produção/apropriação de material educativo a partir da experiência com o desenvolvimento, produção e distribuição do Caderno de Práticas e Soluções: uma construção coletiva para a promoção da saúde (PAIVA, 2014).

Em Vargas e Monteiro, (2006) fica clara a importância para a área da saúde coletiva de se refletir sobre as repercussões do uso dos materiais junto à população-alvo da ação, podendo trazer novas perspectivas. Igualmente na área de Ensino em Ciências, tal esforço poderia contribuir para uma maior reflexão sobre a prática acerca do desenvolvimento de materiais, especialmente no que se refere ao retorno (feedback) do público ao qual se destinam, visando assegurar que os esforços empenhados foram eficazes para atingir os objetivos traçados. No caso específico do Caderno de Práticas e Soluções (CPS – Campus Mata Atlântica/Fiocruz-RJ), almeja-se que seja realmente um material de interesse do público, garantindo a efetividade destes produtos produzidos, tornando-se, portanto, um desafio decidir como melhor alcançar o público tendo em vista que ele recebe diversos tipos de informações por diversas mídias (FIELD; POWELL, 2001). Estes autores também consideram que o desafio da “área” de “public understanding of science” – compreensão pública da ciência - é conceber e implementar métodos eficientes de explicar a investigação em curso para o leigo de modo a atrair, prender sua atenção e encontrar canais de comunicação, que sejam de fácil acesso para este público. O uso do termo "público alvo", de acordo com estudos da área tem sido comum no contexto das práticas educativas/preventivas segundo Vargas e Monteiro (2006). Estas autoras apontam haver pouca reflexão teórica acerca desta tradicional classificação dos materiais e, a partir de uma perspectiva crítica, denunciam que uma ideia de comunicação linear e unidirecional subjaz ao uso do termo. O presente estudo valoriza uma atitude ativa dos sujeitos envolvidos na ação educativa e, portanto, o emprego do termo ‘público’ no contexto da pesquisa tem por objetivo informar "grupo populacional para o qual são enunciadas as mensagens presentes nos recursos

educativos" (VARGAS; MONTEIRO, 2006, p.150), sem com isso descaracterizar o caráter reflexivo atribuído aos sujeitos no processo educativo/comunicativo.

Este estudo, resultado do Curso de Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde, pretende focalizar os usos do Caderno de Práticas e Soluções junto ao seu público-moradores de Jacarepaguá, cujos resultados poderão se somar aos já apontados na literatura específica, de modo a contribuir para a produção deste campo de estudo.

No que se refere à apresentação e normas, esta dissertação teve por referência as recomendações de Dib e Silva (2012). A descrição das seções iniciais foi inspirada pelas formulações teóricas de Creswell (2007) sobre elaboração de projetos e desenvolvimento de pesquisa, cujos argumentos sustentam que uma vez ter sido a estrutura elucidada, pode ser facilmente identificada pelo leitor, sendo popularmente usado nas ciências sociais. Este modelo de estrutura, baseado na identificação inicial do problema de pesquisa, inclui a revisão de literatura onde indicam-se lacunas na mesma e sugere-se: como o estudo vai contribuir nesta direção, a identificação do público que se beneficiará do estudo e apresenta os objetivos da pesquisa. Portanto, e com base nestas indicações gerais, esta pesquisa será apresentada em seis seções: 1) Introdução; 2) Os Materiais Educativos e seus Públicos: Um Panorama a partir da Literatura sobre o Tema; 3) Referenciais Teórico-Methodológicos; 4) Caracterização da Pesquisa; 5) Apresentação dos Resultados e Discussões; 6) Considerações Finais.

Passo a relatar brevemente minha inserção neste campo de atuação, descrevendo a seguir um pouco da trajetória profissional para contextualizar o processo de construção do meu objeto de pesquisa, iniciado anteriormente ao ingresso no PPGEBS/IOC/FIOCRUZ.

## 1.1 APRESENTAÇÃO

Recém-formada em Biociências pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, ingressei na Fiocruz por seu primeiro concurso público para nível superior (1998) na Unidade de BioManguinhos (Bio), onde permaneci até 2004, quando fui transferida para Brasília. Dentre as atividades desenvolvidas em Bio encontram-se: ministrar "treinamentos" e palestras para os operadores de 'salas limpas', pessoas envolvidas diretamente na produção de vacinas. A última palestra ministrada foi "Introdução à Imunologia" cuja preparação consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica, onde li alguns artigos que relacionavam a necessidade de vacinação aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que não investiram em saneamento básico e também relacionavam as campanhas de vacinação aos interesses médicos e da indústria farmacêutica. Ao me deparar com estes textos, pude perceber uma realidade, em que, ingenuamente, não havia atentado ainda: o jogo de interesses que se sobrepunham às demandas sociais. Desde então, questiono a efetividade das ações de instituições públicas, em especial o da Fiocruz, na promoção da saúde da população e minha participação como servidora pública. Um dos questionamentos que faço é se seria realmente necessário investir em tantas tecnologias caras como a produção de vacinas, quando parte da população, para quem estas vacinas se destinam, não possui as necessidades básicas como o saneamento supridas.

Com a transferência para Brasília, onde residi por sete anos, tive a oportunidade de mudar completamente de área, anteriormente restrita ao ambiente de laboratório passei a trabalhar com projetos denominados de educação não formal. Nesta nova etapa, enviei um primeiro trabalho à IV Bienal de Pesquisa da Fiocruz, 2004, intitulado: Fórum Ciência e Sociedade: Por que eles vieram? O que eles querem? Análise do perfil e das expectativas dos jovens que participaram do Fórum Ciência e Sociedade; assim teve início a minha preocupação com o público. Diante deste novo campo de atuação profissional, procurei capacitação, me aproximando da Psicologia e da Educação na Universidade de Brasília, onde cursei diversas disciplinas da Pós-Graduação Stricto Sensu, além do interesse no Mestrado Acadêmico que cheguei a ingressar na Faculdade de Educação (PPGE/FE). Destaco algumas disciplinas que muito contribuíram para refletir e compor o meu arcabouço teórico que trouxe para este mestrado do PPGEBS e algumas para o presente texto: Teoria das Representações

Sociais, Aprendizagem e Desenvolvimento, Espaços de Cinema: Natureza e Cultura em Imagens e Sons, Atividades Programadas em Escola Aprendizagem e Trabalho Pedagógico.

Por questões pessoais, retornei ao Rio de Janeiro, onde desde 2011, integro a equipe multidisciplinar do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA) em Jacarepaguá, na antiga Colônia Juliano Moreira. O Campus é situado em uma área de fronteira entre uma unidade de conservação ambiental e uma área de forte expansão urbana, formal e informal, da cidade do Rio de Janeiro. Diante do contexto regional de Jacarepaguá caracterizado por iniquidades, o CFMA busca elevar a qualidade de vida da população local e contribuir para compor um equilíbrio sustentável e saudável entre a ocupação humana e o ambiente, tanto natural quanto urbano (FIOCRUZ, 2016). No momento em que cheguei, a equipe do Campus passava por um intenso movimento de elaboração de projetos para submeter ao Edital da Cooperação Social/Fundação Oswaldo Cruz, que financiaria projetos de Tecnologias Sociais (TS). A pedido do Coordenador do CFMA, integrei um grupo de trabalho que elaborou um projeto para, entre outros objetivos, desenvolver um material com características de "Cookbook", que segundo o coordenador, deveria reunir e sistematizar as Tecnologias Sociais (TS) praticadas pela população vizinha ao Campus, evidenciadas ao longo da experiência acumulada na relação do CFMA com a população. O projeto foi aprovado e o "Cookbook" se tornou Caderno de Práticas e Soluções (CPS)<sup>1</sup>, cuja construção abordarei na seção 5.1. Em fevereiro de 2014, o material ficou pronto e foram impressos 1000 exemplares. Os mesmos parceiros que participaram de sua construção auxiliaram na distribuição por suas comunidades e/ou representações, além da distribuição nas localidades próximas ao CFMA. A distribuição de todos os exemplares e posterior análise com seu público, foram os compromissos assumidos após a conclusão do projeto, tendo em vista que o material foi desenvolvido com recursos públicos. Aliado a estes aspectos e considerando que um dos pilares do conceito de TS (ITS, 2004), é a apropriação da tecnologia, instiga-me, sobretudo, perguntar como o público se apropriou de suas tecnologias/práticas, questão que pretende ser desenvolvida nesta dissertação.

Vale ressaltar, que esta dissertação não se propõe a avaliar o desenvolvimento do material em todas as suas etapas, não se configurando como um estudo avaliativo, ainda que dialogue com eles. A descrição do processo de desenvolvimento do CPS (item 5.1), que precede à realização desta pesquisa, é relevante como registro e fonte de informação na

---

<sup>1</sup> O CPS também está em formato pdf disponível para baixar (download) no portal da Fiocruz: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/caderno-de-praticas-e-solucoes>

contextualização do tema em análise e para subsidiar a reflexão sobre a apropriação deste material pelos sujeitos aos quais foram direcionados.

## 1.2 PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

Tendo em vista a literatura produzida sobre materiais educativos (CAVALCANTE DE PAIVA; VARGAS, 2015), este estudo tem por pressuposto haver uma maior possibilidade de adesão dos indivíduos aos materiais e ferramentas educativas a eles dirigidos, quando seu desenvolvimento resulta em produções que incorporam a visão do público ao qual se destina. Acredito ser este o caso do Caderno de Práticas e Soluções (CPS), uma Tecnologia Social que, por definição, valoriza o diálogo entre diferentes atores envolvidos, especialmente entre os sujeitos participantes de sua concepção.

Se o material educativo em questão, possui algum significado para os indivíduos que o receberam, então haverá uma abertura de possibilidades para seguir aprofundando no campo de uma construção teórica (GONZÁLEZ REY; 2005a), que vai refletir sobre a qualidade, adequação e apropriação das informações divulgadas no material elaborado (Caderno de Práticas e Soluções) verificando a efetividade na construção de conhecimento transformador para a defesa da saúde (PIMENTA; SILVA LEANDRO; SCHALL, 2006) e da qualidade de vida.

## 1.3 CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA

A importância da participação dos grupos sociais durante a produção de materiais educativos é considerada por muitos autores (LUZ et al, 2003; KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005; FREITAS; CABRAL, 2008; PIMENTA et al, 2008; KELLY-SANTOS et al, 2009; TORAL et al, 2009; KELLY-SANTOS et al, 2010 e SOUZA et al, 2015). Em alguns dos artigos analisados no panorama que será apresentado na seção 2 (CASTRO et al, 2007; KELLY-SANTOS et al, 2009; MANO et al, 2009; TORAL et al, 2009; SANTOS et al, 2012; KAWAMOTO; CAMPOS, 2014; MATOS; STELKO-PEREIRA, 2015; SOUZA et al, 2015; SOBRINHO-SANTOS et al, 2015), os autores promoveram a participação do público na análise dos materiais, todavia, em nenhuma destas pesquisas, foi contemplado o ciclo da produção social dos sentidos: produção, circulação e apropriação (ARAÚJO, 2006) pelo público alvo da ação educativa.

No caso do CPS, diversas dinâmicas (seção 5) oportunizaram uma participação efetiva e a circulação de saberes sobre a promoção à saúde e o desenvolvimento de um material educativo; contudo, somente um retorno a alguns dos sujeitos que participaram da construção, pôde apontar como ocorreu a apropriação do material. Portanto, a experiência de participação na elaboração do Caderno motivou o desenvolvimento desta pesquisa, fazendo-se necessária uma reflexão que visa apontar as questões envolvidas e problematizar a produção de materiais considerando as distâncias entre a linguagem científica e a popular, bem como as relações entre os **saberes e o fazer**. Assim, esta pesquisa parte da seguinte indagação: Como ocorre a apropriação do Caderno pelo público ao qual se destinou?

## 1.4 OBJETIVOS

### GERAL

Analisar aspectos relacionados aos usos do material intitulado Caderno de Práticas e Soluções (CPS/CFMA) junto ao seu público, visando compreender os sentidos a ele atribuídos.

### ESPECÍFICOS

- 1) Descrever o desenvolvimento do conteúdo do material (CPS), identificando os aspectos diferenciais do processo que antecedeu esta pesquisa.
- 2) Compreender os usos do CPS, analisando os elementos envolvidos na percepção do material pelo público alvo, que participou do seu desenvolvimento.

## **2 OS MATERIAIS EDUCATIVOS E SEUS PÚBLICOS: UM PANORAMA A PARTIR DA LITERATURA SOBRE O TEMA <sup>2</sup>**

Visando o delineamento da pesquisa, um passo importante é o levantamento da literatura que versa sobre o tema para apoiar os argumentos que a sustentam. Assim, procurei, em uma primeira etapa, investigar o que tem sido produzido de conhecimento e análises/avaliações sobre materiais educativos. Ressalto que foram considerados os diversos tipos de materiais com seus variados suportes, como os jogos e os materiais de divulgação: cartazes, cartilhas, folders, panfletos, livretos. Estes materiais de divulgação são também considerados educativos, pois fazem parte da mediação entre os profissionais de saúde e a população no espaço dos serviços de saúde, sendo utilizados na transmissão de informações e na promoção de mudanças de comportamentos junto à população (MONTEIRO; VARGAS, 2006).

A partir desta revisão bibliográfica, tive subsídios para a elaboração do projeto de dissertação e autores para referendar algumas seções deste texto. A sistematização desta revisão foi apresentada no X ENPEC (CAVALCANTE DE PAIVA; VARGAS, 2015) e passo a descrever o panorama resultante da investigação, onde busquei compreender a natureza das pesquisas nacionais realizadas com os materiais educativos e seus públicos. Este objetivo foi alcançado pelo levantamento bibliográfico na base eletrônica SciELO-Brasil (Scientific Electronic Library Online), portal de revistas nacionais que organiza e publica textos completos. Para definir quais artigos comporiam este panorama, assumi como critério seletivo que os mesmos deveriam contribuir para responder aos seguintes questionamentos: Quais tipos de materiais têm sido analisados? Quais temáticas estes materiais abordam? Eles foram produzidos para qual público? Qual o contexto de uso destes materiais? Sob quais aspectos metodológicos as análises foram realizadas? As análises foram realizadas por quais sujeitos?

O panorama proposto assemelha-se ao percurso de uma revisão de literatura devido seu caráter inventariante e descritivo (FERREIRA, 2002). Para Creswell (2007), a literatura revisada é útil, situando o problema a ser pesquisado na introdução de um dado estudo e existem diversas formas de fazer, mas a sistemática para apreender, avaliar e resumir, é a mais

---

<sup>2</sup> Este capítulo apresenta uma versão ampliada do trabalho - CAVALCANTE DE PAIVA, A. P. R.; VARGAS, E. P. Os Materiais Educativos e seus públicos: um panorama a partir da literatura sobre o tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10, 2015, Águas de Lindóia. *Anais Eletrônicos*. São Paulo: ENPEC, 2016. Submetido em forma de artigo - CAVALCANTE DE PAIVA, A. P.R.; VARGAS, E. P. Material Educativo e seu público: um panorama a partir da literatura sobre o tema. *Praxis*, Volta Redonda. No prelo.

utilizada pelos acadêmicos e foi empregada neste estudo. Nesta direção, na metodologia adotada, o levantamento e a caracterização dos artigos foram orientados de acordo com os procedimentos descritos por Creswell (2007) de modo a responder os questionamentos apresentados anteriormente. A escolha da base SciELO-Brasil deu-se com vistas a obter um panorama do conjunto de artigos publicados sobre a temática observando a realidade brasileira. O levantamento foi desenvolvido em três fases descritas a seguir.

a) Definição dos descritores - Foram realizadas buscas sucessivas com os descritores 'materiais', 'educativos' e 'didáticos' aplicados ao campo 'Todos os índices' visando ampliar a identificação dos artigos relacionados às perguntas do estudo. Com o descritor 'materiais' obteve-se 5.537 resultados que combinado à palavra 'educativos' o número se restringiu a 34. Uma nova busca usou as palavras 'materiais' e 'didáticos' resultando em 54 artigos, que corresponde ao número final de artigos analisados e esta busca continha todos os 34 artigos da primeira. O ano das publicações não foi delimitado na busca.

b) Seleção dos artigos - Procedeu-se a uma leitura de todos os títulos e resumos dos 54 artigos identificados dentre os quais alguns apresentaram dúvida quanto à sua pertinência em relação ao objeto do estudo, sendo necessária uma leitura complementar dos objetivos e/ou do artigo completo para proceder à sua inclusão no corpus analisado. Com base nas questões apresentadas anteriormente, foram selecionados para a classificação e nova análise 19 artigos, sendo excluídos os de relato de experiência e artigos de revisão (CRESWELL, 2007). Estas exclusões deram-se pelo fato de que os relatos não respondiam aos questionamentos levantados, pois não realizavam análises sobre as experiências, uma vez que se apresentavam muito descritivas; as revisões, por sua vez, apresentavam artigos que já haviam sido citados, além disso, havia o empenho em identificar trabalhos que focalizavam os sujeitos da ação educativa relacionada ao uso dos materiais como uma questão problematizadora de interesse para o estudo.

c) Classificação - Os 19 artigos selecionados foram lidos na íntegra e, partir deste procedimento, foi realizada uma espécie de ficha catalográfica por unidade contendo as seguintes características: Título, Autores, Problema de Pesquisa, Objetivos, Referenciais Teóricos, Metodologia e Conclusão. Muitos destes artigos não apresentaram explicitamente estas indicações, mas este percurso tentativo e sistemático de classificação permitiu a identificação dos caminhos percorridos nas pesquisas e a extração do maior número possível de informações para a classificação dos artigos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos Artigos Analisados da base Scielo (2003-2015)

Autores dos Artigos	Tipos de Materiais Analisados	Área Temática	Público	Locais/ de Uso	Formas	Aspectos Metodológicos da Análise	Sujeitos da Análise
LUZ et al, 2003	Diversos	Leishmania	Pacientes	Serviços de Saúde	de	Qualidade da informação dos materiais	Especialistas
KELLY-SANTOS e ROZEMBERG, 2005	Impressos	Saúde do trabalhador	Trabalhadores	Distribuição		Processos Comunicativos	Autores Artigo
LUZ et al, 2005	Folheto	Leishmania	Profissionais de Saúde e Leigos	Educação em Saúde	em	Potencial Informativo	Prof. de Saúde e Leigos
CASTRO et al, 2007	Materiais Educativos	Alimentação Saudável	Adolescente Merendeiras Professores Prof. Saúde	Educação em Saúde	em	Opinião, Leitura e Aplicação	Adolescentes Merendeiras Professor Prof. Saúde
FREITAS e CABRAL, 2008	Folheto Educativo	Traqueostomia	Pacientes Traqueostomizados	Educação em Saúde	em	Análise Sintática, Lógica e Linguagem	Autores do Artigo
PIMENTA et al, 2008	CD-ROM	Chagas/ Dengue	Profissionais de Saúde	Capacitação Profissionais de Saúde		Princípios do Ergodesign	Autores do Artigo
TORAL et al, 2009	Impresso	Alimentação Saudável	Adolescentes Alunos	Educação em Saúde	em	Características Necessárias	Adolescentes
KELLY-SANTOS et al, 2009	Cartazes e Cartilhas	Hanseníase	Profissionais de Saúde Pacientes	Educação em Saúde	em	Recepção	Profissionais de Saúde
MANO et al, 2009	Multimídia	Sexualidade	Jovens	Espaços Ed.Formais/ Não Formais		Avaliações e Sugestões diversas	Jovens do Ensino Médio
KELLY-SANTOS et al, 2010	Acervo de Materiais	Hanseníase	Público em Geral	Educação em Saúde/ Campanhas	em	Tipo, Público, Objetivos e Uso	Autores do Artigo
SANTOS et al, 2012	Educativos Impressos	Hanseníase	População Pacientes	Educação em Saúde Campanhas	em	Recepção	Prof. Saúde e Pacientes
ROSSI et al, 2012	Cartazes	Parasitoses Intestinais	Crianças Escolares 7 a 11 anos	Educação em Saúde	em	Potenciais Deficiências	Autores (artigo e material)
SOUZA e OLIVEIRA, 2013	Material Curricular (escola)	Literatura Infantil e Matemática	Crianças Início Ens. Fundamental	Escolar		Elaboração do Material e Uso	Autores (artigo e material)
KAWAMOTO e CAMPOS, 2014	História em Quadrinhos	Corpo humano	Crianças Ens.Fund.	Escolar		Elaboração e Avaliação	Alunos 5º ano
VIEIRA e GOMES, 2014	Livro Didático	Matemática	Anos Iniciais Ens. Fund.	Escolar		Uso	Professores
MONTEIRO e BIZZO, 2014	Livro Didático	Saúde	Anos Iniciais Ens. Fund.	Escolar		Conteúdo Saúde-Doença	Autores Artigo
MATOS STELKO-PEREIRA, 2015	Folder	Abuso Sexual Infantil	Universitários	Universidade		Análise Aparente	Especialistas, Universitários Vítimas
SOUZA et al, 2015	Impresso	Direitos Sexuais e Reprodutivos	Enfermeiros Usuários	Educação em Saúde	em	Influência e Uso	Autores Artigo, Enfermeiros Usuários
SOBRINHO-SANTOS et al, 2015	Impresso	AIDS e Prevenção HIV	Caminhoneiros	Educação em Saúde	em	Potencial Educativo	Caminhoneiros

Fonte: A autora, 2016.

Como parte dos procedimentos metodológicos acima descritos, a leitura das fichas catalográficas foi retomada com o objetivo de agrupar os artigos de modo a ser possível montar um quadro visual da literatura de pesquisa sobre o nosso tema, a partir do referencial adotado (CRESWELL, 2007). O resultado deste procedimento está representado pelo Quadro 1, onde os 19 artigos foram dispostos pelos nomes dos Autores e em ordem cronológica, sendo nas demais colunas apresentadas as características dos artigos que melhor contemplam as questões de interesse para a pesquisa já apontadas anteriormente e apresentados a seguir.

- **Tipos de Materiais**

Os materiais analisados apresentaram variados suportes, como CD ROM, folhetos, folders, cartilhas, cartazes, textos, impressos em geral, materiais curriculares, histórias em quadrinhos, livros e livros didáticos, percebendo-se a predominância dos impressos.

Freitas e Cabral (2008) consideram que o material impresso, para pacientes e familiares no caso específico da traqueostomia, facilita o processo educativo, permitindo uma leitura posterior à consulta, reforçando assim as informações orais. Provavelmente este processo educativo citado anteriormente, pode se estender a outros campos e tomar proporções inesperadas conforme citação abaixo:

Impressos são materiais com pernas longas e muito fôlego: correm mundos, muito além da circulação planejada e controlada, são replicados, desdobrados, convertidos em textos de rádio, vídeos e televisão. Por isto, deve-se cuidar para que seu conteúdo possa dispensar a presença de mediadores. (ARAÚJO, 2006, p. 67).

- **Área Temática**

A temática abordada pelos materiais analisados nos artigos que compuseram este estudo também mostra-se variada, porém a grande maioria apresenta-se localizada no campo da saúde, sendo apenas um artigo relacionado à Matemática e outro à Literatura Infantil e Matemática. Os artigos produzidos no campo da saúde se delimitaram a: Hanseníase (3), Leishmaniose (2), Alimentação Saudável (2), Saúde do Trabalhador (1), Traqueostomia (1), Doença de Chagas e Dengue (1), Sexualidade (1), Parasitose Intestinal (1), Corpo Humano (1), Saúde (1), Abuso Sexual Infantil (1), Direitos Sexuais e Reprodutivos (1), AIDS e Prevenção HIV (1). Cabe esclarecer que muitos destes artigos analisaram acervos de materiais, materiais coletados ou coleções didáticas, sendo que estas últimas fogem ao escopo deste estudo (LUZ et al, 2003; CASTRO et al, 2007; PIMENTA et al, 2008; KELLY-

SANTOS et al, 2009; KELLY-SANTOS et al, 2010; ROSSI, et al 2012; SANTOS et al, 2012; SOUZA; OLIVEIRA, 2013; MONTEIRO; BIZZO, 2014).

- **Público**

Os destinatários dos materiais nos artigos analisados (Quadro 1) foram: Escolares (8) - principalmente do ensino fundamental sendo adolescentes (2), crianças ou alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (5) e jovens do ensino médio (1); Pacientes (4) - relacionados a doenças específicas; Trabalhadores (6) - em geral, da educação e da saúde; Público em Geral (1); Caminhoneiros (1); Usuários do SUS (1) e Universitários (1). Destacamos que em cinco dos 19 artigos, o público para quem o material se destinava era mais de um grupo.

- **Locais/Formas de Uso**

Sobre o contexto de uso, estiveram relacionados às atividades de: Educação em Saúde/Serviços de Saúde/Campanhas (11) uso Escolar/Universidade (6) sendo com propósito pedagógico e curricular (4), espaços de educação formal/não formal (1) Capacitação de profissionais de saúde (1) e Distribuição de impressos a trabalhadores (1). A Educação em Saúde caracteriza-se pela associação de atividades educativas além da distribuição dos materiais como consulta, orientação ou ações complementares ao uso do material de forma integrada; estas atividades aconteceram nos serviços de saúde e na escola (CASTRO et al, 2007). Sobre a distribuição, ocorre em locais de trabalho, sindicatos, secretarias seja por mala direta ou entregue durante as inspeções, sem relato de ação educativa (KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005). As autoras comentam sobre os produtores destes materiais, que a preocupação "distributivista" e a tendência ao público abrangente, pressupõe que a divulgação dos conhecimentos possibilite adesão dos usuários aos programas atingindo assim o maior número de pessoas.

- **Aspectos Metodológicos da Análise**

As análises/avaliações descritas nos artigos selecionados foram diversificadas quanto ao tipo de análise sendo assim sumarizadas: **Avaliações Gerais** (7) - Opinião, Características Necessárias (expectativas), Avaliações, Sugestões Diversas, Potenciais/Deficiências e Influências; **Específicas** (4) - Análise Sintática, Lógica e Linguagem, Princípios do Ergodesign, Conteúdo Saúde-Doença, Análise Aparente; **Caracterização do Material** (5) - Tipo, Público, Objetivos, Aplicação, Uso; **Recepção e Processos Comunicativos** (3);

**Elaboração (2); Informações (3)** - Qualidade, Potencial (conhecimento após leitura) e potencial Educativo. A maioria das metodologias possuem abordagem qualitativa, dentre elas citamos: análise documental, estudo de caso, história oral, entrevistas até os grupos focais.

Quanto ao tipo de análise/avaliações denominada ‘específicas’, considero importante apresentar suas descrições. No Quadro 1, as Análises Sintática, Lógica e Linguagem foram citadas para exemplificar o que as autoras fizeram. Freitas e Cabral (2008) destacaram os recursos de comunicação expressos e os conteúdos textuais veiculados no folheto educativo que analisaram. Deste modo, foi possível verificar qual conteúdo o material expressa, revelar as diferentes linguagens empregadas - ambígua, popular, analisar a lógica do texto, bem como as condições de produção da palavra, evidenciando as posições do locutor e leitor.

As análises realizadas visando avaliar os princípios do ergodesign (PIMENTA et al, 2008) valorizaram a usabilidade do material educativo. Estes princípios compreendem o conjunto de fatores que asseguram que os produtos sejam fáceis de usar, eficientes e agradáveis da perspectiva do usuário, além de proporcionar um ambiente dinâmico e interativo para a construção de conhecimento. A avaliação dos materiais foi realizada com o *ergolist*, uma ferramenta baseada nos critérios de: concisão, mensagens de erro, flexibilidade, legibilidade, significados, proteção contra erros, agrupamento por formato, experiência do usuário, presteza, controle do usuário, correção de erros, consistência, agrupamento por localização, densidade informacional, feedback, compatibilidade, ações explícitas e ações mínimas.

A Análise Aparente (MATOS; STELKO-PEREIRA, 2015) pretende investigar as instruções do material quanto à facilidade de leitura e entendimento, quanto à possibilidade de causar constrangimento em seu leitor e se é fidedigno à literatura científica apontada (PASQUALI, 1997). Como instrumento para coleta dos dados, Matos e Stelko-Pereira (2015) utilizaram uma versão adaptada do *EVALPEM-Evaluation of Printed Education Materials*, isto é, avaliação de materiais educativos impressos (CASTRO; PILGER; FERREIRA, 2007).

- **Sujeitos da Análise**

Foram denominados Sujeitos da Análise os indivíduos que atuaram nas análises dos materiais, foram: Autores do artigo (8) - sendo 2 deles os produtores do material; Público (9) - alunos do 5º ano, jovens do Ensino Médio, adolescentes, universitários, pacientes, usuários do SUS, caminhoneiros e leigos; Público Intermediário ou Usuário do material (6) - profissionais da saúde ou da educação usam o material quanto instrumento de trabalho com o público alvo; Especialistas (2) - profissionais especializados na temática abordada no material ou da área de

informação, adultos universitários ou formados. Nota-se a crescente preocupação dos autores dos artigos em avaliar os materiais, embora a análise tenha sido realizada em sua maioria pelos próprios, também destaca-se a análise protagonizada pelo próprio público ao qual se destina. Em 2005, teve início os relatos que identificavam as visões dos pacientes, alunos ou profissionais que usam estes materiais, não só com o intuito de melhorá-los, mas de compreender as relações entre os sujeitos e os seus usos. O artigo de Rossi et al (2012), aponta o fato de serem os sujeitos produtores, eles mesmos avaliadores do material e autores do artigo, possibilitando após alguns anos da criação, mediante o aprofundamento no estudo sobre produção de materiais, a identificação de falhas, inclusive metodológicas e conceituais. Os autores ressaltam a importância da crítica proporcionada por esta reflexão para o desenvolvimento de materiais de apoio a projetos de ensino-pesquisa-extensão na universidade.

A análise conjunta dos artigos levantados aponta diferentes aspectos relacionados à produção, público, uso e avaliação de materiais. Convergindo com os pressupostos deste estudo, percebe-se predominar recomendações acerca da produção destes materiais que incorpore os atores como sujeito de conhecimento, não apenas como público alvo de produtos construídos fora de suas realidades. Ou seja, os materiais necessitam ser produzidos a partir das necessidades do público-usuário das ações educativas, levando-se sempre em conta o contexto e a finalidade de uso (FREITAS; CABRAL, 2008; PIMENTA et al, 2008; LUZ et al, 2003; KELLY-SANTOS et al, 2009; TORAL et al, 2009 e SOUZA et al, 2015).

No contexto da saúde, a inserção do público propicia o pensamento reflexivo e a discussão sobre a saúde como um processo (KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005). Para tanto, o conhecimento da situação epidemiológica da doença, em se tratando dos agravos à saúde, pode auxiliar na definição deste público, o que permite planejar e realizar estratégias comunicativas mais efetivas (KELLY-SANTOS et al, 2010). Mas este procedimento não esgota a identificação de quem são estas pessoas e/ou grupos sociais suscetíveis e como eles vivem, se considerarmos o potencial dos materiais nesta aproximação com a realidade social. No entanto, pesquisas sobre avaliação dos materiais demonstram forte tendência de os profissionais de saúde usarem os materiais de forma instrumental. Para as autoras KELLY-SANTOS et al, (2010), este enfoque está em consonância com ações educativas verticais, unilaterais e lineares, caracterizadas pela fragmentação dos processos comunicativos privilegiando o saber do técnico e excluindo o destinatário das etapas de produção (LUZ et al, 2003 e KELLY- SANTOS et al, 2009). González Rey (2003) nos ajuda a analisar este fato como ausência da categoria sujeito, aspecto que evidencia a tendência autoritária e

domesticadora das instituições que não toleram manifestações personalizadas; com isto impede que o indivíduo visualize práticas que facilitem seu desenvolvimento. Dessa forma, a categoria sujeito implica em participação e está arraigada à prática social.

Em contraponto à prática instrumental hierarquizada, os artigos dedicados à análise dos materiais cuja produção foi colaborativa e/ou envolveu avaliação dos seus produtos e momentos permeados pela discussão coletiva, demonstraram benefícios tanto para os participantes da elaboração quanto para o público, extrapolando sua utilização imediata e contribuindo fortemente para o desenvolvimento e crescimento da equipe envolvida inclusive em ambientes formativos (KELLY-SANTOS et al, 2009; ROSSI et al, 2012; SOUZA; OLIVEIRA, 2013). Em Souza et al, (2015), embora esta prática tenha sido uma exceção dentre os profissionais de seu estudo, as autoras destacam a relevância da produção de materiais informativos próprios, elaborados pelos profissionais de saúde; uma alternativa eficaz na sua potencialização como ferramentas de promoção da saúde, em virtude de possuírem linguagem e abordagem compatíveis com as especificidades do público-alvo. Fato também evidenciado por Freitas e Cabral, (2008) que recomendam as iniciativas de produção de materiais educativos incorporando o paciente como sujeito do conhecimento, e não apenas como público-alvo.

Diante do exposto, segue como desafio para produção de materiais a implementação de atividades que favoreçam o diálogo, a análise/avaliação e o trabalho colaborativo (SOUZA; OLIVEIRA, 2013) tanto nos espaços formativos como do ensino em ciências, quanto nas ações do campo da saúde, onde essas atividades deveriam ser incluídas no planejamento das ações de controle dos programas (FREITAS; CABRAL, 2008; PIMENTA et al, 2008; KELLY-SANTOS et al, 2010; SANTOS et al, 2012 e MATOS; STELKO-PEREIRA, 2015).

### **3 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Este trabalho se insere no âmbito do ensino não formal em saúde e está preocupado com a reflexão e a inserção dos sujeitos em contextos de promoção da saúde. Pensando no desenvolvimento do CPS e sua apropriação como um processo educativo não formalizado, verifiquei pontos de convergência com alguns autores lidos no PPGEBS e no PPGE/FE, que passo a descrever sucintamente.

Quanto ao desenvolvimento do CPS (seção 5.1), um projeto que teve limitações em termos de espaço e tempo, muito se assemelha com a questão da educação formal/não-formal problematizada por Gadotti (2005). Em sua apresentação, considera que de certa forma, toda educação é formal no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferenciado: onde o espaço da escola possui as marcas da formalidade, regularidade e sequência e o espaço da cidade (pois os espaços são múltiplos) possui as marcas da descontinuidade, eventualidade e informalidade. Embora a educação não formal também seja uma atividade educacional organizada e sistemática, muitas vezes é realizada fora do sistema escolar. O autor também acredita que na educação não formal a categoria espaço é tão importante quanto o tempo, sendo o último flexível e com respeito às diferenças e capacidades de todos os envolvidos no processo, possibilitando a flexibilidade em relação também à criação e recriação de seus múltiplos espaços.

Com relação ao conteúdo do CPS, este não foi formado intencionalmente por conceitos, e sim por práticas que pudessem auxiliar ao enfrentamento dos problemas do território, promover melhoria da qualidade de vida e valorizar ações de luta política e solidária que acontecem no território. Estes aspectos do desenvolvimento do CPS se assemelham também a educação não formal descrita por Gohn (2006), em ambientes construídos coletivamente, numa pedagogia social com dimensões tais como: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, desenvolvimento de habilidades, exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos.

Outro aspecto importante a ser destacado para justificar as escolhas das perspectivas norteadoras do estudo deve-se ao fato de que o Caderno foi concebido como uma Tecnologia Social que valorizou, desde a sua concepção, o diálogo entre diferentes atores envolvidos, comprometidos com a história de seus territórios. Onde o sujeito e toda a constituição intrínseca e extrínseca têm um papel importante na compreensão dos processos relacionais,

considerando ainda que o cultural e o social são partes fundamentais das configurações subjetivas desse sujeito, levando à superação da dicotomia entre o social e o individual nas ciências humanas (GONZALEZ REY; BIZERRIL, 2015).

Sobre os que se ocupam com a educação escolar, Libâneo (2005), comenta que devem assumir um posicionamento acerca dos objetivos e modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem de sujeitos inseridos em contextos socioculturais e institucionais concretos. Este autor apresenta o esboço de um quadro geral das correntes pedagógicas contemporâneas, que decorre de sua pesquisa bibliográfica e da observação da difusão de ideias em congressos, encontros e seminários. Trata-se, de um exercício teórico do qual resulta uma classificação arbitrária na qual destaco a Corrente Sociocrítica com a modalidade Histórico Cultural. O autor utiliza a designação "sociocrítica" para ampliar o sentido de crítica e incluir as teorias e correntes que se desenvolvem a partir de referenciais marxistas. As abordagens sociocríticas convergem na concepção de educação como compreensão da realidade para transformá-la, visando a construção de novas relações sociais para superação de desigualdades sociais e econômicas, promovendo a solidariedade, além de favorecer educação emancipadora que vise à construção de um cidadão questionador, crítico e ativo. A orientação teórica histórico-cultural, apoiada em Vygotski e seguidores, pressupõe que a aprendizagem resulta da interação sujeito-objeto, em que a ação do sujeito sobre o meio é socialmente mediada, atribuindo-se peso significativo à cultura e às atividades do sujeito; supõe portanto, a ação entre sujeitos, no sentido de uma relação do sujeito com o outro, com seus parceiros. Esta atenção ao sujeito e suas ações está no cerne das preocupações deste trabalho.

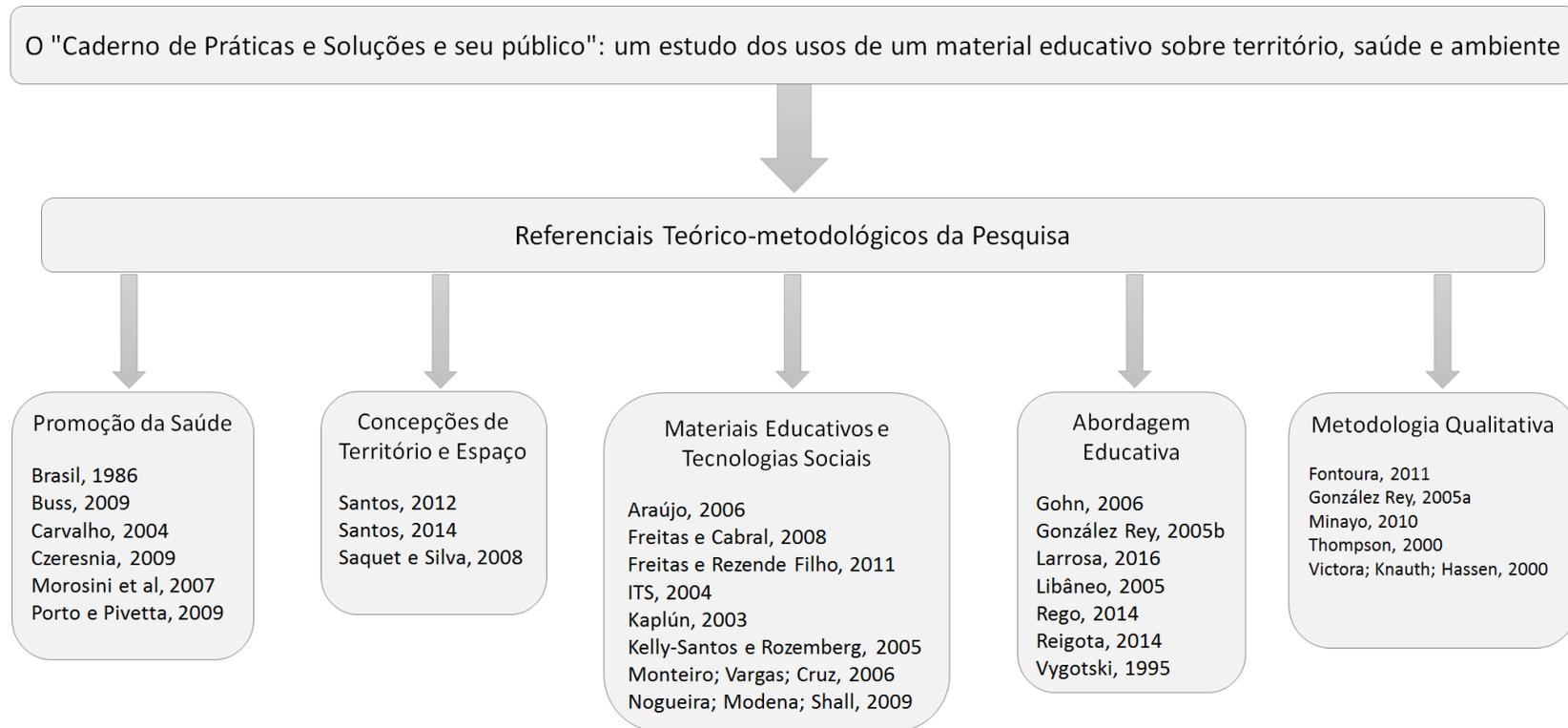
As concepções de Território e Espaço foram balizadas pelas reflexões de Milton Santos que amplia a noção de espaço delimitado tradicionalmente a partir de critério geográfico, sendo que a temática ambiente perpassou toda a pesquisa sob a perspectiva da educação apresentada por Reigota (2014), como o desafio de pensar as relações cotidianas entre os sujeitos e as espécies vegetais e animais, procurando alterá-las de modo a garantir uma sobrevivência digna, sendo, portanto, um processo político e pedagógico. Neste texto, a questão ambiental é abordada conjuntamente ao conceito de promoção da saúde a partir de seu desenvolvimento histórico (seção 3.2). Quanto às discussões sobre o desenvolvimento e análise de materiais educativos no campo da saúde tiveram por base os resultados apontados por autores do tema apresentados no panorama da seção 2 e as considerações da seção 5.1.6.

Cabe frisar que estes aportes teóricos convergem com os pressupostos da abordagem qualitativa na perspectiva socioantropológica (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000) para a qual a descrição dos processos sociais resulta em uma melhor compreensão da realidade,

tendo em vista os vários elementos envolvidos no compartilhamento de saberes e práticas, tais como os ambientes, os comportamentos, as linguagens, o tempo e espaço.

A construção destes referenciais antecedeu o ingresso no mestrado, durante a concepção do CPS, etapa que precedeu a realização deste estudo. A elaboração da revisão bibliográfica, os estudos no PPGEBS, os encontros com a orientadora e as sugestões da banca no Seminário Discente propiciaram que outros autores fossem incorporados e serão apresentados no decorrer desta seção. O Diagrama 1 apresenta alguns dos autores centrais que apoiam as reflexões e discussões desenvolvidas durante o estudo. No entanto, outros autores também foram incorporados como referenciais relevantes para o desenvolvimento das reflexões apresentadas.

Diagrama 1: Referenciais para o Estudo



Fonte: A autora, 2016.

### 3.1 PROMOÇÃO DA SAÚDE

O conceito moderno de promoção da saúde foi desenvolvido nos últimos 30 anos durante as conferências internacionais sobre o tema, particularmente as conferências de Ottawa-1986, Adelaide-1988 e Sundsväl-1991, que estabeleceram as bases conceituais e políticas contemporâneas da promoção da saúde (BUSS, 2009). Este conceito nasce como resposta à intensa medicalização da saúde não somente nos sistemas, mas impregnada na sociedade como um todo. Em Lalonde (1974) está descrito o surgimento formal do movimento de promoção da saúde no Canadá em 1974 com a divulgação do documento "A New Perspective on the Health of Canadians, também conhecido como Informe Lalonde. Aparentemente, a motivação central do então ministro da saúde canadense era política, técnica e econômica para o enfrentamento dos elevados custos da assistência médica com resultados pouco significativos e quanto às doenças crônicas era questionada a abordagem exclusivamente médica. No informe aparece descrito os quatro componentes do campo da saúde (LALONDE, 1974):

1- Biologia Humana - fatos relacionados à saúde física e mental dos indivíduos que podem ser manifestados no organismo em consequência à biologia fundamental e da constituição orgânica de cada ser humano. Inclui herança genética, os processos de envelhecimento e os diferentes sistemas internos do organismo.

2- Ambiente - fatores relacionados à saúde externos ao organismo humano nos quais o indivíduo possui pouco ou nenhum controle, tais como: qualidade dos alimentos, cosméticos, fármacos, água, saneamento.

3- Estilo de Vida - conjunto de decisões relacionadas à sua saúde, que o indivíduo toma, nas quais exerce algum grau de controle.

4- Organização da Assistência à Saúde - abrange a ordem, qualidade, quantidade, índole e relações entre as pessoas e os recursos na prestação da atenção à saúde.

Segundo Buss (2009), o termo promoção da saúde caracterizava inicialmente o "nível de atenção" na medicina preventiva, porém o significado foi mudando e passando a apresentar um enfoque técnico e político em torno do processo saúde-doença-cuidado estando associado aos valores: vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria. Sendo, portanto, uma combinação de estratégias entre vários setores como: Estado, comunidade, indivíduos, sistema de saúde e parcerias Intersetoriais que,

trabalhando conjuntamente, podem pensar propostas para o enfrentamento dos problemas e viabilizar soluções para os mesmos.

Ainda neste documento, Paulo Buss afirma que a valorização do conhecimento popular e a participação social estão na base da formulação conceitual da promoção da saúde, em destaque as características modernas da promoção da saúde:

[...] é a constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de saúde: a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo de toda a vida, ambiente físico limpo, apoio social para famílias e indivíduos, estilo de vida responsável e um espectro adequado de cuidados de saúde; suas atividades estariam, então, mais voltadas ao coletivo de indivíduos e ao ambiente, compreendido num sentido amplo, por meio de políticas públicas e de ambientes favoráveis ao desenvolvimento da saúde e do reforço da capacidade dos indivíduos e das comunidades (empowerment) (BUSS, 2009, pos. 304 ).

A promoção da saúde luta em defesa da formulação e implementação de políticas públicas saudáveis, implicando que a saúde seja prioridade entre políticos e dirigentes de todas as esferas do governo, com responsabilização pelas consequências das políticas sobre a saúde da população. Entende-se por políticas públicas saudáveis as diversas abordagens complementares como legislação, medidas fiscais, taxações, mudanças organizacionais além de ações concretas visando a equidade em saúde, distribuição mais equitativa da renda e políticas sociais (BUSS, 2009).

No entendimento de Carvalho (2004), um aspecto a ser considerado no Informe Lalonde (1974) é um ideário que tem por eixo central interferir em ações que procuram intervir positivamente sobre comportamentos individuais não-saudáveis. Seguindo este eixo, o autor explica que práticas pouco saudáveis seriam "riscos auto impostos", logo, causas importantes da não-saúde, acarretando a necessidade de uma agenda de intervenções que pudesse interferir nos hábitos de vida das pessoas. Para Carvalho (2004), estas estratégias centrais às práticas de promoção à saúde possuem bons resultados se relacionados à adoção de estilos de vida mais saudáveis de alguns grupos sociais; contudo o impacto é limitado dadas as condições de vida das populações marginalizadas, devido à ênfase unilateral nas intervenções sobre os estilos de vida não atentando para as causas sociais da não-saúde e de certa forma culpando as vítimas por não possuírem hábitos saudáveis. Bases mais sólidas de evidências foram demonstrando a relação entre os estilos de vida das pessoas, posição social e econômica, condições de vida com o estado de saúde levando ao entendimento de que a saúde tem determinações sociais, econômicas políticas e culturais mais amplas do que a herança genética, biologia humana e fatores ambientais mais diretos. Logo, existe uma real

necessidade de trabalhar com o conceito mais amplo de promoção da saúde em regiões e países em desenvolvimento como América Latina e Brasil, conduzindo também à construção de práticas sociais mais abrangentes e integradas para que de fato se promova a saúde (BUSS, 2009).

No Brasil, o direito ampliado à saúde é garantido pelo Estado (Brasil, MS, 1986) e considerado por Czeresnia (2009) a conceituação positiva da saúde, configurando um inquestionável avanço no campo teórico e das práticas. Contudo, ao considerar a saúde tão ampla quanto a própria noção de vida, supõe promover a vida em suas múltiplas dimensões o que envolve não somente ações globais do Estado, mas também a singularidade e autonomia dos sujeitos, logo, a responsabilidade não pode ser atribuída à uma área de conhecimento e práticas. Para a autora, as ações próprias do sistema de saúde necessitam de articulação com outros setores disciplinares e de políticas governamentais responsáveis por espaços físicos, sociais e simbólicos, ou seja, uma relação de intersetorialidade e especificidade que deve ser tratada com cautela, pois sustenta uma tensão entre a demarcação dos limites de competência de ações no campo da saúde e a abertura exigida à integração com outras múltiplas dimensões.

Essa demarcação aplica-se não só ao limite da ação específica da assistência à saúde em relação aos condicionantes sociais envolvidos na dimensão da intersetorialidade, como também aos limites dos conceitos objetivos que configuram a lógica das intervenções em relação à dimensão da singularidade e subjetividade do adoecer concreto. (Czeresnia, 2009, pos. 691)

O enfoque para a interdependência entre saúde e ambiente foi dado na III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde em 1991 na Suécia, trazendo com força o tema do ambiente para a arena da saúde. A conferência lançou uma declaração convocando pessoas, organizações e governos das diversas partes do mundo a se engajarem no desenvolvimento de ambientes físicos, sociais, econômicos e políticos mais favoráveis à saúde - os chamados "ambientes favoráveis à saúde" ou "ambientes saudáveis" (BUSS, 2009). De certa forma, este evento foi uma preparação para as propostas que seriam debatidas no ano seguinte na Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, pois internacionalmente havia uma consciência dos indivíduos, movimentos sociais e governos sobre os riscos que o planeta e as pessoas poderiam passar diante das agressões ambientais das últimas décadas. Segundo Buss (2009), o tema ambiente não estava restrito à dimensão física ou natural, mas às dimensões social, política, econômica e cultural, referindo-se aos espaços em que as pessoas vivem como: suas casas, sua comunidade, o trabalho e os espaços

de lazer. Na conferência foram destacadas as seguintes dimensões para um ambiente favorável e promotor da saúde (BUSS, 2009):

1- Dimensão Social - Diante do crescente isolamento social, perda de valores tradicionais e da herança cultural em muitas sociedades ou ainda a perda dos significados e propósitos coerentes de vida, esta dimensão inclui a maneira pela qual normas, costumes e processos sociais afetam a saúde, alertando para estas mudanças ocorridas.

2- Dimensão Política - Requer dos governos a garantia da participação democrática nos processos decisórios bem como a descentralização de responsabilidades e recursos. Ressalta o compromisso com os direitos humanos, a paz e a realocação de recursos oriundos da corrida armamentista.

3- Dimensão Econômica - Para alcançar a saúde para todos e o desenvolvimento sustentável, requer o reescalonamento dos recursos, incluindo a transferência de tecnologia segura e adequada.

Nesta conferência também houve destaque para a valorização do conhecimento e das capacidades das mulheres nos diversos setores e ainda o respeito às peculiaridades dos povos indígenas. Equidade e respeito à biodiversidade foram considerados os dois princípios básicos que devem reger as estratégias da saúde para todos (BUSS, 2009).

O conceito de promoção da saúde continua se ampliando e recebendo críticas; na primeira década dos anos 2000, diante das desigualdades ou injustiças sociais e a crise socioambiental, Porto e Pivetta (2009) propõem uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis, uma vez que os muitos desafios, decorrentes dos desequilíbrios gerados nos últimos anos, requerem novas concepções e práticas em estreita relação com a construção da cidadania e democracia, no intuito de reduzir os problemas e as vulnerabilidades. A crise socioambiental contemporânea implica conflitos no contexto da relação social mais geral entre ser humano, sociedade e natureza, envolvendo questões diversas como: a) metabolismo social produzido pela indústria de produção e consumo, onde os fluxos de energia e matéria afetam os ecossistemas e diminuem os recursos naturais; b) a fragmentação dos territórios que, no contexto da intensificação do comércio internacional num capitalismo globalizado, reduz o papel do Estado-Nação; c) degradação ambiental, poluição e exploração do trabalho que marcam situações de vulnerabilidade e injustiça socioambiental para grupos distribuídos espacialmente de forma desigual em diferentes regiões; d) riscos ecológicos globais como as mudanças climáticas decorrentes da matriz energética baseada em combustíveis fósseis; e) demanda por políticas públicas com caráter democrático e participativo e demanda por provisão serviços públicos de qualidade. No

contexto latino-americano de capitalismo, a crise socioambiental se manifesta através da exploração dos recursos naturais e ecossistemas, dos impactos para os povos do campo e da floresta, além da urbanização e fragmentação territorial das cidades agravando também os problemas sanitários (PORTO; PIVETTA, 2009). A promoção da saúde emancipatória proposta pelos autores tem como cerne criar processos dialógicos, relacionais e políticos que favoreçam o surgimento de novas práticas democráticas e equitativa dos recursos existentes na sociedade. Para que as populações excluídas tenham ampliados os seus direitos e cidadania, estas práticas devem influenciar e redirecionar as políticas públicas. Uma das características centrais das sociedades contemporâneas é a perda da identidade das pessoas com seus lugares (PORTO; PIVETTA, 2009), o que tira a transparência dos territórios aos quais pertencem. Isto acontece devido ao planejamento centralizado das cidades pelo Estado, levando à perda de identidade e do reconhecimento do lugar pelas pessoas. Dessa forma, a compreensão da identidade e das potencialidades do território fica prejudicada, como parte de um processo histórico e civilizatório através da análise de sua constituição e como um processo de aprendizagem individual e coletivo de múltiplas dimensões, quer sejam ambientais, econômicas, culturais e políticas. Estes autores apontam que o reconhecimento do território na escala do cotidiano, e com o entendimento da complexidade, é um caminho para a promoção da saúde. Contudo é também importante considerar que apesar das influências do Estado privilegiando alguns bairros, os sujeitos fazem suas próprias escolhas em função de outros fatores como acesso à educação, ao saneamento, transporte, laços familiares, desemprego ou ascensão social que podem favorecer a migração das famílias entre as localidades. Falar em território é entrar numa temática igualmente importante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois ela acontece num espaço específico: a Baixada de Jacarepaguá, temática que será desenvolvida na próxima seção.

Uma crítica importante ao conceito de Promoção à Saúde foi a dimensão comportamental presente em alguns modelos teóricos biomédicos que, de certa forma, culpava os pacientes que não conseguiam seguir as prescrições médicas, geralmente vítimas da iniquidade social. Assim, ao longo dos anos foram acrescentadas novas ideias, linguagens e conceitos que apontaram novos caminhos para a promoção da saúde como, por exemplo, a categoria “empowerment” (CARVALHO, 2004). Segundo este autor, esta categoria tipifica a Promoção da Saúde enquanto processo que proporciona o aumento do controle sobre os determinantes sociais da saúde exercido pelos indivíduos e coletivos, para que tenham melhor saúde. Para tanto, os problemas de saúde e as respectivas soluções devem ser observados

diante dos contextos social, político e econômico. No entendimento de Carvalho (2004), o “empowerment” pode ocorrer em diferentes espaços de ação sanitária como promoção, prevenção, cura; em nível coletivo ou da relação intersubjetiva. Outro sentido importante do “empowerment” trazido nesta referência é o comunitário, que considera os fatores presentes em diversas esferas da vida social: o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima no plano individual, o partilhar de conhecimentos e ampliação da consciência crítica entre os membros de um coletivo e as estruturas sociais como o estado e a macroeconomia em nível macro. Diante deste entendimento, é possível afirmar que o poder convive, simultaneamente, sob o influxo dos macro e micro determinantes presentes na vida em sociedade, sendo possível, portanto, pensar em processos de “*empowerment*” comunitário considerando as demais instâncias de funcionamento da vida em sociedade, como: a intrapsíquica, a intersubjetiva, a familiar, a comunitária, a étnico-cultural. Assim, para Carvalho (2004), pensar esta categoria como um *continuum*, desde o nível do individual ao macro, passando pela de intermediação de grupos sociais, parece ser uma forma de pensar as práticas de saúde em uma perspectiva integral. É também mais do que transmitir informações e induzir comportamentos, segundo o autor, o “*empowerment*” comunitário deve procurar apoiar pessoas e coletivos a desenvolverem consciência crítica para poderem fazer suas análises e tomarem decisões, desenvolvendo também a capacidade de intervenção na realidade.

O “*empowerment* comunitário” pode ser considerado, portanto, como um processo de validação da experiência de terceiros e de legitimação de sua voz e, ao mesmo tempo, de remoção de barreiras que limitam a vida em sociedade. Indica processos que procuram promover a participação, visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida (CARVALHO, 2004, p.1093).

Além dos marcos históricos descritos no início desta seção, trouxe para este texto breves reflexões da então denominada promoção da saúde emancipatória (PORTO; PIVETTA, 2009) e do “*empowerment*” comunitário (CARVALHO, 2004) por perceber que o processo de construção do CPS e demais etapas desta pesquisa estavam alinhados a estas perspectivas.

### 3.2 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E ESPAÇO

Pensar em território ou em espaço abre margem para conceituar estas categorias marcantes na obra de Milton Santos (2012, 2014) e se aplicam ao contexto do CPS, pois quando me refiro à Baixada de Jacarepaguá, não falo apenas do espaço físico compreendido por bairros da região de JPA. Segundo Milton Santos, conceituar categorias é uma tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções sendo necessário considerar que uma definição não é imutável, fixa ou eterna e sim flexível (SAQUET; SILVA, 2008). Contudo, considero importante trazer para este texto alguns pensamentos de Milton Santos que corroboram com o referencial aqui adotado; a título de elucidação destes pensamentos, o espaço para Milton Santos é pensado como categoria difusa, condição e resultado de processos sociais, além de ser fundamental sob os princípios do materialismo histórico e dialético. O espaço possui duas estruturas: a social, tendendo a reproduzir-se, e a organização humana, sendo que o espaço organizado é resultante da interação de diferentes variáveis. Segundo Saquet e Silva (2008), Milton Santos dá centralidade ao sujeito-homem na construção do mundo e do espaço, compreendendo o homem e o espaço como sínteses dialéticas. Em se tratando da morada e lugar de vida do homem, o espaço precisa ser reorganizado frequentemente, logo, é socialmente organizado com formas e funções definidas.

Milton Santos (2012, 2014) entende que o espaço faz parte do dia a dia das pessoas, a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses locais são elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e direcionam as práticas sociais; há uma organização e arranjo do espaço de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo. Embora o território não seja uma forma organizada e definitiva do espaço, é possível acreditar que ele corresponda ao palco onde são realizadas as atividades criadas oriundas da herança cultural do povo que ocupa este território; sendo ainda uma fração do espaço local articulada com o mundial. A configuração territorial é caracterizada não somente pelos sistemas naturais existentes numa dada área ou país, mas também pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais como as construções, obras, estradas, plantações, casas, fábricas, cidades; dando, portanto, uma configuração territorial a partir da materialidade e da forma como se vive na localidade (SAQUET; SILVA, 2008).

Retomando, o espaço de interesse para Milton Santos (2012) é o espaço humano ou social, seu local de vida e trabalho, que também é o seu espaço geográfico e que tende a mudar com o processo histórico. Este possui uma configuração territorial (Santos, 2014)

formada por seus diversos recursos naturais como no caso de JPA: rios, lagos, planícies, montanhas, florestas e dos recursos criados como hospitais, escolas, conjuntos habitacionais, via TransOlimpica. Em síntese, para Santos (2014), o espaço é formado pela dinâmica social e pela configuração territorial de uma sociedade num dado momento histórico.

### 3.3 OS MATERIAIS EDUCATIVOS E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS

A importância dos materiais educativos (ME) nos processos de ensino-aprendizado e de promoção da saúde tem sido discutida em diversos trabalhos em variadas dimensões relacionadas a: tecnologias educacionais e suas interfaces com a educação, comunicação e saúde (MONTEIRO;VARGAS;CRUZ, 2006); transdisciplinaridade da área de saúde, ciências sociais e artes, aplicando imagens para o desenvolvimento e avaliação de materiais educativos na saúde (PIMENTA; SILVA LEANDRO; SCHALL, 2006); aspectos cognitivos e lúdicos dos jogos educativos por exemplo, como estratégia para o ensino e aprendizagem de conceitos (ZANON; GUERREIRO; OLIVEIRA, 2008); necessidade de avaliação e de estudos de recepção para que sua produção seja associada ao contexto do público ao qual se destina (NOGUEIRA; MODENA; SCHALL, 2009); devido ao seu disseminado uso na prática educativa, os materiais devem valorizar os conhecimentos e experiências do sujeito receptor (FREITAS; REZENDE FILHO, 2011).

O material educativo pode ser compreendido como um facilitador da experiência de aprendizado ou mediada para o aprendizado, de modo a não ser considerado apenas um objeto que proporciona informação, mas num dado contexto, facilitador ou apoio para o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, envolvendo mudança e enriquecimento em algum sentido seja conceitual, perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou de atitudes (KAPLÚN, 2003).

No contexto dos programas de saúde, estes materiais atuam como dispositivos na dinâmica de mediação entre políticas públicas e práticas de saúde, sejam por sua condição material ou por já fazerem parte da cultura dos serviços de saúde pública. Desta forma, os materiais vão legitimar os procedimentos médicos sanitários e a relação médico paciente (KELLY-SANTOS; MONTEIRO; RIBEIRO, 2010). No campo da saúde pública, as pesquisas relacionadas à avaliação de materiais mostraram que ainda existe uma tendência por parte dos profissionais em usar estes recursos de forma instrumental junto à população, ou seja, para orientação (VASCONCELOS-SILVA; URIBE RIVERA; CASTIEL, 2003) mesmo diante

do potencial educativo dos mesmos. Esta abordagem é considerada por muitos pesquisadores como uma atividade educativa vertical, unilateral e linear caracterizada pela fragmentação do processo comunicativo que exclui o destinatário das etapas de produção e privilegiam o saber técnico (KELLY-SANTOS; ROSEMBERG; MONTEIRO, 2009; ARAÚJO; CARDOSO, 2007; LUZ; PIMENTA; SCHALL, 2003; VASCONCELLOS-SILVA; RIVERA; ROZEMBERG, 2003).

A pesquisa com ME abre um campo de possibilidades mesmo de forma indireta; sua análise, por exemplo, pode elucidar como são produzidos os sentidos no processo comunicativo de uma determinada doença ou como são produzidas as relações de poder entre os enunciadores e os destinatários, Kelly-Santos; Monteiro; Ribeiro, (2010), fizeram esta busca com relação à hanseníase. Estas autoras puderam perceber, através dos materiais educativos, uma recorrente prática normalizadora-curativa, delimitando o lugar dos sujeitos no processo comunicativo. Estes sujeitos são construídos com a imagem do enunciador, aquele que tem o poder de fazer o outro crer na informação anunciada e o destinatário, aquele que carece de capacidade interpretativa. As investigações deste grupo de pesquisa as levaram a defender que a produção dos MEs seja pautada em necessidades reais, de forma participativa e incluída no planejamento das ações do controle dos programas. Quanto ao uso dos mesmos, que seja como uma mediação entre equipe de saúde e usuários de modo a favorecer os espaços dialógicos e afetivos, troca de conhecimentos, significados e valores atribuídos à doença.

Em consonância com os argumentos apresentados no último parágrafo, para Araújo (2006) os MEs criam lugares de interlocução estabelecendo uma cena social e discursiva caracterizada por um polo detentor do conhecimento e por isso tem a prerrogativa de ensinar e o outro que precisa aprender. Contudo, a autora explana que a comunicação tem mais chances de atingir seus objetivos quando os interlocutores reconhecem como legítimos os lugares de fala de cada um, sendo também necessária a habilidade de perceber e contextualizar cada situação de comunicação. Neste capítulo, Araújo (2006), sugere alguns critérios para se considerar durante a produção de ME, dentre eles destaco sumariamente alguns: a) durante a escolha do material a ser desenvolvido, levar em consideração os contextos de uso e suportes onde será produzido; b) os limites e possibilidades de cada suporte; c) textos escritos são suportes de maior credibilidade e uma questão de democracia na medida em que reforça a capacidade do povo se defender e promover; d) a necessidade de ME que situem a população em relação às políticas públicas e aos programas mais do que aos comportamentos e hábitos corretos; e) fazer uso de estratégias que ampliem a participação dos interlocutores; f) dos

impressos deve-se cuidar para que seu conteúdo dispense mediadores; g) considerar um processo de tomada de decisão do leitor em função de variados fatores além da informação; h) saúde é o tema mais mobilizador de interesse, condição necessária para o início de um processo de comunicação.

Diante do exposto sobre os materiais educativos, é importante trazer também para a discussão destes referenciais, o conceito de Tecnologistas Sociais, tendo em vista que o material desenvolvido (CPS) foi concebido sob os pilares das TS. O conceito de Tecnologia Social tem sido proposto pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS, partindo do diálogo e da observação do modo de ação da sociedade civil organizada (ITS, 2004). Este conceito seria útil para nomear as práticas de intervenção social que foram construídas por soluções participativas, que estavam relacionadas às realidades dos locais onde são aplicadas e propiciaram a melhoria da qualidade de vida da população local. Para o ITS, era importante dar nome a estas práticas no intuito de disseminar e dar visibilidade a soluções que ficavam escondidas em suas localidades, apesar de suas eficácias. No entendimento do grupo que desenvolveu este conceito, a base da discussão centrava na compreensão de que a Ciência e a Tecnologia devem ser conhecidas e solicitadas pela sociedade brasileira no intuito de incluir todos os brasileiros ao acesso e produção de conhecimento além de aproximar os problemas sociais de suas soluções. Com o objetivo de construir uma base para o estabelecimento de critérios e assim poder analisar as ações sociais e experiências concretas, neste documento (ITS, 2004) também são apresentados parâmetros considerados essenciais para atribuir às experiências o caráter de Tecnologia Social, são eles: TS visa a solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população; formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população; há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos; há planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada.

A comparação dos itens anteriormente citados com desenvolvimento do Caderno na seção 5.1, percebe-se que o CPS atende em muitos dos parâmetros estabelecidos; a intenção do CPS está de acordo com estes parâmetros, tanto o material em si, quanto as práticas que o constituem. Contudo, é preciso salientar que a apropriação e o uso do material, só puderam ser realmente verificados após o término desta pesquisa, tão somente quem pode fazer esta afirmativa são os sujeitos que participaram da construção do CPS e receberam o material.

### 3.4 ABORDAGEM EDUCATIVA: A CONCEPÇÃO INTERACIONISTA DA EDUCAÇÃO E O SUJEITO

No livro intitulado *Vygotsky* (REGO, 2014), a autora apresenta a perspectiva Sociocultural da Educação que foi desenvolvida por ele e seus seguidores. Baseado nos princípios do materialismo dialético considerava o complexo desenvolvimento da estrutura humana um processo de apropriação pelo homem de sua experiência de vida quanto aos aspectos históricos e culturais. Assim, o organismo, e o meio exercem influência recíproca, logo, os fatores biológicos e sociais são indissociáveis. Sob este prisma, a premissa de Vygotski é de que o homem se constitui como tal através de suas interações sociais, sendo visto como alguém que além de transformar é também transformado durante o processo de interação numa determinada cultura; este pensamento também é denominado de sócio-interacionista. Teresa Cristina Rego (2014) considera Vygotski um representante de outra forma de compreensão da origem e evolução do psiquismo humano, as relações entre indivíduo e sociedade e, conseqüentemente, um modo diferente de entender a educação: a concepção interacionista. Admitindo essa interação do indivíduo com o meio como característica definidora da constituição humana. Vygotski refuta as teses antagônicas e radicais que faziam dicotomia entre o inato e o adquirido: as abordagens ambientalistas (pela exagerada e exclusiva ênfase às pressões do meio) e nativistas (pelo desprezo às influências externas e pela supervalorização do aspecto hereditário e de maturação). Suas proposições parecem apontar para uma superação das oposições consagradas no campo teórico da Psicologia, na medida em que indicam novas bases para a compreensão da atividade humana (REGO, 2014). Esta autora ressalta que, nesta abordagem, ocorre uma interação dialética entre ser humano e os meios sociais e culturais desde o nascimento, não um somatório entre os fatores inatos e adquiridos. Sendo assim, esta psicologia do desenvolvimento é desprovida do poder de generalização, pois se circunscreve a características específicas relacionadas à dimensão cultural e histórica do grupo tratado.

Outro destaque dado pela autora, é que para Vygotski o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento, o que se dirige às funções psicológicas que estão em via de se completarem, sendo, portanto, a capacidade de promover avanços no desenvolvimento do aluno. Essa dimensão do desenvolvimento psicológico é importante para a educação ao permitir a compreensão dos processos de desenvolvimento presentes no indivíduo, porém, que necessitam de intervenção para consolidação. Essa intervenção pode ser dada pela

colaboração de parceiros mais experientes na cultura, assim também se procura compreender o papel do outro na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, também conhecida como histórico-cultural, o indivíduo se constitui enquanto tal principalmente através de suas interações sociais e trocas estabelecidas com seus semelhantes. Também considera que as funções psíquicas humanas estão ligadas ao aprendizado e apropriação por meio da linguagem, do legado cultural de seu grupo. Contudo, para que a apropriação ocorra é preciso que exista também a internalização, envolvendo a transformação dos processos externos (atividades entre pessoas) em um processo intrapsicológico (atividade reconstruída internamente), concluindo, o caminho do desenvolvimento humano segue a direção do social para o individual (REGO, 2014). Logo, segundo a autora, o desenvolvimento do sujeito humano se dá pelas constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social. Assim o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro (outras pessoas do grupo cultural), que indica, delimita e atribui significados à realidade.

No entanto, em um de seus textos, Vygotski (1995) usa o exemplo do desenvolvimento da linguagem de uma criança normal para explicar a fusão de duas naturezas de desenvolvimento: o natural e o cultural. Para o autor, a criação dos laços ou enraizamento com a civilização está intimamente relacionada aos processos de maturação orgânica, sendo assim, os processos natural e cultural coincidem e se amalgamam um ao outro. São, portanto, processos de formação biológica e social que vão influenciar na personalidade da criança, pois na medida em que o desenvolvimento orgânico ocorre em um meio cultural, torna-se um processo biológico historicamente condicionado e possui um caráter particular que não pode ser comparado com nenhum outro tipo de desenvolvimento.

As características acima destacadas da obra de Vygotski bem resumem os motivos pelo qual opto por esta abordagem para referenciar o processo educativo que aconteceu durante a construção do CPS de forma coletiva pelos indivíduos, que têm em comum uma cultura local e individual, um território, a Baixada de Jacarepaguá, que neste momento de pesquisa retorno para os mesmos, a fim de verificar individualmente como se deu a apropriação do material educativo por eles desenvolvido.

Gonzalez Rey (2005) desenvolveu a Teoria da Subjetividade fundamentada na perspectiva histórico-cultural, onde a relação entre o cognitivo e o afetivo apoia-se numa visão dialética, centrada na relação entre os processos e não na divisão estática e invariável. Onde o homem é constituído subjetivamente em sua própria história, e o sentido aparece como registro emocional comprometido com os significados e as necessidades que vão

desenvolvendo-se no decorrer de sua história. Este homem torna-se sujeito nos momentos de sentido em que pensa. A categoria sujeito é uma peça-chave para compreender os processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto dos processos sociais como dos individuais que acontecem em situações das mais diversas, como no caso do desenvolvimento de um material educativo (CPS).

Neste sentido, faz-se necessário olhar para o público ao qual se destinam os materiais, tendo a clareza de que os indivíduos farão suas leituras e análises de forma individual ou em grupo e poderão tomar suas decisões baseadas em diversos outros fatores e não apenas na informação recebida pelo material educativo. Sendo assim, as informações dos materiais educativos deveriam ser planejadas considerando a possibilidade de ocorrer um processo de tomada de decisão pelo leitor, ao invés de persuadi-lo para uma mudança de comportamento ou atitude (ARAÚJO, 2006). Para que este olhar ocorra, penso ser necessário refletir sobre a natureza deste público ou ser humano, passando a enxergá-lo sob o prisma da concepção histórico-cultural onde "O homem é um ser social, constituído fundamentalmente por meio das e nas relações sociais em condições históricas e culturais da vida concretamente vivida." (BRITO, 2005).

Talvez também seja necessário se desvencilhar do modelo mecanicista que compreende o homem como uma máquina, bem como do determinismo biológico que o explica por suas funções adaptativas. Nesse sentido, o pesquisador González Rey (2003) pode nos ajudar na mudança desses paradigmas ao reconverter nosso olhar para o caráter social do homem não determinado externamente, e sim atuando a partir de sua condição subjetiva quando está comprometido numa dada ação social. O social atua como elemento produtor de sentido partindo do lugar de sujeito em seu sistema de relações e da história desse próprio sujeito, que também não representa uma estrutura interna passiva, definitiva de seus comportamentos atuais, e sim uma configuração geradora de sentidos que não podem isolar-se dos sentidos produzidos no curso da experiência do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005b). Este autor discute e analisa duas categorias em sua obra: sujeito e subjetividade, sendo a primeira, para fins do presente trabalho, relevante para construir, compreender e valorizar esse ser homem, indivíduo, sujeito, representante de um grupo, participante e leitor que faz suas próprias escolhas e que se envolveu no desenvolvimento do CPS.

González Rey (2005b) faz um resgate da ideia do sujeito com capacidade de opção, de ruptura e de ação criativa diferentemente da ideia de controlador mundo ao seu redor. Esta ideia de sujeito resgata também os caracteres dialético e complexo do homem que simultaneamente representa um ser singular e social. Porém esta relação não se dá como uma

determinação externa trata-se de uma relação recursiva onde cada indivíduo está implicado na configuração onde se manifesta a ação do outro. Assim, o conceito de sujeito é incompatível com o determinismo mecanicista causal, pois a ação do sujeito é imprevisível. De forma simplificada, a categoria sujeito pode ser definida como indivíduo consciente, intencional, atual, interativo e emocional, ou seja, um sujeito que se expressa pelos processos de pensamento e linguagem, processos nos quais está comprometido nas suas relações com os outros num dado espaço social, atuando e se expressando a partir do estado emocional de quem fala e pensa. É importante salientar que o sujeito é sujeito do pensamento, pensamento este que não é compreendido de forma exclusiva sob aspectos cognitivos, mas um pensamento entendido como processo de sentido, ou seja, que atua somente por meio de situações e conteúdos que implicam a emoção do sujeito e sua participação, pois ele está situado em uma região da prática social. As situações sociais em que os sujeitos da pesquisa estiveram envolvidos no desenvolvimento do CPS contribuíram no momento do Campo, durante as entrevistas, para que surgissem elementos subjetivos em suas lembranças e, uma vez plenos de sentidos e sentimentos, forneceram substrato para o desenvolvimento deste trabalho.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

### 4.1 METODOLOGIA QUALITATIVA

O caminho a ser trilhado para se chegar aos objetivos traçados no presente estudo parte de uma Epistemologia Qualitativa que defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, enfatizando que o conhecimento é uma construção, uma produção humana e não é algo que está pronto para se conhecer (GONZÁLEZ REY, 2005a).

As técnicas utilizadas nesta pesquisa foram pensadas e escolhidas a partir dos objetivos e dos referenciais teóricos da pesquisa qualitativa em saúde adotados (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000). A análise dos documentos e registros, tais como: atas dos Encontros Conversacionais, pautas, planilhas, materiais de divulgação das atividades e fotos possibilitou realizar a descrição do desenvolvimento do conteúdo do CPS atendendo ao primeiro objetivo desta pesquisa. O levantamento de documentos internos do CFMA, fotos do território e bibliografia sobre a Baixada de JPA também contribuíram para compreensão dos usos de um ME contextualizado com seu território. A observação teve um importante papel na composição dos dados, ajudando a traçar os perfis dos sujeitos da pesquisa, examinando com todos os sentidos e descrevendo os vários elementos tais como: ambientes, comportamentos, linguagens, relacionamentos e o tempo que ocorrem os processos (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000).

Considera-se a Entrevista Semiestruturada (MINAYO, 2010), o principal instrumento para coleta dos dados no campo de pesquisa, e os registros da observação foram feitos no próprio texto da entrevista no momento da transcrição. No entendimento de Thompson, (2000), existem diferentes estilos de entrevista, desde as mais amigáveis, informais, parecendo uma conversa, até as mais formais, com perguntas padronizadas. Eventualmente, os bons entrevistadores desenvolvem uma variedade de métodos que trazem bons resultados e se adaptam à sua personalidade, seja como for o estilo da entrevista, para que seja bem-sucedida, requer habilidade do pesquisador. Nesta pesquisa, a entrevista procurou seguir um estilo informal, amigável e de conversa como foram os Encontros Conversacionais durante o desenvolvimento do Caderno, contudo procurei seguir o roteiro preparado.

Pelas características do CPS que serão descritas (seção 5.1), em se tratando de uma construção coletiva, não parece fazer sentido a indução da expressão da percepção do

entrevistado sobre uma temática específica de interesse do pesquisador, tão pouco quantificar conhecimento acerca de um determinado conteúdo do CPS. Tendo por pressuposto, que a produção consciente de conhecimento não é um processo puramente racional e sim um processo de sentidos configurado por elementos de origens diferentes, o presente estudo pretende, sobretudo, ressaltar dentre estes elementos, aqueles pelos quais o sujeito se identifica (González Rey, 2005b). Este sujeito se caracteriza pelo exercício de sua atividade pensante, reflexiva e dotado de sentido; para González Rey (2005b) o desenvolvimento do sujeito se dá na construção de seus sistemas de sentido, ou seja, o sujeito aparece nos momentos de sentido em que pensa. Levando-se em consideração os pressupostos aqui descritos, o trabalho de campo da pesquisa será conduzido segundo as etapas metodológicas descritas a seguir.

#### **4.1.1 Grupo do Estudo**

Os sujeitos que compuseram o grupo deste estudo, são os moradores e/ou líderes da região de Jacarepaguá que participaram do desenvolvimento do Caderno de Práticas e Soluções, além de receber o material impresso. Participaram da construção do CPS, os representantes de movimentos sociais e lideranças de Jacarepaguá, agentes comunitários de saúde e moradores próximos ao CFMA.

#### **4.1.2 Etapas do Trabalho de Campo**

Algumas leituras foram importantes para reflexão nesta pesquisa antes da entrada em Campo como, por exemplo, o texto de Thompson (2000); o autor entende que uma entrevista é um relacionamento social entre pessoas com suas próprias convenções, e uma violação destas, pode destruir este momento. Essencialmente, é esperado que o entrevistador mostre interesse no informante, permitindo que ele ou ela, fale sem constantes interrupções sem, contudo, deixar se perder o rumo da conversa. É preciso ter consciência que os sentimentos que envolvem este momento são o de cooperação mútua, confiança e respeito. Neste texto, o autor faz uma série de recomendações que foram levadas em consideração nesta etapa, por exemplo: a) fazer questões de forma clara, simples e sem pressa, apenas as necessárias; podem ocorrer pausas, pois o silêncio pode ser uma valorosa forma de permitir ao informante refletir mais e extrair o próximo comentário b) desenvolver um ambiente para que o

informante fique relaxado e confiante c) retornar ao ponto original ao final de uma divagação com uma frase como "Antes você estava dizendo..." d) demonstrar interesse durante toda a entrevista e) em caso de dúvida, tentar retornar por um diferente ângulo, ou sugerindo, com delicadeza, que se pode ter uma visão diferente sobre um assunto, como: "Eu ouvi..." ou "Eu li...", mas é importante não contradizer ou discutir com um informante f) tentar estar sensível aos sentimentos dos informantes g) caso pareçam inquietos ou dando respostas pouco concisas, eles podem não estar se sentindo bem ou cansados, ou ainda olhando no relógio por outro compromisso: nesse caso, encerre a entrevista o mais rápido possível h) atentar para a duração das entrevistas, em circunstâncias normais, uma hora e meia a duas horas seria o máximo i) ao término não sair apressadamente, é de bom tom ficar, dar um pouco de si, e mostrar um pouco de calor e apreço de volta pelo que foi dado a você.

#### 4.1.2.1 *Os sujeitos do estudo*

Os participantes desta pesquisa são cinco representantes dos grupos sociais que participaram do desenvolvimento do CPS levando em consideração os seguintes critérios: presença nos Encontros Conversacionais/oficinas (seções 5.1.2 e 5.1.5) e a efetiva contribuição nas etapas decisórias.

No intuito de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados, foram estabelecidos códigos e nomes fictícios. A identificação e atuação são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Identificação dos Entrevistados

<b>Códigos</b> L=Liderança Local, M=Moradora ACS=Agente Comunitária de Saúde	<b>Nome Fictício</b>	<b>Sexo</b> F=Feminino M=Masculino	<b>Idade</b> a=anos	<b>Escolaridade</b>	<b>Atuação</b>
<b>L1</b>	Sérgio	M	55a	Ens. Superior	Associação de Moradores
<b>L2</b>	Josefa/ Zefinha	F	63a	Ens. Superior	Movimento Social
<b>M1</b>	Regina	F	51a	3º ano do Ens. Médio	Agricultora urbana
<b>M2</b>	Silvana	F	46a	Ens. Médio	Trabalho informal e ações sociais
<b>ACS</b>	Carla	F	33a	Ens. Médio	Agente Comunitária de Saúde

#### 4.1.2.2 *Elaboração Roteiro das Entrevistas/Entrevista Piloto*

As questões que nortearam a entrevista foram elaboradas e agrupadas de modo a perceber a relação que o sujeito desenvolveu com: o CFMA; participação da concepção do CPS; o Material propriamente dito; os temas saúde, qualidade de vida e território. O roteiro com as devidas correções após o piloto é apresentado no Anexo A. O estudo piloto das entrevistas foi realizado com um dos participantes, a Moradora que será identificada por **M1**. A realização do piloto das entrevistas possibilitou avaliar a adequação do instrumento de coleta, as perguntas, o tempo de duração das entrevistas e adaptá-lo, antes de usá-lo no Campo efetivamente com os demais entrevistados.

#### 4.1.2.3 *Realização das Entrevistas e Transcrição*

Os entrevistados foram cinco, todos moram e/ou exercem liderança em localidades próximas ao CFMA. Foram eles: dois líderes de movimento social (Sérgio e Josefa), duas moradoras próximas ao CFMA (Regina e Silvana) e uma agente comunitária de saúde (Carla).

Por contato telefônico, convidei os sujeitos a participarem voluntariamente da pesquisa e agendei local e horário da entrevista mais conveniente para o eles. No início da entrevista, foram explicitados os objetivos da pesquisa e aspectos éticos. As entrevistas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas. Embora tenha levado um pequeno caderno como diário de campo, optei por observar atentamente, examinando com todos os meus sentidos aquele momento para posteriormente descrevê-lo durante a transcrição (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000).

As transcrições se deram no mesmo dia das entrevistas, a cada fala do entrevistado; caso algum fato tivesse ocorrido ou alguma expressão mais forte, procurei assinalar estas observações. Os áudios foram transferidos para o computador e para uma pasta virtual (backup) e logo transcritos para um documento em formato Microsoft Word, que também foram guardados em pasta do computador local e numa pasta virtual.

#### 4.1.2.4 *Aspectos Éticos*

O presente projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IOC e aprovado segundo o Parecer do Número: 1.308.309 (ANEXO B). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C) foi lido no início de cada entrevista para que os entrevistados autorizassem a gravação de suas vozes e o uso de suas falas na dissertação, caso concordassem. Também foram esclarecidos, quanto aos objetivos da pesquisa, que suas

identidades seriam preservadas e que a qualquer momento eles poderiam desistir de participar da pesquisa sem ônus.

### **4.1.3 Organização dos Dados**

#### *4.1.3.1 Caracterização dos Entrevistados*

Com os dados pessoais informados no início das entrevistas, um pouco de conhecimento da história dos entrevistados devido aos EC que duraram quase dois anos e os relatos oferecidos durante as entrevistas, foi possível elaborar um pequeno texto introdutório descrevendo e caracterizando os entrevistados (BOURDIEU, 2012), que será apresentado nos Resultados.

#### *4.1.3.2 Tematização*

Após leitura minuciosa dos transcritos, foram definidos os seguintes eixos temáticos: usos e percepção do Caderno, território, saúde e suas correlações com qualidade de vida e ambiente. Segundo Fontoura (2011), os eixos temáticos são norteadores para a análise dos dados visando a construção e o delineamento de uma pesquisa qualitativa, que valorize aspectos diferenciados das experiências sociais expressas nos depoimentos individuais. No primeiro momento, apenas atribuí uma cor para cada eixo e colorei os trechos das falas correspondentes, posteriormente, montei um quadro com a identificação dos entrevistados e suas respectivas falas agrupadas pelos respectivos temas; estas foram dinâmicas que utilizei para me familiarizar aos depoimentos e extrair os aspectos mais relevantes. Concomitantemente, uma releitura do referencial teórico permitiu a identificação de algumas referências de autores que foram incluídos nas linhas correspondentes às falas que possuíam similaridade.

## 4.2 DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

Realizadas as entrevistas, observei o quanto as questões do território estavam impregnadas nos relatos dos sujeitos, mesmo quando a pergunta não se dirigia ao de tema. Portanto, considerei importante levantar documentos e bibliografia para poder relatar um pouco da história deste local, bem como a inserção da Fiocruz neste território, com vistas a melhor compreender os sujeitos na localidade.

### 4.2.1 A Baixada de Jacarepaguá: um Território que abriga muitos bairros

Na apresentação do livro "O Sertão Carioca" (CORRÊA, 1936), Ricardo Palma argumenta que batalharia para que o professor, ilustre artista, escritor e repórter Magalhães Corrêa, ganhasse o maior prêmio de reportagem por sua curiosidade útil e sadia, pela generosidade com que instrui acerca do que é nosso; revelando aos cariocas que o Rio tem um sertão maravilhoso, que se podia chegar de carro a 3 ou 4 horas do centro urbano e encontrar onças, jaguatirica, capivaras, jacarés:

Sim, senhores, o Rio tem o seu sertão. E que sertão maravilhoso, a cujas verdes portas se podem bater de automóvel, em escassas horas, por ótimas estradas! Que sertão sumptuoso, debruado de grimpas ainda frondosas, cachoando águas de altas vertentes, ondulando em vales ubérrimos, escavando-se em lagôas de fundo crystallino! (CORRÊA, 1936, p.12)

Tratava-se de uma vasta área de terra carioca, denominada planície de Jacarepaguá (vale dos jacarés em tupi-guarani), compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca. Por sua bela natureza, o ar puro e isolamento dos centros urbanos, considerada na época da década de 1920 como necessários na terapêutica de enfermidades como tuberculose, lepra e doenças mentais, esta região foi escolhida para sediar vários hospitais e asilos (VENANCIO, POTENGY, 2015).

Atualmente, os jacarés deste vale estão ameaçados de extinção (VERDADE; LARRIERA, 1995) e a prefeitura do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2012) subdividiu a cidade em Regiões Administrativas, onde a XVI corresponde a Jacarepaguá que abrange os seguintes bairros com os respectivos números podendo ser visualizados no mapa (Figura 1) na cor bege: 115- Jacarepaguá, 116- Anil, 117- Gardênia Azul, 119- Curicica, 120- Freguesia de Jacarepaguá, 121- Pechincha, 122- Taquara, 123- Tanque, 124- Praça Seca, 125- Vila Valqueire. Nesta sequência numérica, falta o número 118, que se refere a Cidade de Deus,



Também é importante referendar neste texto a Baixada de Jacarepaguá, que, segundo Montezuma e Oliveira (2010), está localizada na região litorânea oeste da cidade do Rio de Janeiro, em uma área extensa de planície de 160 km<sup>2</sup> compreendendo os bairros do Itanhangá, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena, que forma um imenso triângulo circundado nas laterais pelos maciços da Tijuca e Pedra Branca. Nesta região, encontram-se três lagoas principais: Tijuca, Jacarepaguá e Marapendi, que são paralelas às praias da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Dos maciços que cercam a baixada, originam-se cursos de água desaguando principalmente nas lagoas que se comunicam com o mar. A elevada precipitação pluviométrica, o assoreamento progressivo das lagoas e canais, a redução da capacidade de acumulação e regulação natural destes reservatórios, são exemplos de fatores que contribuem para a suscetibilidade da Baixada de Jacarepaguá às inundações (CERQUEIRA, 2006). Para Montezuma e Oliveira (2010) e Cerqueira (2006), o local representa uma das principais vertentes de crescimento da cidade. Com um cenário urbano diversificado, possui localidades como Barra da Tijuca e Taquara com os maiores índices de urbanização na cidade enquanto Vargem Grande e Vargem Pequena possuem características periurbanas, contudo, o processo de urbanização vem se desenvolvendo de forma intensa também sobre estes locais. Assim, a cidade cresce sob aspectos formais e informais, desrespeitando os preceitos do desenvolvimento sustentável e o planejamento como nos casos de Vargem Grande e Vargem Pequena, onde são implantados condomínios fechados, com residências para a classe média e assentamentos informais de baixa renda (CERQUEIRA, 2006).

O processo de ocupação da Baixada de Jacarepaguá foi sucintamente delineado por Montezuma e Oliveira (2010), com destaque para o acelerado desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno e a degradação do ecossistema florestal como, por exemplo, o desmatamento e a expansão das atividades agrícolas nas encostas do maciço da Pedra Branca; desta forma, nesta localidade, há traços de conflito rural-urbano. Estes autores chamam a atenção para o chamado PEU Vargens - Lei Complementar 104/09 aprovada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 27 de outubro de 2009 que trata do Projeto de Estruturação Urbana dos bairros de Vargem grande, Vargem Pequena, Camorim, e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Este Projeto de Estruturação Urbana visa detalhar os condicionantes da ocupação territorial na escala de um bairro ou conjunto de bairros, neste caso, a Baixada de Jacarepaguá- uma imensa área alagada com

remanescentes de Mata Atlântica e restinga, com cerca de 50 km<sup>2</sup> de extensão (NAME; CARDEMAN, 2014). Dentre os conteúdos do PEU Vargens, destaca-se a mudança de parâmetros urbanísticos, autorizando o aumento de potencial construtivo num território que possui infraestrutura precária, fragilidades ambientais e funções importantes para o ecossistema como estabilidade de encostas, atração do fluxo migratório de várias espécies de aves e permite que a água da chuva alimente os lençóis freáticos (MONTEZUMA; OLIVEIRA 2010). Os autores Name e Cardeman (2014) acreditam que a Lei Complementar 104/09 traz a possibilidade de transformação da paisagem e que está em desacordo com a infraestrutura da área, em particular saneamento básico, podendo agravar o atendimento a serviços em uma área que já é precária.

Considerando a condição natural das baixadas como áreas receptoras de água e de sedimentos das partes mais altas; as subseqüentes transgressões e regressões marinhas de um sistema de planície; a importância biológica e humana da biodiversidade dos ecossistemas remanescentes que trazem uma pequena representação da condição do município anterior à urbanização e a manutenção da qualidade de vida da população; Montezuma e Oliveira (2010) defendem a importância do estabelecimento de novas regras de ocupação baseada em real estruturação urbana que leve em consideração uma discussão técnica balizada em estudos e fatos, bem como prováveis efeitos de um maior adensamento sobre a área visando evitar catástrofes.

Um resgate histórico do processo de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro relaciona a PEU-Vargens com os preparativos para os megaeventos<sup>3</sup> (SANTOS, 2013). Neste artigo, a autora relata que, uma vez aprovado o Plano Diretor do Rio, os esforços da prefeitura foram realocados no sentido dos planos locais, os Planos e Estruturação Urbana (PEU). Dentre os 55 PEU's que estavam previstos, apenas 5 tiveram regulamentação devido a interesses pontuais como no caso da PEU-Vargens, que aumentou significativamente os índices urbanísticos da região que abrigou a maioria das competições do Pan-2007 e que seria o berço dos Jogos Olímpicos de 2016. Segundo Santos (2013), foram incorporados ao Plano Diretor projetos ligados à realização dos megaeventos que já haviam sido traçados em seus dossiês de candidatura como, por exemplo, a rede viária e de transporte e o incentivo à

---

<sup>3</sup> Segundo Tafakgi (2014), megaeventos são acontecimentos de curta duração, com resultados permanentes nas cidades que os sediam e estão associados à criação de infraestrutura para o evento.

criação e ampliação do setor hoteleiro; estas incorporações não passaram por qualquer processo de discussão participativa, ferindo assim um dos princípios fundantes de um plano diretor. O termo legado passou a ser muito utilizado pelos governantes do Rio de Janeiro para justificar as inúmeras intervenções (MAGALHÃES, 2013) urbanas que a cidade passou nos últimos anos para receber os megaeventos esportivos, a saber: o Pan-Americano em 2007, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

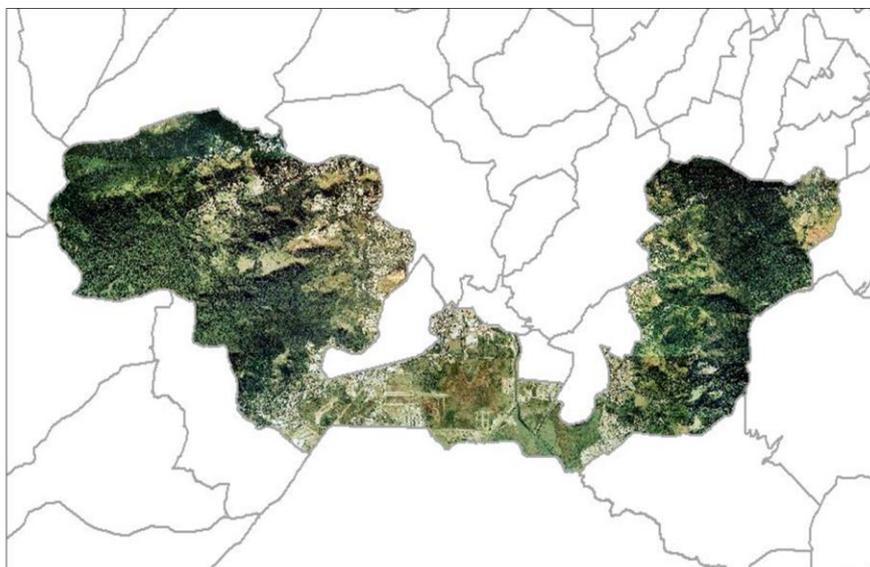
A realização desses eventos tem implicado uma importante intervenção no espaço físico da cidade, alterando, sobremaneira, seus usos pelos diversos segmentos e classes sociais, além dos seus fluxos constituintes (de pessoas, mercadorias, serviços e capital), visando prepará-la para a realização desses megaeventos, utilizando-se inclusive, de alterações significativas na legislação urbanística como um todo, sendo o exemplo principal dessa mudança legal a reavaliação e aprovação do novo Plano Diretor, que ocorreria em 2011. A configuração constituída a partir dessas intervenções significará um incremento considerável na conformação do "repertório da remoção" e, conseqüentemente, como vem se afirmando, na reformulação do "problema favela" atualmente. (MAGALHÃES, 2013, p. 5).

Segundo o autor (MAGALHÃES, 2013), esse legado possui uma dimensão física e outra de autoestima ou da imagem da cidade. A física seria relacionada às intervenções abrindo um novo período para a cidade e rompendo com o estado anterior de abandono como por exemplo a revitalização da Zona Portuária e a conseqüente mudança da imagem da cidade, pois revitalizar, para além de recuperar área problemática, pode fazer com que se modifique a forma como a cidade é apropriada e percebida coletivamente. Outro importante compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional como legado foi o programa denominado Morar Carioca, cujo objetivo era de urbanizar todas as favelas até 2020. Porém, isso apenas ocorreria nas favelas passíveis de urbanização, ou seja, que não estivessem em áreas de risco; as que estivessem, teriam de ser removidas e realocadas em conjuntos habitacionais frequentemente construídos na Zona Oeste com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida. Para Magalhães (2013), a partir do argumento de "legado" foram constituídas práticas de erradicação das favelas com conseqüências concretas e notórias a partir do reordenamento do espaço urbano em curso. Fato que pode ser observado, sobretudo no Bairro de Jacarepaguá (MENDO; MAIA, 2014) onde está situada a Colônia Juliano Moreira (CJM) e parte do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB).

#### 4.2.2 Jacarepaguá: um bairro que abriga a antiga Colônia Juliano Moreira, o Campus Fiocruz Mata Atlântica e parte do Parque Estadual da Pedra Branca

O bairro de Jacarepaguá possui uma área de 7.579,64 ha sendo que 56,83% de sua área territorial estão acima da cota de 100 m de altitude. A população é de 157.326 habitantes com cerca de 60.683 domicílios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). A Figura 2 (A) representa o bairro de JPA, sendo que a Figura 2 (B) destaca as dimensões e localização do bairro em relação ao município do RJ.

Figura 2: Mapas do Bairro de Jacarepaguá



(A) Foto de satélite do Bairro de Jacarepaguá



(B) Município do Rio de Janeiro com destaque para o Bairro de Jacarepaguá

Fonte: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm)

Para Mendo e Maia (2014), a ocupação urbana de Jacarepaguá foi acelerada com a construção da Linha Amarela, cuja finalidade foi de melhorar o deslocamento da população de alta/média renda moradora da Barra da Tijuca. Contudo, como Jacarepaguá foi cortado pela Linha Amarela, houve um adensamento dessa região sem o devido preparo, acarretando no agravamento das fragilidades urbanas como o caos viário, além das ambientais. As autoras destacam o exemplo da Linha Amarela como referência na análise das novas linhas expressas, que mais uma vez cortam o bairro no contexto das Olimpíadas, provocando ruptura no tecido social e urbano em áreas de expansão imobiliária. Entretanto, Jacarepaguá não foi sempre assim, conforme foi comentado anteriormente; além de ter sido o Sertão Carioca, no contexto das localidades a serem ainda desbravadas (CORRÊA, 1936), já abrigou grandes fazendas de café e engenhos de cana-de-açúcar de modo que, ao longo das primeiras décadas do século XX, transitou de uma área/localidade ocupada pela cultura agroexportadora para as culturas de subsistência (DÓRIA, 2015). Jacarepaguá foi palco das transformações no modo de ocupar as terras passando de freguesias rurais a pequenas propriedades de posse por ocupação direta do lavrador sem terra, concretizando assim o uso parcelado de uma grande área (fazenda, engenho) em pequenas unidades de subsistência (sítios, chácaras, pequenas posses). Segundo Dória (2015), na história nacional, a posse não serviu apenas ao pequeno agricultor sem terra, mas foi um instrumento de pressão e combate aos privilégios das classes senhoriais. Entretanto, mesmo repartida, juridicamente a propriedade continuava inteira, concentrando nas mãos de poucas famílias grandes extensões de terras, permitindo que o proprietário alugasse ou cedesse o uso da terra e de suas benfeitorias, caracterizando um mercado de aluguel de terras e benfeitorias.

Em resumo, a fragmentação das terras dos antigos engenhos e fazendas - e o conseqüente surgimento dos arrendamentos e aluguéis, das chácaras e sítios e da posse cedida - permitiu a muitos dos grandes proprietários rurais manterem suas terras mais valorizadas num circuito comercial local que num circuito comercial externo, nacional ou internacional. No entanto, essa valorização fundiária, somente ocorreu mediante o acesso à terra por parte de sujeitos, grupos ou famílias que tinham condições de participar desse circuito comercial local, seja como arrendatários, sítiantes, chacareiros, ou, simplesmente, agricultores livres sem terra que se tornaram pequenos posseiros. (DÓRIA, 2015, p.34)

Durante a primeira metade do século XX, a zona oeste permaneceu como a maior fornecedora de gêneros alimentícios do então Distrito Federal com destaque para: cabeças de gado, cana, arroz, feijão, batata inglesa, café, mandioca, milho, mamona e algodão. Para o autor (DÓRIA, 2015), a consolidação das pequenas lavouras na zona rural carioca contribuiu para que as representações sobre esta região consistissem na elaboração de imagens que retratam uma visão sobre a zona oeste associada aos grupos que trabalham a terra na pequena

lavou, ou seja, pobre e abandonada pelo Estado. Outra imagem que se consagrou ao longo do tempo, foi de que Jacarepaguá possuía um clima salubre, o que dava a esta região uma vocação para instalação de hospitais, casas de repouso, e demais tipos de estruturas destinadas à recuperação de pessoas adoentadas, justificativa para o fato de que o governo federal teria instalado a partir da década de 1920 a Colônia Juliano Moreira, os Hospitais Curupaiti, Curicica e Santa Maria.

Segundo Dória (2015), a geografia descritiva da década de 1950 contribuiu para melhor conhecimento das questões ligadas ao saneamento das terras e impacto na zona rural do então Distrito Federal, com especial destaque para a região da Baixada de Jacarepaguá e o sistema lagunar, pois os rios provocavam inundações na época chuvosa e ultrapassavam a Estrada dos Bandeirantes causando prejuízos também aos agricultores. Na época, alguns rios da região foram limpos e desobstruídos pela Diretoria de Obras da Baixada Fluminense, serviços de saneamento foram realizados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento liberando terrenos que anteriormente eram brejos e pântanos para a agricultura. Após as obras, no entanto, houve uma crescente valorização da terra, o que acarretou no aumento dos aluguéis. A valorização da terra e a criação do imposto territorial favoreceram o surgimento das primeiras questões de terra na região. Esse autor sugere ser importante considerar o papel da dinâmica de lutas sociais pelo acesso à terra, protagonizados pelos trabalhadores pobres e marginalizados da sociedade carioca, e faz uma análise de algumas notícias do período entre 1930 a 1960, relacionadas aos conflitos pela posse da terra que aconteceram na zona rural, com o intuito de identificar os agentes envolvidos nos conflitos e seus modos de agir. Para Dória (2015), seu estudo permite traçar as características gerais do processo de mudança na zona oeste da cidade no período analisado e observar a reorganização das relações dos homens com a terra, os usos e os sujeitos que atuam nos conflitos pela posse da terra; os quais representaram uma resistência à nova forma de organização econômica. A conclusão de Dória (2015) em seu texto, foi que as rebeliões das populações da zona rural se deram com o surgimento do novo tipo de poder econômico e político exercido por grupos implicados com a produção de mercadorias, cujos interesses são crescer e dominar os grupos comprometidos com a produção de subsistência, caracterizando um movimento de circulação social dos processos de mudança em sociedades complexas.

A ação de pretensos proprietários interessados no despejo dos lavradores e na conversão de sua terra em mercadorias - e a resistência destes - tornou a Baixada Fluminense e o sertão carioca zonas de conflitos sem precedentes para a história do século XX do Rio de Janeiro. (DÓRIA, 2015, p. 55)

Logo, o lavrador do sertão carioca se organizou e resistiu às tentativas de expulsão das áreas por ele ocupadas. Áreas estas, situadas na periferia do então Distrito Federal, que foram valorizadas e passaram a sofrer inúmeras tentativas de grilagem após o saneamento da época. No período estudado (1930-1960), o autor constata a transformação geral da zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro, com mudança na relação dos homens com a terra. No novo cenário, a terra deixa de ser para o homem uma fonte de subsistência e passa a ser mercadoria, provocando assim a troca dos sujeitos e grupos sociais ligados aos respectivos usos, tirando de cena os lavradores e os pescadores, colocando os loteadores (DÓRIA, 2015).

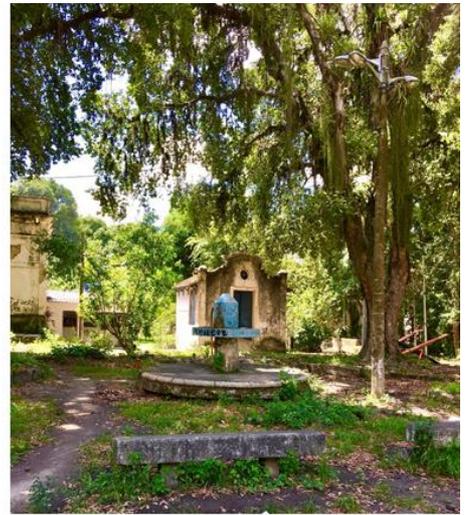
Outros fatos históricos contribuíram para a atual configuração do bairro Jacarepaguá, que nas primeiras décadas do século XX era considerado o sertão carioca e também se caracterizava por seu ar puro, proximidade com a natureza, e isolamento urbano que na época eram quesitos necessários ao tratamento de doenças como tuberculose, lepra e doenças mentais. Sendo portanto, esta região escolhida para abrigar hospitais e asilos (VENANCIO; POTENGY, 2015).

Em 1924, a criação de uma instituição psiquiátrica possivelmente favoreceu a formação de um estigma no imaginário dos moradores e, mais uma vez, modificou suas relações com a localidade. Segundo Venancio e Potengy (2015), a instituição, inicialmente denominada Colônia dos Psicopatas Homens - Jacarepaguá, em 1935 homenageou o médico psiquiatra muito atuante na constituição da psiquiatria brasileira, quando a colônia passou a ser chamada Colônia Juliano Moreira (CJM). Esta instituição de âmbito federal foi criada inicialmente sob o modelo asilo-colônia, onde a terapia se fazia através do trabalho (praxiterapia) e também o modelo assistencial heterofamiliar, onde os funcionários moradores da Colônia recebiam pacientes em suas casas em troca da realização de pequenos serviços. Costa e Gonçalves (2015) relatam que na época se pensava que os tratamentos das doenças asilares ajudavam a minimizar a sensação de exclusão social decorrente do afastamento dos pacientes, pois junto aos tratamentos, existiam outros elementos como igreja, escola, praça, residências familiares, cinema, toda uma vida social, onde estes elementos urbanos se traduziam na reprodução de elementos típicos de uma cidade (Figura 3). Havia também um esforço em se reproduzir um ambiente familiar que era refletido na arquitetura dos alojamentos com um estilo mais tradicional, construções coloniais (COSTA; GONÇALVES, 2015).

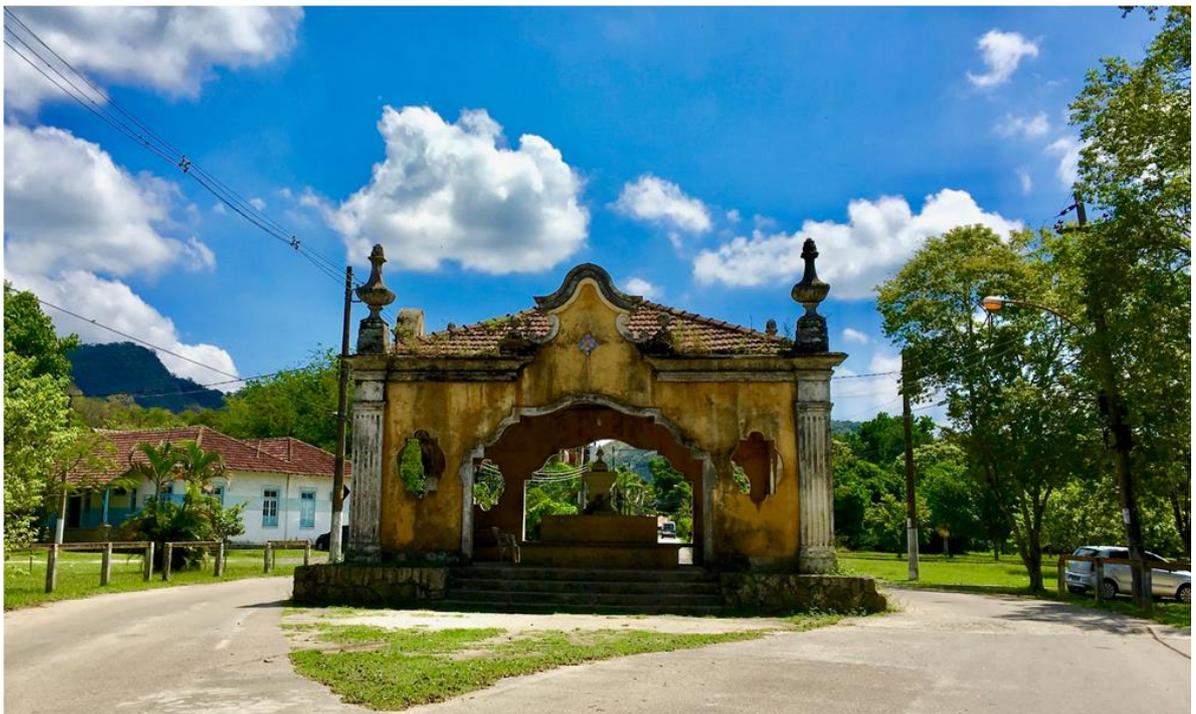
Figura 3 – Elementos do Núcleo Histórico da CJM



(a) Igreja Nossa Senhora dos Remédios



(b) Praça



(c) Chafariz

Fonte: a- <http://mapio.net/pic/p-11605686/>; b, c- Autora, 2017

Somando às terapias originais, CJM chegou a fazer também tratamentos de eletrochoque, lobotomia, terapia ocupacional e a ter ambulatórios de higiene mental. Alguns fragmentos da história da CJM sob as perspectivas histórica e antropológica são contados em Venancio e Potengy (2015), onde defendem que a Colônia dá testemunho da história da cidade do Rio de Janeiro participando de diversas formas, como por exemplo constituindo-se de um lugar que era uma antiga zona rural e, por meio de sua crescente inserção no espaço urbano, contribuiu para a atual configuração, conforme falado anteriormente. Outra importante contribuição nos textos organizados pelas autoras foi:

observar por novos prismas as relações sociais produzidas na Colônia em diferentes conjunturas históricas, levando-nos a conhecer não apenas o modo como ela se tornou lugar de isolamento e exclusão social, mas também como a sociedade, por meio de atores e práticas sociais, ali se fez presente, ajudando-a a se constituir. (VENANCIO, POTENGY, 2015, p.16).

Como a Colônia Juliano Moreira não é objeto desta dissertação, não me estenderei muito na sua descrição histórica, levantando apenas alguns aspectos relevantes no contexto deste trabalho para melhor compreender a localidade e as relações que os entrevistados desta pesquisa estabelecem com este território.

Quanto à estrutura dos prédios da Colônia, vários deles foram edificadas ao longo dos anos 1930-1962 e a arquitetura hospitalar foi estabelecida de acordo com as políticas de saúde adotadas na época e com as tendências arquitetônicas. Como por exemplo, o modelo pavilhonar europeu adotado pelo Núcleo Rodrigues Caldas (Figura 4) que foi o primeiro, e o do monobloco de origem norte-americana. Cada núcleo era formado por vários pavilhões internos. O Núcleo Rodrigues Caldas e o Ulisses Viana foram destinados aos pacientes masculinos, posteriormente o Núcleo Franco da Rocha e Teixeira Brandão para os pacientes femininos; outras edificações hospitalares compuseram a CJM (COSTA; GONÇALVES, 2015). Além dos prédios que foram edificadas, engenhos foram apropriados para a criação da então Colônia de Psychopata-Homens, na Estrada Rodrigues Caldas, e outras vias de acesso foram abertas. Foi o caso do Engenho D'água, onde a água era a força-motriz que usava um aqueduto (Figura 5), cuja construção foi do século XVII até 1839; este transportava a água de uma nascente aos pés do Maciço da Pedra Branca até o engenho, e forneceu água para os pacientes (COSTA, GONÇALVES, 2015).

Figura 4: Edificações do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas



Fonte: Autora, 2017

Figura 5 – Aqueduto



Fonte: <http://mapio.net/pic/p-11605686/>

Como a perspectiva do tratamento dos alienados em colônias rurais estava em voga desde o início do século XX, as novas instituições psiquiátricas, como a CJM, eram indispensáveis para substituir as antigas colônias da Ilha do Governador, que estavam em situações precárias, impossibilitando o tratamento adequado de seus internos. Em 1923, as construções da Ilha do Governador foram desativadas, os internos transferidos para a CJM e hoje o local abriga Base Aérea do Galeão (COSTA; GONÇALVES, 2015).

Neste capítulo escrito pelo autores Costa e Gonçalvez (2015), também fica clara a influência das políticas de saúde pública do então Distrito Federal (DF) sobre a instalação e crescimento da CJM. A forte atuação do DF possibilitou a construção de grande número de pavilhões como lavanderia, refeitório, cozinha, farmácia, laboratórios, necrotério e enfermarias. Políticas de ordenamento do DF também influenciaram a CJM, na medida em que foi proposta a organização e construção de espaços de tratamento no Brasil, pelo decreto 6.000 do DF de julho/1937. Com isto, o zoneamento da cidade não permitia a construção de novos hospitais e casas de saúde em áreas majoritariamente industriais, portuárias e comerciais, ficando permitido apenas em algumas áreas residenciais, rurais e agrícolas como Jacarepaguá.

Com o passar das décadas, o modelo de assistência heterofamiliar da Colônia foi gradativamente deixando de ser patrocinado pela instituição. Segundo Potengy e Hope (2015), especialmente a partir da década de 1970, o número de pacientes e de profisisonais foi reduzido, as instalações foram ficando precárias e ocorreu a paulatina desativação das unidades hospitalares. Nesta época, a sociedade estava mobilizada para a redemocratização da nação e aprofundava-se o debate sobre a necessidade de humanizar o tratamento para os pacientes mentais. Outro fato destacado pelas autoras, foi a mobilização da Associação Brasileira de Psiquiatria na defesa de médicos que haviam sido presos e torturados no período militar, acendendo as discussões éticas, os direitos humanos e individuais. Estas iniciativas acarretaram a mudança da forma de enxergar a história da loucura e da psiquiatria, bem como a forma pela qual a sociedade moderna lida com todas as formas sociais e culturais do diferente, divergente e os desvios. Este movimento, culminou na mudança de paradigma para o tratamento dos distúbios mentais e a consequente desinstitucionalização da saúde mental. Potengy e Hope (2015) destacam que após um longo período de deterioração, no início dos anos 1980, a CJM começa seu processo de transformação do modelo assistencial, em consonância com a reforma psiquiátrica que vinha acontecendo em diversos países. Os tratamentos com eletro-choque, as lobotomias, e o abusivo uso de neurolépticos foram abolidos; internações de longa permanência deixaram de ser aceitas, esta nova configuração

de tratamento visava evitar a cronificação do paciente. A partir de 1981, a assistência a novos pacientes em crise passou a ser feita no Hospital Jurandyr Manfredini, privilegiando a abordagem comunitária, localizado junto à Área de Planejamento 4 (AP4) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a nomenclatura do espaço é nova, mas ainda no território da CJM (POTENGY; HOPE, 2015). A área da Colônia teve seu caráter urbano reforçado gradualmente. Inicialmente povoada pelos funcionários, depois pelos filhos dos funcionários, a partir do final da década de 1980, migraram famílias que não possuíam nenhuma relação funcional com a instituição, caracterizando invasões ou apropriações informais; para as autoras (COSTA; GONÇALVES, 2015), a cidade literalmente invadiu o hospício. Outras ondas de ocupação ocorreram na década de 1990. Para Potengy e Hope (2015) ocorreram dois movimentos demográficos na CJM: a diminuição do número de pacientes e funcionários e o aumento do número de habitantes devido ao crescimento vegetativo da população e as sucessivas ondas de ocupação.

No capítulo escrito por Potengy e Hope (2015), as autoras relatam e desenham uma Linha do Tempo da CJM até 2012 com o intuito de compreender evolução do território e suas transformações relacionadas aos principais marcos institucionais. Como parte deste trabalho de dissertação aconteceu no Campus Fiocruz Mata Atlântica, darei destaque no que compete ao CFMA. Em 1995, inicia um longo processo institucional com a Prefeitura do RJ propondo a municipalização do território que, diante das transformações políticas nacionais, a CJM (Figura 6) pertence ao Ministério da Saúde do Governo Federal. Contudo, a divisão do território foi em 5 Setores (Figura 8) e aconteceu entre várias autoridades administrativas, sendo que muitas das ações ligadas diretamente à saúde ficaram com a Prefeitura do RJ, atendendo às demandas de descentralização das ações de saúde e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2008, estes setores foram reorganizados - as unidades hospitalares passaram para a jurisdição da Secretaria Municipal de Saúde, a área urbana para a Secretaria Municipal de Habitação, o Centro de referência Hélio Fraga, uma área junto ao Parque Estadual da Pedra Branca, o Pavilhão Nossa Sra. dos Remédios e o Pavilhão Agrícola ficaram sob responsabilidade da Fiocruz, e outra área sob a jurisdição do Exército. (POTENGY; HOPE, 2015, p. 279).

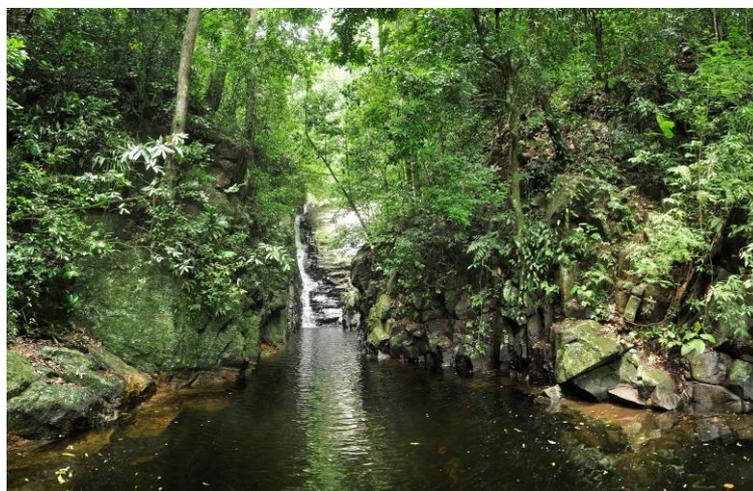
Figura 6: Localização da Colônia Juliano Moreira no bairro de Jacarepaguá.



Fonte: Mendo e Maia, 2014

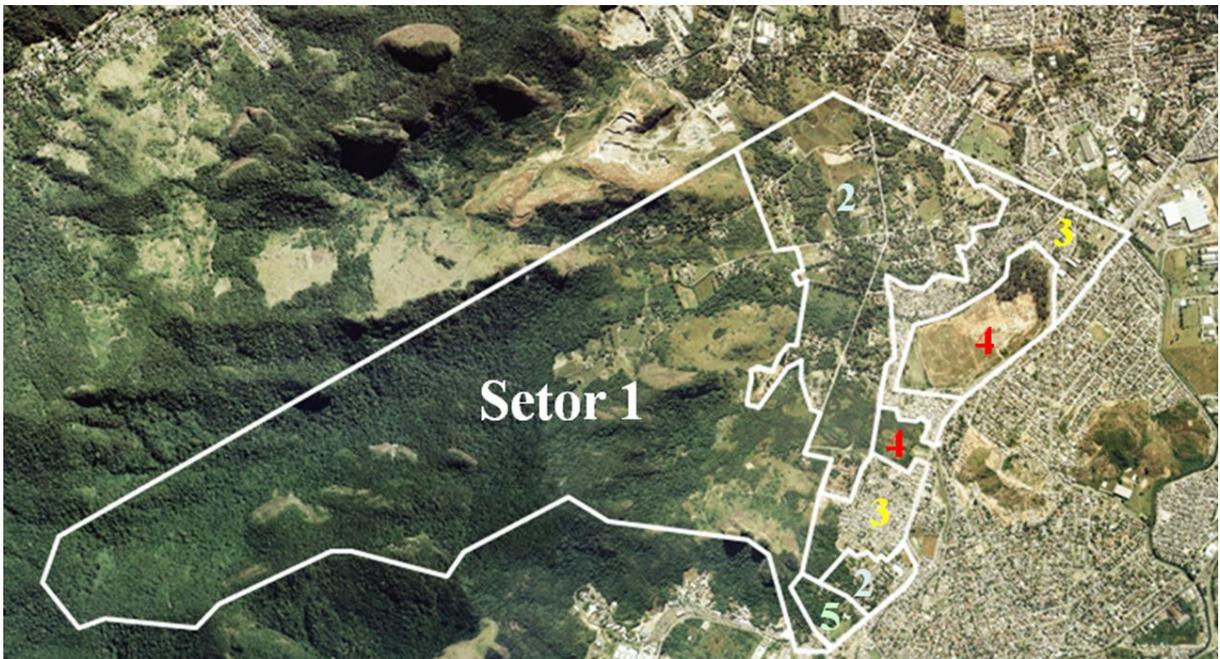
Diante do desafio fazer uso por 50 anos de uma grande área com tamanha riqueza histórica, cultural, médica e ambiental (Figura 7), a presidência da Fiocruz instituiu em 2007, o Programa de Implantação do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PICFMA) que é composto por um conjunto de profissionais e pesquisadores de formações distintas para desenvolverem ações destinadas à construção de territórios saudáveis. O desafio para o PICFMA, era desenvolver ações numa área de aproximadamente 500 ha, denominada Setor 1 (Figura 8), parcialmente cercada por assentamentos urbanos irregulares que como já foi dito, são resultante do crescimento vegetativo da população residente oriunda do modelo assistencial heterofamiliar, mas também, do processo de expansão urbana que vem se acentuando desde a década de 1970 na zona oeste do RJ (COHEN et al, 2010). Dentre os compromissos assumidos pela Fiocruz junto à Secretaria de Patrimônio da União-SPU (órgão do Ministério do Planejamento, Governo Federal) está a regularização fundiária das aproximadamente 200 famílias que vivem no Setor 1.

Figura 7: Cachoeira



Fonte: Lin Lima, 2014

Figura 8 - Imagem Aérea dos 5 setores da CJM com destaque ao Setor 1/CFMA



Fonte: CFMA, 2004.

Figura 9: Vista área de parte do CFMA



Fonte: Lin Lima, 2012

Parte da área cedida à Fiocruz é sobreposta ao Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB (RIO DE JANEIRO, 1974) sendo esta uma Unidade de Conservação Estadual e o restante da área em zona de amortecimento do Parque (BRASIL, CONAMA, 1990). O PEPB localiza-se na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, abrange todas as áreas situadas acima da linha da cota de 100 m de altitude do Maciço da Pedra Branca e em partes de 17 bairros: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jardim Sulacap, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba). PEPB mede cerca de 12,5 ha (INEA, 2016); compreende cerca de 60% da área da CJM e 54% do Setor 1 (FIOCRUZ, 2009).

O Setor 1 da antiga CJM que é o atual Campus Fiocruz Mata Atlântica (Figura 9), situa-se na fronteira entre um ecossistema de Mata Atlântica que vem passando por modificações antrópicas e o adensamento urbano de Jacarepaguá.

Dada a sua importância frente às condições de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e aos serviços ambientais prestados ao município do Rio de Janeiro em conjunto com o PEPB, sua ocupação foi planejada de modo a atender os seguintes fatores: a) legislação ambiental; b) normas internas da Fiocruz quanto a biossegurança, qualidade ambiental e do trabalho; c) vocação da área para pesquisa, desenvolvimento científico e cultural nas temáticas ambiente, biodiversidade de saúde; d) anseios da Fiocruz para expansão de suas atividades e) contribuição institucional para a promoção da saúde e desenvolvimento local. Portanto, para a Fiocruz esta é uma oportunidade de desenvolver em um de seus Campi um modelo de ocupação sustentável na busca por um território saudável, tomando como referência a concepção de Cidade Saudável (OMS, 1995), onde coloca em prática a melhoria do ambiente físico e social com a participação da comunidade.

Para tal, foi elaborado o Plano Diretor do Campus Fiocruz Mata Atlântica - PDCFMA (FIOCRUZ, 2009) com o intuito de orientar, planejar e gerir as políticas e ações de uso e ocupação do CFMA. Salienta-se que esta parte da dissertação foi baseada neste documento.

O PDCFMA propõe os princípios e valores:

- Sustentabilidade ampliada e progressiva nas suas dimensões social, ambiental e econômica;
- Compromisso com a legislação vigente;
- Comprometimento com a valorização e preservação dos patrimônios ambiental e cultural;

- Compatibilidade entre a expansão urbana do Campus com a preservação e recuperação de áreas verdes;
- Qualidade e melhoria contínua do ambiente natural e o ambiente construído;
- Comprometimento com a pesquisa e o desenvolvimento científico e cultural na área ambiental e na biodiversidade e saúde;
- Compromisso com a aplicabilidade, o cumprimento da normativa urbanística e com a disseminação de boas práticas;
- Articulação entre o planejamento urbanístico e ambiental e a gestão integrada do patrimônio cultural;
- Busca por um modelo de ocupação que propicie a consolidação de um território saudável.

As peculiaridades da localidade do CFMA onde por um lado temos: área de amortecimento do PEPB, reserva de Mata Atlântica do RJ, edificações de interesse cultural e histórico; e por outro lado temos a pressão urbana com o crescimento de Jacarepaguá, fizeram com que o tratamento paisagístico proposto para o Campus desse relevância à preservação do patrimônio ambiental e cultural presentes na área, à promoção da ocupação sustentável e saudável, à conservação do Bioma Mata Atlântica, bem como à busca pela otimização dos recursos naturais.

O PDCFMA prevê o fim do uso do sistema da Cachoeira como fonte de abastecimento, incorporando pontos de tomada e medição do sistema da CEDAE em ambos os vales do Pavuninha e Engenho Novo (Figura 10). Porém, o sistema de abastecimento de água da Cachoeira ainda será utilizado enquanto não for efetivado o abastecimento da CEDAE sendo posteriormente, mantido somente como reserva e como auxiliar para serviços que não demandem água potável. O esgotamento sanitário da área que limita a antiga CJM é precário, observando-se uma variedade de situações nos setores ocupados, onde a melhor situação sanitária é a da Av. Sampaio Corrêa próxima ao Pavilhão Agrícola - Olympio da Fonseca (Figura 11), onde está localizada a sede administrativa do CFMA.

Figura 10 - Os dois vales do CFMA



Fonte: CFMA, 2004.

Figura 11: Pavilhão Agrícola Olympio da Fonseca, sede do CFMA



Fonte: Autora, 2017

O ano de 2009 dá início a um cenário de significativas transformações na CJM e seu entorno, não só com a intensificação do processo interno de desativação da Colônia, mas também o início da aplicação de recursos federais em infra-estrutura, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Colônia, para a instalação de saneamento básico, arruamentos, regularização fundiária, construção de moradias populares e instalação de equipamentos educativos e culturais. Outro fato importante neste ano, de repercussão internacional, que anos depois afetaria diretamente a CJM, foi o anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, conforme foi comentado no segundo parágrafo desta seção. Retomo, então, o contexto das Olimpíadas e as transformações socioespaciais que o Rio de Janeiro passou, a fim de prepará-lo para os megaeventos esportivos Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016 (MENDO; MAIA, 2014). As inúmeras intervenções urbanísticas planejadas pelo Comitê Olímpico se realizadas todas, causariam transformações no território com uma dinâmica difícil de prever, afetando toda região de Jacarepaguá. Estavam previstas 6000 unidades habitacionais, onde essas moradias seriam financiadas por programas populares, lotes urbanizados para três cooperativas de autoconstrução; desta forma, em menos de uma década previu-se que a população iria duplicar (POTENGY; HOPE, 2015).

Outro fato importante neste contexto destacado por Maia e Mendo, (2014), é a localização da CJM, entre dois clusters olímpicos: a Barra da Tijuca, sede do Parque Olímpico, e o Centro Esportivo de Deodoro. Ficou clara a necessidade de um deslocamento rápido entre os dois principais locais de provas; como o poder público usa seus recursos prioritariamente no sistema rodoviário, ainda que este não absorva a demanda popular de deslocamento casa/trabalho, assim fez. Foi implantado na região o BRT- Transporte Rápido por Ônibus, que circula pelas novas via TransOlímpica, assim como os carros. Com 23 km de extensão, a TransOlímpica corta bairros importantes como Magalhães Bastos, Curicica e Sulacap, causando profundas mudanças nas dinâmicas territoriais destes bairros, mas não é apenas isso, corta também a CJM em uma área de amortecimento do PEPB, que deveria ser preservada (MENDO; MAIA, 2014). As autoras também comentam que, com estes investimentos (PAC-Colônia e TransOlímpica), foi possível observar um processo de valorização da terra e de especulação imobiliária, onde muitas vezes se faz presente o poder paralelo em ações de grilagem de terra na região.

Para fins do presente trabalho, todos os estudos referenciados nesta seção, auxiliam na compreensão da atual situação do território como consequência de sua história, bem como a relação dos moradores com a localidade.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira parte desta seção (5.1), apresenta os resultados que atendem ao primeiro objetivo da pesquisa, porém precede a sua realização - descrever o desenvolvimento do Caderno de Práticas e Soluções. Importante sinalizar, que as descrições seguiram em sua maioria, a sequência dos fatos e foram contados tal qual aconteceram à época de sua realização (2011 à 2014), onde a principal intenção era de fazer o registro e atender aos objetivos do projeto. Esta pesquisa não se propõe a avaliar os fatos ou tentar modificar as reflexões ou encaminhamentos ocorridos, em sua maioria por decisão do grupo, daí o uso dos verbos na terceira pessoa do plural. Contudo, alguns comentários foram incluídos como fruto de minhas ponderações, por isso foram escritos na primeira pessoa do singular. Como já sinalizado inicialmente, tais modos de expressão refletem minha dupla inserção no campo de pesquisa: em um primeiro momento na ocasião do desenvolvimento do material, como parte da equipe, e posteriormente, na construção do objeto de pesquisa que tem por base esta experiência.

A segunda parte desta seção (5.2), apresenta os resultados que atendem ao segundo objetivo da pesquisa - compreender os usos de Caderno de Práticas e Soluções pelo público que participou de seu desenvolvimento. Esta parte da pesquisa, ocorreu após o ingresso na PPGEBS. Os resultados serão apresentados e concomitantemente discutidos; a análise será desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000) reportando aos referenciais teóricos da pesquisa.

## 5.1 DESENVOLVIMENTO DO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES - ETAPA QUE PRECEDEU À PESQUISA <sup>4</sup>

O Caderno de Práticas e Soluções foi o principal produto de um projeto desenvolvido no Campus (CFMA), cuja elaboração e aprovação se deu no último trimestre de 2011 e a finalização aconteceu no primeiro trimestre de 2014, com a publicação do material educativo.

O projeto foi submetido ao Edital para Seleção de Projetos de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado - CCSDT / FIOCRUZ - 02 / 2011 (FIOCRUZ, CCSP, 2014). Este Edital proporcionou o financiamento de projetos com Tecnologias Sociais (TS) preconizado por conceitos que afirmam o caráter indissociável entre saúde, território e ambiente, e envolveu ações socioambientais que visam o reforço da organização e da participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas (FIOCRUZ, CCSP, 2014).

O Coordenador do CFMA - Gilson A. Silva, formou uma equipe multidisciplinar para escrever o projeto; a ideia que tentou transmitir foi de um "Cookbook". A título de ilustração, o termo cookbook (COOKBOOK, Wikipedia, 2016) é usado algumas vezes, para além do mundo da comida, de forma metafórica para se referir a algum livro contendo um conjunto simples de receitas ou instruções já testadas e aprovadas para um campo específico ou atividade, apresentadas em detalhes de modo que o usuário leigo no assunto possa realizar integralmente ou adaptando à sua realidade. Esta definição reproduz bem a ideia inicial do Coordenador e teve origem em visitas a museus dos Estados Unidos, quando conheceu o "Exploratorium Cookbook" - manual de construção para exposições do Exploratorium (Figura 12).

---

<sup>4</sup> O desenvolvimento do conteúdo do CPS e algumas reflexões que serão apresentadas originaram-se no trabalho intitulado "Caderno de Práticas e Soluções: entre Saber e o Fazer" (PAIVA; VARGAS, 2015), apresentado no 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - ABRASCO.

Figura 12 - Exemplo de Cookbook do Exploratorium

# Exploratorium Cookbook II

A Construction Manual for Exploratorium Exhibits

by Ron Hipschman and the Exploratorium staff

(c) 2002 Exploratorium, www.exploratorium.edu

You may print this Cookbook PDF file for informational, educational, and other non-commercial purposes provided you include the above copyright notice. You may not reproduce, record, publish, modify, or distribute any Exploratorium digital asset for commercial purposes without prior written consent from the Exploratorium.

High resolution versions are available. Requests for commercial use of digital assets or questions as to whether a specific use is permissible or requires written consent should be sent to:

permissions@exploratorium.edu

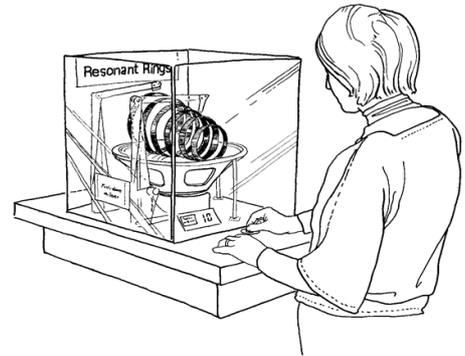
Print copies of the original Exploratorium Cookbook series may be purchased online at:

www.exploratorium.edu/store

Recipe No. 86

© 1980 Exploratorium

## Resonant Rings



### Description

Circular steel bands of various diameters are mounted on a plate which has been cemented to a loudspeaker. By adjusting the frequency of the sound from an oscillator to the speaker, a graphic illustration of harmonic resonance can be seen in the rings as they vibrate at various frequencies and in different modes of vibration. The frequency of the speaker can be read directly on a digital counter. Exciter levers are provided for two of the rings so they may be

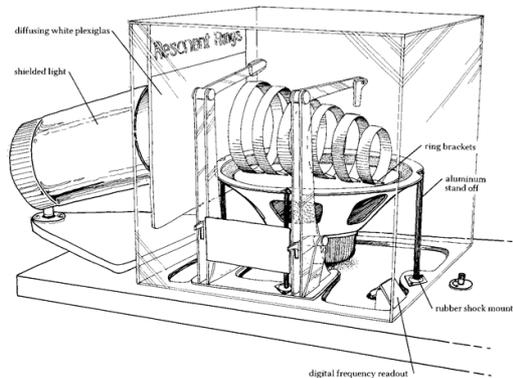
struck lightly and their "natural frequency" observed.

### Construction

The exhibit is protected by a 1/4" plexiglass box bolted to the table top. The entire tabletop (box and all) is hinged to lift upward to provide access to the electronics which are mounted in the base of the table.

The rings are made of .006" spring

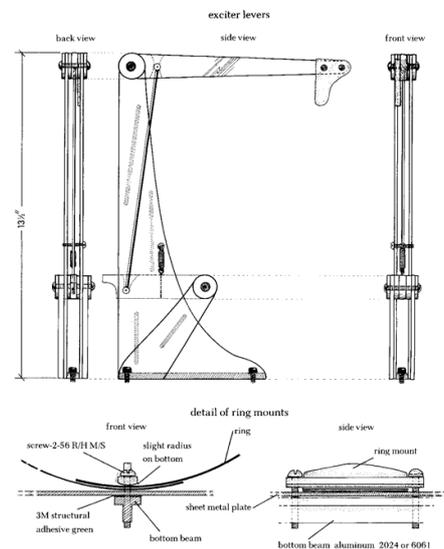
86-1



steel 1" in width. The six rings in our exhibit have the following diameters: 4.25, 5, 5.5, 6, 6.5, and 7 inches. The rings are held down on an aluminum disk by machined aluminum brackets. These brackets are screwed through the plate into a drilled and tapped T" beam previously glued with 3M structural adhesive epoxy to the bottom of the plate. The rings are taped together at the overlap with a piece of adhesive transfer tape and then placed under the brackets and fastened down (see diagram). The plate assembly was then sealed to the cone of a 15" 50 watt (Radio Shack) speaker. The speaker is

held above the table in plain view by four aluminum standoffs attached to the table with rubber shock mounts. The two exciter levers are mounted next to the speaker and rings with the user controls protruding through the plexiglass box. The levers are only allowed restricted motion to prevent damage to the rings. These assemblies are made out of plexiglass for aesthetic reasons and if this is done the moving parts must have bushings to keep them from wearing out. The only critical measurement for these is that the hard felt tip on each must touch the the ring at its apex.

86-2



A flood lamp with a stove pipe shield is mounted in back of the box to provide an illuminated background against which the rings can be easily viewed. To make the illumination uniform, a piece of white translucent

plexiglass was affixed to the rear of the box.

Only a block diagram of the electronics is provided since any number of components that would be suitable can be found. One note, however, is that the

86-3

Fonte: www.exploratorium.edu

Trazendo para a realidade do CFMA, as várias atividades desenvolvidas desde 2007 voltadas para promoção de um território saudável com abordagens participativas construídas entre o saber popular dos moradores e os técnicos do Campus resultaram em alguns produtos. Estes produtos poderiam ser reunidos, sistematizados e descritos passo a passo como em um "Cookbook" para que pudessem ser realizados ou servir de inspiração para um maior número de moradores. Tendo em vista algumas problemáticas como lixo, dengue, serem comuns a vários territórios, algumas práticas também poderiam ser realizadas em outras localidades. Logo, o Caderno em si poderia ser considerado uma tecnologia social (TS) por ser construído com a população, com a finalidade de promover a qualidade de vida e algumas de suas práticas poderiam ser reaplicadas, atendendo, portanto, aos pilares das tecnologias sociais - participação, transformação e reprodutibilidade. A definição de TS aqui adotada e pelo Edital (CCSP/FIOCRUZ, 2014), consiste em um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriada por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2004). A proposta do projeto deveria atender à demanda identificada pela coordenação do CFMA de: polarizar, organizar, disseminar e facilitar a apropriação de tecnologias sociais de forma participativa, visando a promoção da saúde e o desenvolvimento de um território saudável e sustentável na área do CFMA e seu entorno. O documento final apresentado para concorrer aos recursos do Edital, teve por nome: **Caderno de Práticas e Soluções: uma tecnologia social de construção, sistematização e difusão compartilhada de conhecimento**. O projeto foi aprovado em 15 de outubro de 2011, juntamente com outros nove projetos cujos proponentes eram todos do CFMA, motivo pelo qual ficou inviável que todos os idealizadores continuassem participando ativamente do mesmo. Por solicitação do coordenador do Campus, eu assumi a Coordenação Executiva do Projeto.

### **5.1.1 O Início do Projeto Caderno de Práticas e Soluções**

Como o projeto original contava com a participação de várias lideranças de Jacarepaguá e muitos projetos do CFMA que foram aprovados no Edital tinham a participação destas mesmas pessoas, foram realizadas reuniões internas da equipe CFMA e posteriormente reuniões com estas lideranças para elucidar melhor o objetivo de cada projeto e ajudar esses líderes/moradores a definirem suas participações. Em 27 de fevereiro de 2012, a equipe do CFMA promoveu um encontro no Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht, no centro da Taquara, para facilitar a locomoção e favorecer a participação de todos. Este momento foi denominado Encontro de Pactuação de Movimentos Sociais de Jacarepaguá e Projetos Cooperação Social - Desenvolvimento Territorializado, onde todos os projetos aprovados foram apresentados de forma sucinta, os seus objetivos para que ao final das apresentações os interessados pudessem confirmar seus interesses pelos projetos.

Os participantes dos projetos receberam uma bolsa mensal, para custear um pouco mais que o valor da passagem e valorizar suas presenças, uma vez que dedicariam uma parte de seu tempo para estar no CFMA. Cada coordenação de projeto determinou o valor a ser pago aos seus bolsistas bem como o número deles. No caso do CPS, foram seis bolsistas recebendo o valor aproximado de 20% do salário mínimo vigente durante oito meses seguidos no primeiro ano do projeto. Como o projeto se estendeu, e devido às faltas dos bolsistas, optou-se por entregar em dinheiro o valor de R\$ 20,00 a cada presença no segundo ano de projeto.

Por se tratar de uma construção coletiva, no início do projeto não se sabia exatamente como seria o conteúdo ou até mesmo o formato deste material, até porque ele seria construído ao longo do processo e duração do projeto. Para ter um ponto de partida, começamos a coletar e reunir no CFMA vários materiais educativos da área da saúde, ambiente, território saudável e agricultura que pudesse servir de inspiração e fizemos um banco de materiais. Nesta busca, logo identificamos práticas que poderiam ser incluídas no CPS como, por exemplo: horta vertical com PVC, adubo orgânico caseiro, xampu medicinal. Também fizemos visitas a livrarias para ver os diversos formatos dos livros de receitas; muitas foram as ideias iniciais e inspirações, mas era preciso estabelecer um direcionamento. Sempre tendo em mente os pilares da Tecnologia Social: transformação, participação e reprodutibilidade bem como os objetivos do Edital. O projeto foi se desenvolvendo gradativamente.

Percebeu-se a necessidade de aprofundar as leituras nas diversas temáticas que envolviam este projeto e estabelecer uma metodologia de trabalho que pudesse favorecer o

diálogo e a participação de todos os envolvidos para a construção do material, algo que fosse além das ditas oficinas e que pudesse dar mais consistência ao trabalho. Nas próximas seções, descrevo sumariamente esta metodologia que aconteceu ao longo do projeto: encontros conversacionais, reuniões de gestão, visitas técnicas, oficinas, entrevistas e conversas com especialistas; apresento nesta ordem para facilitar o entendimento, contudo as atividades foram intercaladas e a Figura 13 mostra esta sequência no período de 2011 a 2014.

Figura 13: Linha do Tempo do Caderno de Práticas e Soluções



Fonte: A autora, 2017

### 5.1.2 Os Encontros Conversacionais

Foram desenvolvidos os Encontros Conversacionais (EC) inspirados na Conversação apresentada por Gonzalez Rey (2005a), como um sistema onde os participantes se orientam em seu próprio caminho e os aspectos significativos ao trabalho vão surgindo. Para este autor, a conversação propicia uma aproximação do outro em sua condição de sujeito, visando sua expressão livre e aberta; também permite conhecer as características e o estado dos envolvidos, indicando os limites nos quais os pesquisadores puderam desenvolver a pesquisa. Com este cenário, há um favorecimento da expressão de cada participante por meio de suas necessidades e interesses, desta forma os participantes se sentem sujeitos do processo e corresponsáveis atuando de forma reflexiva. Estes encontros também foram inspirados na Construção Compartilhada do Conhecimento (CCC), descrita por Oliveira e Valla (2001), como uma produção que favorece o intercruzamento dos saberes científico acumulados e populares oriundos das condições e experiências de vida da população. Ainda sobre CCC, Carvalho e Stotz, (2001) a descrevem como uma metodologia que considera a relação entre saber erudito e saber popular; estes dois domínios do saber reapropriam-se de aspectos um do outro conforme suas necessidades. A categoria sujeito é uma peça-chave para compreender os processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto dos processos sociais como dos individuais que acontecem em situações das mais diversas, como no caso do desenvolvimento de um material educativo (CPS). É importante salientar que o sujeito é sujeito do pensamento; pensamento este que não é compreendido de forma exclusiva sob aspectos cognitivos, mas um pensamento entendido como processo de sentido, ou seja, que atua somente por meio de situações e conteúdos que implicam a emoção do sujeito e sua participação, pois ele está situado em uma região da prática social (GONZALEZ REY, 2005b).

Após o delineamento do desenho metodológico para condução do projeto, o primeiro Encontro Conversacional foi marcado.

### 5.1.2.1 Encontro I - Ideias Iniciais

Foram contatados por e-mail, telefone ou pessoalmente todos que se comprometeram em participar do projeto após o Encontro de Pactuação realizado em 27/02/2012 e a equipe do CFMA. Cada encontro era iniciado pelas apresentações pessoais e uma fala introdutória de esclarecimentos sobre o andamento do projeto. Neste primeiro encontro, surgiram sugestões de práticas que já estavam sendo realizadas no território (entorno do CFMA) e poderiam ser incluídas no CPS, como: aquecedor solar, aproveitamento da água de chuva, aproveitamento dos quintais com hortas, inclusive algumas destas práticas estavam no escopo de outros projetos que também haviam sido aprovados no Edital da Cooperação Social. Também foi comentado o caráter informativo do CPS podendo conter listas de telefones e serviços. Outro ponto importante comentado foi a necessidade de ampliar o grupo de trabalho principalmente em momentos decisivos como os Encontros que definiriam os critérios para incluir as práticas do CPS, sendo talvez necessário marcar em um sábado ou em um dia que tenha encontro de outro projeto para viabilizar a compatibilidade de agenda e maior participação.

Antes de cada encontro, uma subequipe interna do CFMA, denominada grupo gestor do projeto, se reunia para preparar e pensar o próximo. Esta equipe era formada por mim, bióloga, outro biólogo, uma engenheira química e gestora, uma química, um cientista social, uma estudante de ciências sociais e um convidado que seria o facilitador caso o encontro tivesse alguma dinâmica específica. Todos os participantes dos Encontros foram convidados mas ninguém compareceu. Este grupo gestor também chegou à conclusão de que seria importante que cada encontro tivesse seus propósitos traçados, favorecendo assim a sensação de que o encontro foi produtivo e avançamos nas discussões e decisões, tomando por base também o cronograma para não perder os prazos estabelecidos no Edital. Apesar dos projetos, que inicialmente eram de um ano, terem sido prorrogados por mais seis meses, o lançamento do material educativo ainda levou alguns meses para acontecer, pois todo o processo levou mais tempo que o planejado inicialmente, em especial a finalização dos textos com as várias revisões.

### 5.1.2.2 Encontro II - Concepção do Caderno

Neste encontro foi lembrado o conceito de tecnologia social, o nome do projeto e seus objetivos conforme estavam descritos no projeto original submetido ao Edital. Outra forma de trabalho que assumimos diante do grupo, foi de que eventualmente poderíamos retornar a um tópico ou discussão já encerrados, visto que as nossas decisões não estavam totalmente fechadas e poderiam ser retomadas quando necessário. E assim procurou-se seguir com os Encontros onde as pessoas eram ouvidas, compartilhavam suas opiniões, impressões ou experiências e sempre trazíamos para a temática em pauta a fim de discernir como uma dada experiência poderia contribuir para a construção do material. Procuramos enfatizar que por se tratar de uma construção coletiva, seria melhor um maior número de pessoas participando e sentindo-se co-construtores. Este segundo encontro, foi planejado para discutir a concepção do CPS em termos de objetivo, uso/finalidade e público. Para auxiliar as pessoas nesta reflexão, foram colocadas para o grupo as seguintes indagações: Pensando nas ações, práticas e soluções que podem ser aplicadas no território, o que seria para você, este Caderno? Qual seria o seu conteúdo? Para qual público o Caderno se destinaria?

Foram distribuídas folhas de cartolina amarelas cortadas em retângulos (tarjetas), canetas tipo pilot (pincel) e solicitado a cada participante que escrevesse o que achava que deveria ser o objetivo do Caderno não sendo necessária a identificação. Após algum tempo, recolhemos as cartolinas, fixamos todos os objetivos escritos na parede e lemos em voz alta. Nem todos escreveram o que foi solicitado, sendo para alguns um momento de reflexão sobre o que estava acontecendo, de tirar dúvidas, fazer questionamentos que também foram importantes para a autoafirmação do projeto. Alguns dos objetivos descritos pelos participantes:

*" Devemos utilizar desenhos e imagens para as pessoas terem e se apropriarem dos conteúdos do Caderno. "*

*" Quais os critérios para incluir ou não uma experiência? "*

*" Devemos equilibrar o olhar técnico sobre o saber popular, e o olhar a partir do saber popular sobre o conhecimento técnico. "*

*" Não precisa ser experiência que nasce a partir de nós, a exemplo que é a Cooperativa Esperança, independente de nós, é um excelente exemplo de tecnologia social, constituindo-se em uma cooperativa de habitação por tanto tempo."*

*" Devemos tomar cuidado para não deixarmos tão aberto (o processo de mapeamento de experiências) que o projeto não acabe nunca, "furando" cronograma em prol do desejo de levantar exaustivamente as experiências locais/do território. "*

*" Só é tecnologia social quando as pessoas se apropriam, usando, transformando, dando perenidade àquela experiência. "*

*" Sobre os critérios, incluir práticas e soluções que sejam viáveis inclusive financeiramente (mas falar dos percalços também). "*

*" Precisamos de maior representatividade de lideranças comunitárias nas reuniões. "*

*" Deveríamos fazer uma busca ativa das tecnologias sociais no limite do território. "*

Ao término deste EC, o grupo acordou a data do próximo em horário que aparentemente seria melhor para a maioria. Apesar das estratégias de divulgação de cada Encontro Conversacional, como e-mail e telefonema, a presença foi bastante variável ao longo dos 17, mas nunca deixamos de realizar ou mudamos o planejamento pelo número de participantes; devido à irregularidade da frequência, sempre começávamos um encontro lembrando o que foi discutido no anterior. Outra atividade que fazíamos eram os lanches, patrocinados com os recursos previstos no Projeto; experimentamos fazer o lanche no início e no fim dos encontros, mas depois chegamos à conclusão de que era melhor sentarmos todos à volta da mesa posta com o lanche e irmos conversando e nos servindo durante o encontro para agilizar mais, racionalizar o tempo e proporcionar momentos mais agradáveis e menos formais, essa foi uma das marcas do projeto (Figura 14).

Figura 14 - Encontros Conversacionais



(A) Dinâmica do Objetivo



(B) Reunidos em volta da Mesa

Fonte: Vitor Pimenta, 2012

### 5.1.2.3 Encontro III - Sistematização do Objetivo

O objetivo construído e sistematizado pelo grupo para o CPS, foi: "Compartilhar, na forma de uma ferramenta educativa e de fácil leitura, práticas e experiências construídas a partir do diálogo entre o saber formal e não formal que promovam a articulação de atores para ações transformadoras da realidade em que vivem." Na época, ressaltamos que os temas relacionados ao Edital CCSDT/FIOCRUZ-02/2011 como: saúde, território, replicabilidade não apareceram, mas poderiam ter surgido em outras definições ou neste, caso julgássemos necessário alterar. Durante o encontro também destacamos outras ideias que apareceram como: reunir, socializar, pesquisar a cultura local, cartilhas, atividades lúdicas, parcerias (escolas, comunidades e centros culturais).

### 5.1.2.4 Encontro IV - Escolha dos Critérios

À semelhança da dinâmica que ocorreu no II EC, neste, os participantes também escreveram em tarjetas suas sugestões sobre quais critérios ou características deveriam conter as práticas que fariam parte do Caderno. A partir das características descritas, foram agrupados os seguintes critérios:

- a) Articulação - entre atores da comunidade;
- b) Participação Social - cooperação social, participação coletiva com parcerias entre instituições e comunidade;
- c) Tecnologia Social - exemplo do filtro (solução encontrada devido à falta de política pública), reaplicável;
- d) Saúde - promoção da saúde, alimentação/hortas orgânicas, territórios saudáveis;
- e) Custo - baixo custo, avaliar a relação custo-benefício em relação ao tempo;
- f) Outros - transformar a realidade, caráter permanente, qualidade de vida, acessibilidade, fácil implantação, incentiva a gestão democrática, incentivo ao cidadão em buscar seus direitos.

#### 5.1.2.5 Encontro V - Escolha dos Critérios (continuação)

O objetivo deste EC foi de sistematizar e concluir a escolha dos critérios das práticas que comporiam o Caderno. Foram lembrados os pilares das TS (participação, reaplicação e transformação), o objetivo do projeto e o seu eixo de atuação - Território, Saúde e Ambiente. Este encontro foi especial, pois o Caderno deixava de ser uma ideia de projeto e começava a tomar uma forma, um material. Devido as oscilações dentre os presentes, se fazia necessário repetir algumas dinâmicas para que todos tivessem oportunidade de expressar suas contribuições. Neste encontro, os participantes apresentaram muitas expectativas sobre o Caderno, algumas delas são descritas abaixo em forma de sugestões:

- Poderia ter um ambiente virtual, além do impresso, pois sendo um caderno de prática, soluções e experiências, seria interessante que as experimentações fossem sendo compartilhadas, atualizadas e comentadas pelos praticantes.
- Poderia trazer em seu corpo dicas de saúde e meio ambiente, cuidados (por exemplo, com a Leishmaniose) e que tivesse linguagem simples e padronizada.
- Poderia apresentar em seu conteúdo, algumas das oficinas técnicas ministradas no CFMA com parceiros de outras instituições e unidades da Fiocruz tais como: aproveitamento de água de chuva, aquecedor solar, controle de pragas e doenças, compostagem, semeando em bandejas, transplantando e plantio direto.
- Poderia ser temático segundo as sugestões já apresentadas, podendo trazer ao final de cada tema, os contatos, links e outras referências importantes para obter mais informações sobre a temática abordada ou para servir de canal de comunicação entre os autores das práticas e os leitores que desejarem fazer a prática.
- Deveria ter cuidado com os conteúdos e questões técnicas, pois será um material que levará o nome da Fiocruz, sendo necessárias portanto, revisões técnicas em cada temática.
- Apresentar o olhar da saúde de forma mais ampla considerando os Determinantes Sociais de Saúde.
- Poderia ter abas laterais para facilitar a busca dos temas / "problemas". Foi mostrada para o grupo a publicação denominada "Orientações e informações para a defesa dos povos, de seus territórios e da liberdade" do Grupo de Trabalho Combate a Racismo Ambiental da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); esta foi uma das nossas referências de publicação.

- Deveria ter o território como referência, pensando nos problemas do território, porém se o material for pautado nos problemas do território, poderia ter um efeito negativo. Contudo, a busca pela solução de um determinado problema precisa ser rápida e eficiente.

Ao término, foi possível destacar os seguintes critérios: fácil, gestão coletiva, solidária, simples, exequível, reaplicável, território, sustentável, qualidade de vida, autonomia, acessível, domínio público/gratuito, comprovadamente funcional, tecnologia social (reaplicável, transformadora e participativa).

A maioria dessas sugestões foram incorporadas ao Caderno em alguma medida. A primeira, do ambiente virtual foi contemplada parcialmente, pelo fato do CFMA não ter página na internet para abrigar o CPS. Na época as redes sociais não eram tão utilizadas para viabilizar a comunicação e divulgação das experiências realizadas, contudo, o CPS em formato PDF foi disponibilizado no site da Fiocruz e foi divulgado no próprio material um e-mail para contato, porém não foi recebida nenhuma mensagem.

#### 5.1.2.6 Encontro VI - Definição dos Critérios Estabelecidos

Dada a oscilação dos participantes e a importância desta etapa, neste EC resumimos e sistematizamos tudo o que foi falado/decidido nos dois últimos para poder seguir com firmeza nos conceitos e entendimento do que realmente seria cada critério ou característica. Para ambos os grupos dos últimos encontros, ficou clara a necessidade de observar o território, na tentativa de identificar experiências contextualizadas que tivessem soluções para os problemas identificados. Da sistematização sobre o que deveria nortear o conteúdo do Caderno, surgiram algumas categorias que foram assim agrupadas, a partir dos registros dos participantes:

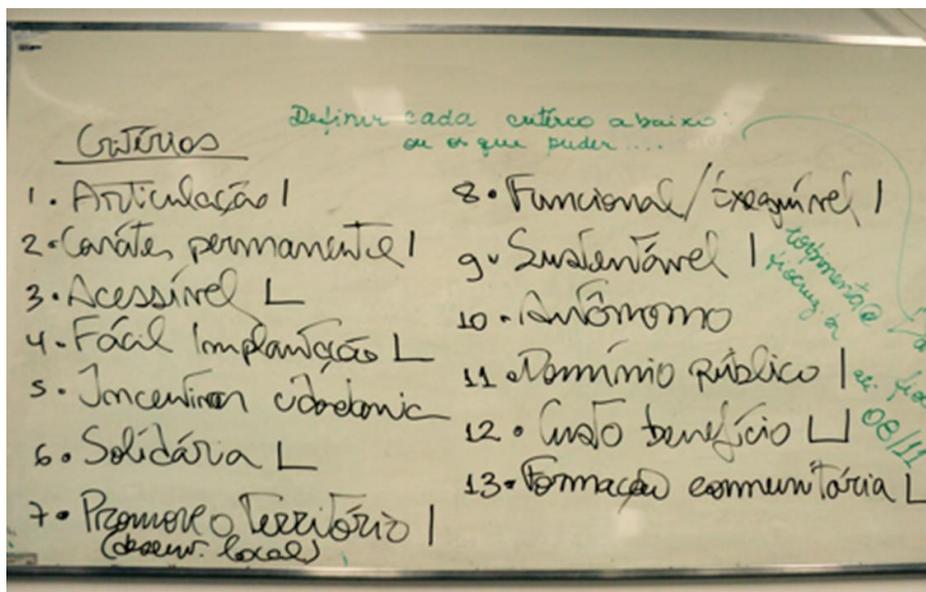
- Temas Transversais - promoção da saúde, qualidade de vida e território saudável
- Temáticas - educação, reciclagem, capacitação profissional, moradia, liderança, políticas públicas, defesa de animais, enriquecimento do solo e alimentação/hortas orgânicas
- Critérios de Tecnologia Social - reaplicável, transformar a realidade, participação social, gestão coletiva, incentivar a gestão democrática
- Demais critérios - articulação, caráter permanente, acessível, fácil implantação, solidária, promover o território e formação comunitária

Os participantes foram divididos em grupos de 4 ou 5 pessoas para escolherem três das categorias e trabalharem suas definições. Ao término, os grupos apresentaram as categorias escolhidas e a definição de apenas uma por falta de tempo, as demais definições foram enviadas por e-mail, dentre as quais muitas eram de dicionários.

#### 5.1.2.7 Encontro VII - Definição dos Critérios Estabelecidos (continuação)

Neste encontro houve prosseguimento às definições dos critérios das práticas que comporiam o Caderno. As definições foram lidas e o grupo votou (Figura 15) as que consideravam melhor se aplicarem ao contexto; estas comporiam cada critério a fim de nortear a busca pelas práticas. Uma vez definidos e esclarecidos estes critérios, os participantes foram incentivados a procurar as práticas/experiências no território, descrevê-las e enviar por e-mail ou trazer pessoalmente ao CFMA.

Figura 15 - Votação das Práticas



Fonte: Vitor Pimenta, 2012

#### 5.1.2.8 Demais Encontros e Últimos Ajustes

Houve um intervalo de cerca de dois meses entre o sétimo EC e o oitavo devido às festas de final de ano e período de férias do grupo gestor. Neste segundo ano de projeto observei a menor frequência dos participantes, alguns prováveis motivos que não passam de especulações: término das bolsas mensais; o projeto estava se estendendo muito; estavam sendo cobrados das práticas escritas e do preenchimento de planilha; por não terem o que apresentar. Foi acordado um prazo limite para o envio das experiências descritas em linguagem apropriada, levando em consideração o público. Alguns participantes levaram práticas a fim de verificar se atendiam aos critérios estabelecidos; para ajudar nesta verificação foram elaboradas planilhas (Figuras 16 A e B), entregues aos participantes para que as trouxessem preenchidas no próximo EC, mas poucos trouxeram. Deu-se continuidade à seleção das práticas, uma pesquisadora do CFMA entregou uma lista de projetos do CFMA que poderiam tornar-se práticas, enquanto outra participante do projeto CPS e também integrante do CFMA analisou cada um destes projetos, preenchendo a planilha a fim de verificar se atendiam aos critérios estabelecidos para ser incluído no CPS.

Foi acordado o esquema de trabalho das etapas finais; após selecionadas as práticas, ficou definido que quem as escreveria seria quem efetivamente fazia, seguindo o modelo e estrutura (Figura 17) definidos após a Oficina de Orientação para Redação do CPS que será apresentada no item 5.1.5. Entretanto, para algumas das práticas os autores originais não puderam reescrevê-las para o formato do Caderno; então a equipe interna do CFMA reescreveu respeitando o conteúdo, a autoria e se possível solicitando que o autor original revisasse.

Todas as práticas foram revisadas ao menos três vezes, a primeira por mim, coordenadora do projeto, para tentar imprimir no material uma escrita e estilos únicos embora tivesse sido escrito por diferentes sujeitos; a segunda revisão foi feita por um revisor técnico, que deveria ser especialista no tema ou o autor original; a terceira foi realizada pela editora que viu aspectos relacionados à gramática e compreensão do texto. A cada alteração do texto, o autor era comunicado para ver se concordava, embora isto gerasse mais demora para finalizar, era necessário fazer.

Figura 16 A: Planilha dos Critérios para Seleção das Práticas



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Programa de Desenvolvimento  
do Campus Fiocruz da Mata Atlântica

Data:

OBJETIVO: "Compartilhar na forma de uma ferramenta educativa e de fácil leitura, práticas e experiências construídas a partir do diálogo entre o saber formal e não formal que promovam a articulação de atores para ações transformadoras da realidade em que vivem"

**PROJETO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES**

Prática / Experiência:		Proponente:	
CRITÉRIOS			
Articulação	Caráter Permanente	Custo/Benefício	Fácil Implantação
Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )
Definições	Definições	Definições	Definições
2 - Definir o órgão articulador da cidade em torno desta temática elaborar políticas que visem promover os direitos. Ações que promovam a cidadania que também é o dever	1 - O caderno deverá privilegiar tecnologias sociais que permitam e tenham condições de serem permanentes, contínuas, frequentes, sem interrupções, que possam ser realizadas pela comunidade independentemente de fatores externos como, por exemplo, dependência física/orçamentária ou financeira de órgãos públicos ou privados	1 - Valor real em termos monetário necessário para se alcançar um determinado fim. é útil para guiar decisões de políticas de saúde. que tenha um custo baixo e que ao mesmo tempo seja benéfico a todos	1 - Que seja uma tecnologia de implantação e manutenção simples, onde a própria comunidade interessada consiga desenvolvê-la e mantê-la sozinha ou com ajuda externa mínima, tanto no que diz respeito à parte técnica quanto à parte financeira
4 - Conhecimento e troca com outras experiências, grupos e instituições, com o estabelecimento de parcerias para crescimento conjunto, complementaridades	6 - Importante no dia a dia para o ser humano / Importância, durabilidade, útil, maleabilidade	4 - Esta é uma relação difícil de ser avaliada porque é preciso pensar em muitos aspectos... Vida útil e custo da tecnologia? Periodicidade e custo de manutenção preventiva?	2 - Da mesma forma que o conceito "Acessível", uma tecnologia social com fácil implantação significa que para obtenção ou realização da mesma não há grandes dificuldades técnicas ou econômicas para desenvolvê-la
5 - Devem ser priorizadas as tecnologias sociais que tenham maior articulação e gestão participativa entre os atores envolvidos para sua implementação	7 - Que seja uma solução "definitiva", ou seja, que não exista apenas com o objetivo de acobertar deficiências	5 - A tecnologia social deverá ser desenvolvida ou obtida de forma tal que gere a melhor relação custo/ benefício para a sociedade	3 - Com baixo investimento com processos e métodos já experimentados, que gere benefícios para a comunidade
7 - Reunir pessoas, roda de conversa, participação na tomada de decisão pois Articular e unir e fortalecer ideias	8 - Trabalha com projetos sem prazo determinado, tem missão de transformação e , pensa médio e longo prazo.	7 - Quanto vai custar? quanto tempo para ficar pronto? se o projeto é válido para as pessoas da família ou comunidade	4 - O caderno tem que procurar ser econômico, simples, mas com boa qualidade para que possa ser de fácil implantação
9 - Promover a integração entre as partes. E formar um todo legítimo, autônomo. Integração		9 - Analisar se vale a pena realizar o que é proposto (não só econômico)	5 - Que não necessite de especialistas e que, com informação, uma pessoa leiga possa realizar
11 - Interage com outros parceiros locais, regionais Público e privado			6 - Que pode ser aplicado por quem tiver interesse de passar adiante em outras experiências
			7 - Solucionável, domínio/conhecimento da tecnologia, prático e fácil aprendizado
			8 - Verificar as localidades que mais necessitam, local e os órgãos parceiros, creches, escolas e instituições

Figura 16 B: Continuação dos Critérios para Seleção das Práticas



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Programa de Desenvolvimento  
do Campus Fiocruz da Mata Atlântica

Data:

OBJETIVO: "Compartilhar na forma de uma ferramenta educativa e de fácil leitura, práticas e experiências construídas a partir do diálogo entre o saber formal e não formal que promovam a articulação de atores para ações transformadoras da realidade em que vivem"

**PROJETO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES**

Prática / Experiência:		Proponente:	
CRITÉRIOS			
Articulação	Caráter Permanente	Custo/Benefício	Fácil Implantação
Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )	Atende ( ) A. Parcial. ( ) Não A. ( )
Definições	Definições	Definições	Definições
2 - Definir o órgão articulador da cidade em torno desta temática elaborar políticas que visem promover os direitos. Ações que promovam a cidadania que também é o dever	1 - O caderno deverá privilegiar tecnologias sociais que permitam e tenham condições de serem permanentes, contínuas, frequentes, sem interrupções, que possam ser realizadas pela comunidade independentemente de fatores externos como, por exemplo, dependência física/orçamentária ou financeira de órgãos públicos ou privados	1 - Valor real em termos monetário necessário para se alcançar um determinado fim. é útil para guiar decisões de políticas de saúde. que tenha um custo baixo e que ao mesmo tempo seja benéfico a todos	1 - Que seja uma tecnologia de implantação e manutenção simples, onde a própria comunidade interessada consiga desenvolvê-la e mantê-la sozinha ou com ajuda externa mínima, tanto no que diz respeito à parte técnica quanto à parte financeira
4 - Conhecimento e troca com outras experiências, grupos e instituições, com o estabelecimento de parcerias para crescimento conjunto, complementaridades	6 - Importante no dia a dia para o ser humano / Importância, durabilidade, útil, maleabilidade	4 - Esta é uma relação difícil de ser avaliada porque é preciso pensar em muitos aspectos... Vida útil e custo da tecnologia? Periodicidade e custo de manutenção preventiva?	2 - Da mesma forma que o conceito "Acessível", uma tecnologia social com fácil implantação significa que para obtenção ou realização da mesma não há grandes dificuldades técnicas ou econômicas para desenvolvê-la
5 - Devem ser priorizadas as tecnologias sociais que tenham maior articulação e gestão participativa entre os atores envolvidos para sua implementação	7 - Que seja uma solução "definitiva", ou seja, que não exista apenas com o objetivo de acobertar deficiências	5 - A tecnologia social deverá ser desenvolvida ou obtida de forma tal que gere a melhor relação custo/ benefício para a sociedade	3 - Com baixo investimento com processos e métodos já experimentados, que gere benefícios para a comunidade
7 - Reunir pessoas, roda de conversa, participação na tomada de decisão pois Articular e unir e fortalecer ideias	8 - Trabalha com projetos sem prazo determinado, tem missão de transformação e , pensa médio e longo prazo.	7 - Quanto vai custar? quanto tempo para ficar pronto? se o projeto é válido para as pessoas da família ou comunidade	4 - O caderno tem que procurar ser econômico, simples, mas com boa qualidade para que possa ser de fácil implantação
9 - Promover a integração entre as partes. E formar um todo legítimo, autônomo. Integração		9 - Analisar se vale a pena realizar o que é proposto (não só econômico)	5 - Que não necessite de especialistas e que, com informação, uma pessoa leiga possa realizar
11 - Interage com outros parceiros locais, regionais Público e privado			6 - Que pode ser aplicado por quem tiver interesse de passar adiante em outras experiências
			7 - Solucionável, domínio/conhecimento da tecnologia, prático e fácil aprendizado
			8 - Verificar as localidades que mais necessitam, local e os órgãos parceiros, creches, escolas e instituições

Figura 17: Estrutura do texto das práticas

**ECOSABÃO**

Ao jogarmos o óleo usado na pia de nossa casa ou armazená-lo em lugares inadequados, podemos provocar entupimento de pias, contaminar a água e o solo, além de atrair insetos. É possível reutilizar o óleo proveniente de frituras, transformando-o em barra de sabão. A receita é simples e pode ser feita em poucos minutos, com materiais encontrados em lojas do ramo.

**MATERIAIS**

- 1 copo (do tipo de requeijão) de sabão em pó diluído em 1 copo d'água
- 1 litro de água fervente
- 1 pote de 400 gr de soda cáustica (!)
- 2 litros de óleo usado
- 1 copo de essência (fragrância a gosto)
- 1 esponja de aço

(!) CUIDADO! UTILIZAR LUVAS E MÁSCARA PARA MANUSEAR A SODA CÁUSTICA E EVITAR QUEIMADURAS

**UTENSÍLIOS**

- Balde plástico resistente
- Colher de pau com cabo grande ou colher com cabo de madeira
- Peneira ou funil
- Garrafa PET de 2 litros
- Formas (embalagens de suco cortadas, pote de sorvete etc.)
- Luvas de borracha nitrílica
- Máscara respiratória

**COMO FAZER**

- 1 Forrar a peneira ou o funil com a esponja de aço e coar o óleo usado, para que as impurezas fiquem retidas;
- 2 Colocar toda a água fervente no balde e adicionar aos poucos e com todo cuidado a soda cáustica, para não respingar;
- 3 Adicionar o óleo coado à solução presente no balde; com o auxílio da colher de pau, mexer até a consistência passar de líquida à pastosa;



52 • Caderno de PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

A meu ver, a maior dificuldade nesta etapa foi de obter de alguns autores um texto pequeno ou com tamanho limitado, com riqueza de conteúdo e linguagem simples, em muitas práticas usamos o recurso do "Saiba Mais" (Figura 18) onde o leitor que quisesse mais informações pudesse consultar as fontes citadas.

Figura 18: Exemplo do "Saiba Mais"



Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

Mesmo durante o desenvolvimento do CPS, já se pensava na necessidade de avaliar a utilização ou apropriação do mesmo; por conta disto foi planejado deixar a última página do CPS como uma ficha de identificação para que, ao receber o Caderno, a pessoa pudesse preencher esta ficha com seus dados pessoais, contatos e em seguida destacá-la (Figura 19) devolvendo a quem lhe entregou o material.

Figura 19: Ficha de Identificação

Forma de identificação com campos para nome, endereço e contato. O formulário contém o seguinte texto: "SUA OPINIÃO SOBRE O MATERIAL QUE VOCÊ ESTÁ RECEBENDO É MUITO IMPORTANTE PARA NÓS, DEIXE SEU CONTATO QUE, EM BREVE, NOS FALAREMOS." Os campos são: Nome: \_\_\_\_\_, Rua: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_, Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_, Telefone fixo: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_.

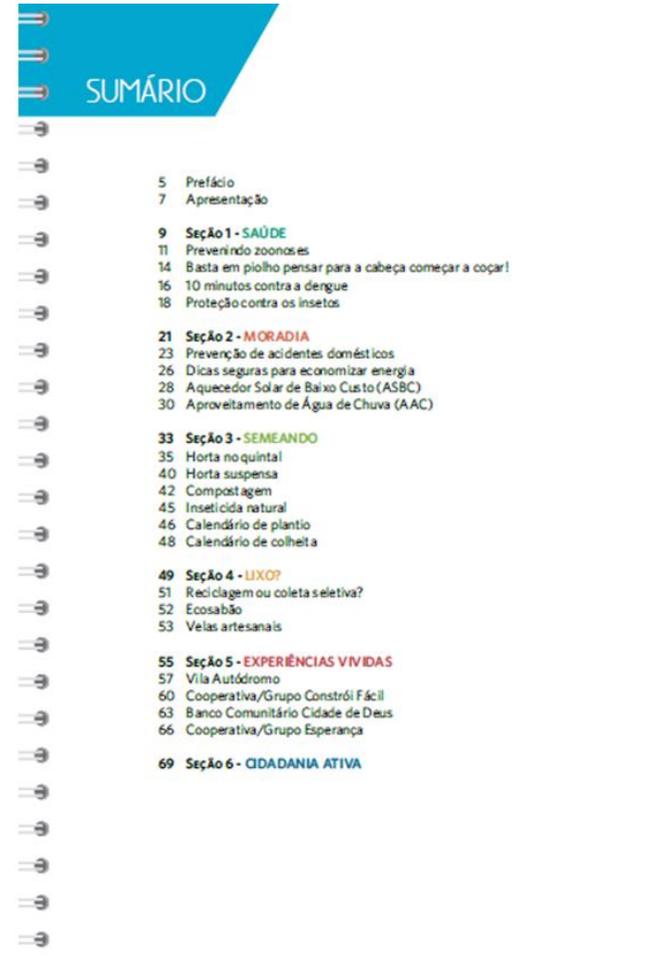
Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

Diante da diversidade dos temas das práticas que estavam sendo escritas para comporem o CPS, optou-se por agrupá-las em seções (Figura 20 B) e cada seção teria um nome e um texto introdutório (Figura 20 A) escrito por um especialista ou não como no caso da seção "Lixo?". Foi solicitado ao grupo sugestões de nomes de pessoas para escreverem estas falas iniciais. Dentre as seções, que foram primeiramente definidas, estão as que abordariam temas relacionados à saúde (Figura 20 A) e reciclagem que posteriormente ficou com o título de "Lixo?". À medida que a escrita das práticas foi avançando, e as pessoas que se comprometeram em escrever entregando ou não seus textos e alguns que estavam escrevendo solicitando mais espaço para elucidar melhor o seu tema, as práticas foram sofrendo ajustes em suas formas, conteúdos, objetivos, nomes e algumas foram retiradas para que outras pudessem ter mais espaço, mais ilustrações, mais fotos. Os nomes das seções também sofreram alterações, na Figura 20 são apresentadas as versões finais.

Figura 20: Texto Introdutório e Seções do Caderno



(A) Seção 1: Saúde



(B) Sumário com a estrutura das Seções

Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

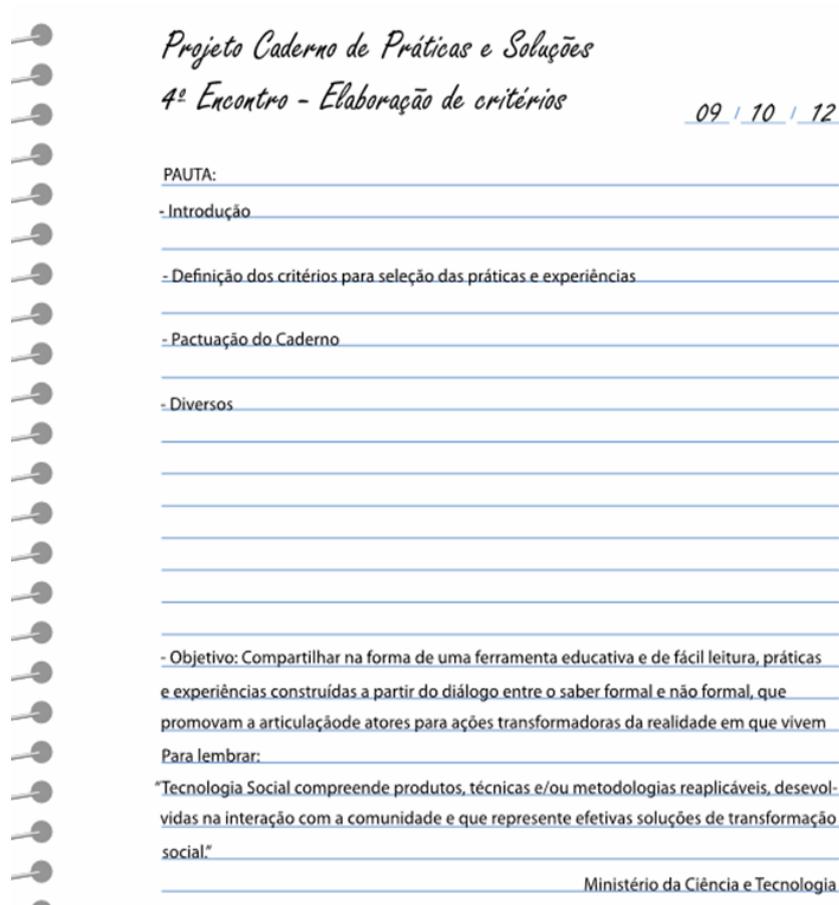
### **5.1.3 Reuniões de Gestão do Projeto**

Desde o início do projeto, observamos que os EC não seriam suficientes para atender a todas as demandas de decisões que o projeto requeria e, se colocássemos mais assuntos, os encontros poderiam ficar muito extensos e pouco produtivos. Criamos um grupo de gestão que se reunia regularmente e embora todos os participantes tenham sido convidados, a presença em maior número era dos integrantes do CFMA. Demandas como orçamento foram amplamente discutidas nestas reuniões e posteriormente levadas ao grupo dos EC, que era a última instância decisória.

Muitas iniciativas saíram deste grupo gestor, por exemplo, que cada encontro deveria ter além da lista de presença, uma Ata e que esta deveria ser enviada por e-mail já convidando e informando a data do próximo EC, assim, quem não pôde comparecer ou mesmo quem esteve poderia se lembrar/informar do que aconteceu no Encontro anterior.

Ao telefonarmos para os representantes de movimentos sociais convidando para o segundo EC, observamos que muitos deles se confundiam, pois participavam em mais de um projeto e já haviam agendado reunião com outros projetos. Diante disso, vimos a necessidade de criar uma espécie de identidade visual para o Projeto CPS, fizemos uma lista de presença e pauta para cada EC que simulavam a folha de caderno (Figura 21).

Figura 21: Pauta do EC



Fonte: Arquivo CFMA

Outra importante decisão coletiva foi relacionada aos nomes das pessoas que seriam citadas na publicação, o expediente (Figura 22). Com as consultas feitas aos profissionais e leituras das normas vigentes (BRASIL, 1998; 2008), ficou claro que só seria autor da prática quem realmente a escreveu e deveria citar as fontes, mas de alguma forma era importante valorizar as presenças durante os Encontros Conversacionais, reuniões de gestão ou seja, durante o desenvolvimento do projeto. Assim foram definidas algumas categorias de participação do projeto para incluir os nomes:

- Equipe de Pesquisa - participantes das reuniões de gestão, encontros e que contribuíram com a análise e pesquisa dos conteúdos do CPS.
- Grupo de Trabalho do Projeto - participantes que frequentaram no mínimo 50% dos Encontros Conversacionais.
- Agradecimentos - participantes que foram a um número menor de encontros ou que de alguma forma contribuíram com o CPS.

Figura 22: Expediente do CPS

<p>Esta publicação faz parte do projeto "Cademo de Práticas e Soluções: uma tecnologia social de construção sistematização e difusão compartilhada do conhecimento", aprovado no Edital da Coordenadoria de Cooperação Social/Riocruz. Entre seus objetivos, destacam-se a promoção e a melhoria das condições de vida e saúde da população, com ênfase na redução das desigualdades e iniquidades e no acesso aos serviços e às condições promotoras de saúde.</p>	
<p><b>Equipe de Pesquisa</b>          Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva          Beatriz Pacheco Freitas          Claudia Fatima Moraes dos Santos Picango          Elaine Imenes Nobre de Almeida          João Souza de Oliveira          Vitor Gonçalves Pimenta          Wagner Alexandre Costa</p>	<p><b>Grupo de Trabalho do Projeto</b>          Ana Beatriz M. Silva de Oliveira, Ana Maria Bessa,          Ana Paula R. Cavalcante de Paiva, Beatriz Pacheco          Freitas, Cilene de Freitas Cruz, Claudia Fatima Moraes          dos Santos Picango, Edna da Silva de Almeida, Elaine          Imenes Nobre de Almeida, Erica Rodrigues dos          Santos, Ivete Marisa C. de Azevedo, João Souza de          Oliveira, Leonardo José A. de Mello, Marcia Eliane P.          Silva, Paula Verônica P. Carvalho, Sandra Maria Rosa,          Vitor Gonçalves Pimenta, Vladimir Rigueiras de Lima</p>
<p><b>Produção Editorial</b>          Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva          Beatriz Pacheco Freitas          Vitor Gonçalves Pimenta</p>	<p><b>Agradecimentos</b>          Alexandre Grabas, Ana Lúcia Serafim, Ângela          Ostritz, Arnóbio Nóbrega, Carmem Beatriz Silveira,          Dona Berta, D. Maria de Fátima, Eduardo Koatz,          Flávia Passos Soares, Jane Nascimento, João Carlos          Mendes, Jorge Azevedo, Josias Pereira da Silva,          Laudelina Ferreira, Lin Lima, Lizete Martins, Luiz          Alberto, Márcia Lisboa, Neide Belém Matos, Paulo          Roberto Dimas, Renata Moysés, Roberto Viana,          Zuleica Nogueira Dallim</p>
<p><b>Projeto gráfico, capa e ilustrações</b>          Disarme Gráfico          Design: Bruno Ventura          Ilustrações: Daniel Ventura          Assistente: Fernanda Ventura</p>	<p><b>Parceiras</b>          Banco Cidade de Deus, CEPEL, Cooperativa          Esperança, Condrói Fácil, Espaço Saúde, ETILOTES,          Solarize Serviços em Tecnologia, Vila Autódromo</p>
<p><b>Fotografia</b>          Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva          Beatriz Pacheco Freitas          Lin Lima          Valdirene Militão          Vitor Gonçalves Pimenta</p>	<p><b>Tiragem</b>          1.000 exemplares</p>
<p><b>Edição Final e Revisão</b>          Simone Martins</p>	
<p>Catálogo na fonte          Instituto de Comunicação e Informação Científica e          Tecnológica em Saúde/Riocruz          Biblioteca de Saúde Pública</p>	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>P149c: Paiva, Ana Paula Rodrigues Cavalcante de (Org.)              Cademo de práticas e soluções: uma construção coletiva              para a promoção da saúde. / organizado por Ana Paula              Rodrigues Cavalcante de Paiva. - Rio de Janeiro: RIOCRUZ, 2014.              70 p. : il.              ISBN: 978-85-8110-011-1</p> <p>1. Promoção da Saúde. 2. Qualidade de Vida. 3. Prevenção              de Doenças. 4. Tecnologias Sociais. 5. Acidentes Domésticos -              prevenção &amp; controle. 6. Agricultura Sustentável. 7. Cidadania.              8. Recidivagem. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD - 22.ed. - 613</p> </div>	

Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

Para elaborar o expediente foi necessário levantar as presenças nos Encontros Conversacionais e assim constatou-se o quanto foi variável, tanto dos membros da equipe do CFMA quanto dos participantes externos. A primeira lista de presença foi elaborada para o segundo EC, continha 23 nomes de pessoas interessadas em participar do projeto, porém estavam presentes 17, esta foi o maior presença em todos os encontros realizados. Dentre os 17 participantes, 11 pertenciam ao CFMA e 6 eram externos sendo: 3 agentes comunitárias de saúde, 2 moradoras ligadas a movimentos sociais e 1 pesquisador do IOC. Desta primeira lista, muitos pararam de frequentar os EC e poucos recém chegados, começaram a fazer parte do projeto.

#### 5.1.4 Visitas Técnicas e Entrevistas

Realizamos visitas aos movimentos sociais parceiros para entrevistar e fotografar os participantes a fim de incluir suas experiências no CPS. Foram recolhidos materiais como jornais e documentos para ajudar a escrever a história de luta destes movimentos em Jacarepaguá. Os visitados e entrevistados foram: Banco Cidade de Deus, Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil, Cooperativa Esperança e Vila Autódromo; estes textos foram escritos pela equipe do projeto CPS, exceto o da Cooperativa Esperança que designou uma pessoa do movimento para escrever e ao término o texto foi aprovado em assembleia da Cooperativa.

Especialistas da Fiocruz e outras instituições também foram visitados para conversas informais sobre o universo da produção de materiais educativos, desde a estrutura, composição, formato, diagramação, revisão ortográfica e autoria até conteúdos mais específicos como o da Dengue.

Realizamos ainda, visita técnica ao CEPEL - Centro de Pesquisa em Energia Elétrica da Eletrobrás (Figura 23 A), tendo em vista a realidade de muitos dos moradores de Jacarepaguá, que moram em situação irregular, não pagando contas de água ou luz e que, uma vez suas situações sendo regularizadas, poderiam ter dificuldade para pagar estas contas. Pensou-se que seria importante incluir uma prática que visasse a economia de energia elétrica ou outras fontes de energia. O grupo tinha interesse em se informar sobre a Casa Solar Eficiente (Figura 23 B) e outras medidas mais eficientes e econômicas do consumo de energia. A casa é para uma família de quatro pessoas, com todos os equipamentos e funciona à energia solar; esta era uma prática possível de ser incluída no Caderno. Porém, após a visita, o grupo compartilhou a decisão de que não seria possível incluí-la devido ao uso das baterias que, além de caras, possuem pouco tempo de vida, o que, por conseguinte, geram mais lixo para o planeta, não atendendo de forma completa aos critérios estabelecidos para ser incluída no Caderno. O grupo também concordou que outras práticas que foram apresentadas nesta visita como Dicas de Economizar Energia e Aquecedor Solar de Baixo Custo (Figura 24 A e B) poderiam ser republicadas no CPS uma vez que já constam em materiais desenvolvidos pelo próprio CEPEL e outras instituições.

Figura 23 – Visita Técnica ao CEPEL



(A) Visita CEPEL



(B) Casa Solar do CEPEL

Fonte: A autora, 2012

Figura 24 – Práticas para Economizar Energia

### DICAS SEGURAS PARA ECONOMIZAR ENERGIA

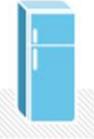
Ao adquirirmos aparelhos domésticos, aumentamos o consumo de energia da nossa casa. Não podemos esquecer a importância de usar a energia de forma correta, para proporcionar economia na conta de luz e mais segurança para sua família.

#### LÂMPADAS



- Substituir as lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou circulares, em locais onde as mesmas permanecem acesas mais de três horas por dia. Uma lâmpada fluorescente de 25 watts ilumina mais do que uma incandescente de 100 watts e dura até oito vezes mais;
- Utilizar tintas e pisos de cores claras, pois refletem melhor a luz, diminuindo a necessidade de luz artificial;
- O descarte das lâmpadas fluorescentes queimadas deve ser feito por meio de recipientes adequados à coleta seletiva de lixo, da seguinte forma: enrolar as lâmpadas em folhas de jornal, colocar em caixas de papelão, lacrar e levar aos postos de coleta.

#### GELADEIRA



- Verificar regularmente o estado da borracha de vedação da porta. Para testá-la, usar uma folha de papel e fechar a porta da geladeira prendendo a folha. Em seguida, puxar a folha; se ela soltar facilmente, é sinal de que a borracha deve ser trocada;
- Não usar as serpentinas de trás do aparelho para secar panos de prato ou roupas;
- Não guardar alimentos e líquidos quentes, nem em recipientes sem tampa;
- Instalar o aparelho em local bem ventilado, longe do fogão e de aquecedores e áreas expostas ao sol. Em caso de instalação entre armários e paredes, deixar espaço, no mínimo, de 15 cm dos lados, acima e atrás do aparelho.

26 • Caderno de PRÁTICAS E SOLUÇÕES

(A) Dicas para economizar energia

### AQUECEDOR SOLAR DE BAIXO CUSTO (ASBC)

Tecnologia social de baixo custo e fácil aplicação, desenvolvida pela ONG Sociedade do Sol, que pode ser construída pelas famílias para aquecer a água do banho com a energia solar, diminuindo, assim, o consumo de energia elétrica. Pode reduzir o valor da conta de luz quase pela metade.

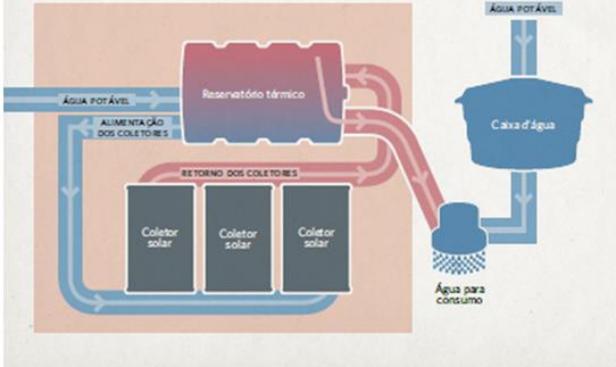
#### MATERIAIS

- Caixa d'água ou bombona plástica
- Lã de vidro, manta de espuma ou plástico bolha
- Forro modular de PVC 1,25 x 0,62 m
- Tubo e conexões de PVC 32 mm
- Cola de resina isofáltica com aditivos ou araldite 24 horas
- Esmalte sintético preto, de preferência à base d'água
- Arame galvanizado ou de cobre

#### FERRAMENTAS

- Furadeira e broca 10 mm
- Arco de serra de ponta livre e lâmina de serra
- Trena, régua e lápis/caneta para escrever no tubo
- Alicete
- Lixa para madeiras
- Rolo de pintura/pincel

#### REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DE UM SISTEMA ASBC DE 300 LITROS INSTALADO



The diagram illustrates the ASBC system components and flow: 'Água potável' (potable water) enters a 'Reservatório térmico' (thermal reservoir). From there, 'Alimentação dos coletores' (collector feed) goes to three 'Coletor solar' (solar collectors). The 'Retorno dos coletores' (collector return) goes back to the reservoir. The reservoir then feeds a 'Caixa d'água' (water tank), which provides 'Água para consumo' (water for consumption).

(B) Aquecedor solar de baixo custo

Fonte: Caderno de Práticas e Soluções, 2014.

### 5.1.5 Oficinas e Lançamento do Caderno

Para facilitar a organização e estrutura desta dissertação, as oficinas foram as últimas etapas relatadas, todavia a de Orientação para Redação do CPS aconteceu no início do segundo ano do projeto, quando ainda havia uma expectativa de que os participantes representantes do "saber popular" pudessem escrever suas práticas ou reescrever outras. Contudo, esta expectativa só aconteceu com a Cooperativa/Grupo Esperança e com uma moradora que relatou sua experiência com a reciclagem na introdução da seção "Lixo?". O objetivo da oficina de Orientação, foi auxiliar a escrever as práticas e definir o estilo de escrita, o roteiro ou formato que as práticas deveriam assumir, de modo a proporcionar uma organicidade, coerência e unicidade aos textos das práticas, formando uma obra completa - O Caderno. Com os recursos do projeto, foi contratada uma profissional formada em Letras para realizar a oficina; ela desenvolveu quatro encontros onde apresentou os estilos literários, noção de síntese e redação. Participaram da oficina a equipe interna do CFMA, que estava mais envolvida com o CPS, duas representantes dos movimentos sociais e uma moradora. Esta oficina auxiliou na definição de que as práticas, que pudessem ser descritas passo a passo, deveriam conter: Título, Objetivo, Materiais necessários (Utensílios ou ferramentas), Descrição, Como Fazer, Manutenção (Figura 17).

Realizados os dezessete Encontros Conversacionais e demais atividades já descritas, o grupo parou de se reunir, pois o trabalho de finalização era intenso, demandava dedicação e resposta rápida da equipe interna do CFMA, não sendo possível parar para agendar novos encontros, inclusive porque o prazo para conclusão do projeto já havia expirado. Assim, o lançamento do material só foi possível ocorrer passados alguns meses do término do projeto, em abril de 2014. Os participantes se reencontraram no lançamento do CPS com uma celebração denominada "Tarde de Autógrafos". Foram convidados os que colaboraram de alguma forma como, por exemplo, contando suas histórias de vida, bem como os parceiros do projeto e todos os participantes. Na ocasião, uma grande mesa foi montada, onde todos que escreveram algum texto para o CPS puderam sentar para autografar o Caderno que fora distribuído (Figura 25 A).

Figura 25 - Últimas Atividades do Projeto Caderno de Práticas e Soluções



(A) Tarde de Autógrafos

(B) Oficina Tela de Mosquiteiro

Fonte: Waldirene Militão, 2014

Com o intuito de facilitar a apropriação de pelo menos uma das práticas do Caderno, optou-se por fazer com os moradores do entorno do Campus a tela mosquiteiro, tendo em vista a região ser cercada pela Mata Atlântica e com muitos mosquitos. Por questões operacionais, só foi possível realizar esta oficina após o lançamento do material. A oficina foi previamente divulgada através dos cartazes, convites pessoais nas residências dos moradores mais próximos ao CFMA, na oportunidade o CPS foi entregue e solicitamos aos moradores que levassem as medidas de uma de suas janelas para que cada um saísse com sua tela (Figura 25 B).

### **5.1.6 Considerações sobre o Desenvolvimento do Caderno**

As diversas dinâmicas planejadas para os Encontros Conversacionais, Oficinas e visitas técnicas, tinham o propósito de proporcionar a participação dos sujeitos na construção do CPS. Contudo, limites foram observados, poucos conseguiram escrever o conteúdo de suas experiências, das práticas ou mesmo reescrever as práticas trazidas de outras fontes, porém todos participaram nas instâncias decisórias. Esta experiência, além de ter possibilitado vivenciar os desafios, também incitou a refletir sobre os muitos limites para se realizar uma proposta como esta, que preza pela participação e pelo diálogo entre os saberes científico e popular que resultou, no caso do CPS, na elaboração de um produto escrito.

Um dos desafios é o tempo que não pode ser muito extenso, pois as pessoas vão desanimando, assumindo outros compromissos, também não deve ser corrido com um cronograma fixo e rígido, pois o grupo tem um tempo para se familiarizar. Os sujeitos precisam perceber o espaço, se perceber como integrantes do grupo e se sentirem à vontade para falar, se expressar e colocar suas impressões, sentindo que sua presença é importante e valorizada; muitas das vezes o tempo planejado para uma atividade não é suficiente para que seja concluída de forma coerente, compreensível e participativa por todos, mas também o todo talvez nunca seja atingido em todos os momentos.

Outro desafio está relacionado a promover a participação dos sujeitos, sabendo que estes têm seus limites diante de suas histórias, suas formas de pensar, de conhecer e de expressar este conhecimento que possivelmente, na maioria das vezes, só é expresso através da fala, a forma escrita talvez seja um aspecto relevante a ser superado por eles. Também é preciso considerar que os conhecimentos dos sujeitos representantes do saber popular são diferentes, como nos lembra Victor Valla, (1996). Ao se referir aos saberes da população, ele relata que são elaborados a partir de suas vivências, sobre suas experiências concretas.

Pensar sobre a escrita como um desafio a ser superado, ou seja, um limite, coloca questões dirigidas não somente aos representantes do saber popular deste grupo, neste caso os moradores ou representantes de movimentos sociais, mas também aos representantes do campo científico ou institucionais, neste caso da Instituição Fiocruz, e outros parceiros. Constatou-se a demora de tempo e mais espaço para escrever, solicitado pelos autores. Somado a este desafio da escrita, encontra-se o de conciliar os interesses, as opiniões, sabendo não ser possível contemplar a todos. Por isso, a importância de se ter os pilares do projeto bem definidos e os objetivos desenvolvidos coletivamente, de modo a que estes não se percam diante de interesses individuais. Talvez neste contexto, este seja um dos papéis dos

representantes do campo científico, na tentativa de se afastar, sabendo-se que isso não é possível em sua totalidade (VELHO, 2008), para conseguir sistematizar o saber que foi construído como fruto das discussões de um grupo composto por diferentes sujeitos com bagagens das mais diversas em termos de sua posição na estrutura social e estabelecer os limites para poder viabilizar a conclusão do trabalho.

Nesta direção, outro aspecto desafiador também foi em contemplar os interesses dos representantes do campo científico como autores e, não apenas como revisores, devido ao valor atribuído a este tipo de participação na produção acadêmica contemporânea. Neste sentido, o que direciona a participação ou não destes nos encontros?

Para estes últimos desafios, mais uma vez o diálogo foi muito importante. No caso do CPS, conversar com profissionais da área, ler as normas estabelecidas e aplicá-las nas diretrizes do projeto, deixando claro para os participantes que, neste caso, os limites são as normas vigentes (BRASIL, 1998; 2008) e que, no mais, podem ser feitos acordos com o grupo. Os acordos foram registrados em forma de Atas, o que muito nos facilitou para ter a memória de todo o desenvolvimento e poder, inclusive contextualizar, o processo de elaboração do material, apresentado anteriormente.

Os limites e muitos desafios fazem pensar que a materialização em si do Caderno aponta dificuldades do grupo com a escrita, além da disponibilidade de tempo para participação. Cabe, mais uma vez, ressaltar que o objetivo neste estudo, não foi avaliar o processo de desenvolvimento deste material específico em toda a sua complexidade, mas sim, a partir desta experiência, refletir sobre seus usos a posteriori (seção 5.2).

## 5.2 AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS E OS USOS DO CADERNO DE PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Uma característica do Caderno, que o diferencia dos demais materiais, é que parte do seu público também participou da idealização do material. Embora eles tenham participado das etapas decisivas de concepção do CPS, as práticas foram escritas em sua maioria por especialistas de modo que o produto final, o CPS impresso, fosse uma novidade para eles, o que se tornou aspecto instigante para análise.

Com o direcionamento dado às entrevistas pelo roteiro, algumas temáticas foram comuns nas narrativas dos entrevistados: território de JPA, percepção e usos do CPS, saúde e qualidade de vida, saúde e ambiente.

Foram selecionadas duas temáticas para apresentar os casos mais significativos seguido de análise:

- Os sujeitos, suas histórias e percepções sobre o território de JPA (seção 5.2.1), pois em suas narrativas aparecem imagens e relatos que são atravessados pela história e atual situação da CJM.

- Os usos do CPS (seção 5.2.2), pois é a pergunta que norteia esta pesquisa, além de ser um de seus objetivos.

### 5.2.1 Os Sujeitos e suas Percepções sobre o Território

*"É, nós viemos pra cá em 89 e aí começou a nossa descoberta, isso daqui era um loteamento irregular, não tinha nada da prefeitura, aí depois veio o embargo querendo derrubar nossas casas, aí começou a luta, nos organizamos, criamos a associação de moradores, nos mobilizamos, e aí fomos pra o envolvimento [...] e conseguimos reverter. Criamos um decreto que permitia construir não só no nosso, mas na cidade como um todo. A participação era muito grande no início, né, porque era a sua casa que tava em risco né! E conseguimos muita coisa, aqui, quando viemos pra cá a gente veio porque era um lugar bucólico né, rural, a gente tinha vaca aqui passando (rs) tinha cavalo, era muitos animais, não tinha é urbanização e hoje tá completamente diferente. Hoje a gente corre outro risco que eu falo, que por conta da proximidade da Barra, tá chegando cada vez mais, e o que ocorre lá nas Vargens (Grande e Pequena) também né, a questão da especulação imobiliária,*

*a gente ser removido por outros motivos, né. [...]. A gente quer ampliar isso, quer ver se forma um corredor verde, pra ligar o Maciço da Pedra Branca, só que tem uma área que é a área do Morro Helena que tá muito adensado por moradores e a nossa preocupação é que cada vez mais eles queiram um pedacinho mais, fazer um quitinete, alugar, não são todos, mas tem alguns que vivem dessa questão de especular a terra né. "*

L1, M, 55a, Ens. Superior, Associação de Moradores

Sérgio (L1) relatou sua história e envolvimento com questões do território desde a década de 1990, quando o risco de perder a moradia o levou juntamente com outros moradores a se mobilizarem, com sucesso, pela regularização fundiária. No início, a presença de animais dava um ar bucólico à localidade, realidade hoje alterada pela construção de moradias, conjuntos habitacionais, além da via TransOlimpica que liga a Barra da Tijuca a Deodoro, sedes dos Jogos da Rio 2016. Especialmente, a antiga Colônia Juliano Moreira, era a área de lazer para os moradores dos bairros próximos, mas para Sérgio, este lazer acabou com as recentes obras na região.

A Figura 6 é uma boa imagem para ilustrar a preocupação de Sérgio: proximidade da Barra da Tijuca. O movimento de valorização da terra, tornando esta terra uma mercadoria, foi descrito desde meados do século XX por Dória (2015) e apresentado no item 4.2.1 onde a troca de sujeitos se inicia entre pescadores e lavradores por loteadores. Hoje a troca é dos moradores por construtoras para edificação dos prédios ou condomínios da classe média-alta ou ainda dos moradores pela prefeitura desapropriando, devido às intervenções urbanas ou ao argumento de que moram em áreas de risco (ZÓZIMA, 2015).

É neste momento ainda de adaptação às recentes mudanças que se encontra a CJM, podendo se configurar como o espaço de Milton Santos (2014), que é formado pela dinâmica social e pela configuração territorial de uma sociedade num dado momento histórico. O espaço de interesse para Milton Santos (2012) é o espaço humano ou social, seu local de vida e trabalho, que também é o seu espaço geográfico e que tende a mudar com o processo histórico. Este possui uma configuração territorial (SANTOS, 2014) formada por seus diversos recursos naturais como no caso de JPA: rios, lagos, planícies, montanhas, florestas e dos recursos criados como hospitais, escolas, conjuntos habitacionais, via TransOlimpica.

*"Tem uns quinze, dezesseis anos que moro aqui. Oh! Mudança, eu não vejo muita não. O que eu vejo, é assim: reteu um pouco, vamos dizer assim. Porque talvez se vocês (Fiocruz) não tivessem aqui, [...] então eu acho que se vocês de repente não tivessem aqui, os próprios moradores que já existiam aqui, já teriam vendido muito pedacinho, já teriam feito muitas quitinetes pra alugar, porque é o que mais as pessoas fazem aqui, é querer ganhar dinheiro assim. Vendendo um pedacinho de terra aqui, fazendo quitinete ali. Desde os moradores antigos, que os próprios funcionários públicos que vieram trabalhar aqui, na época foram os que mais contribuíram pra invasão, pra vender terrenos. [...] Que isso aqui, pra mim os donos são quem? Os pacientes mentais e os animais. Pra mim, isso aqui seria tombado. Até mesmo eu que sou moradora teria que sair daqui, e isso ser tombado e ter virado um Parque aqui, só para cuidar da saúde mental. No entanto, o que você menos vê. Os verdadeiros donos que são os pacientes mentais porque pela história da Colônia que eu estudei foi essa: Que isso aqui foi doado, pros chamados né antigamente de alienados, lá da Ilha do Governador, pra virem pra cá, porque era visto que, eles com o plantio era tipo uma terapia, né! Inclusive aqui, (se referindo ao prédio que estamos) era considerado o Agrícola por causa disso, só que eles nem isso fazem mais: plantar."*

M2, F, 46a, Ens. Médio, Trabalho informal e ações sociais

Silvana (M2) acha a CJM um lugar maravilhoso, mas é muito incomodada com a questão do lixo na natureza, enfatizando com o que restou da natureza após as inúmeras obras da região. Diante do novo cenário, também se preocupa com os animais que saíram da Mata, vindo para as áreas urbanas e com os cavalos dos carroceiros que antes tinham muito pasto para se alimentar e agora reviram as lixeiras e os canteiros à procura de alimento. Entende que estas questões no território representam a carência da educação ambiental. Sua entrevista aconteceu no CFMA e colocou muitas expectativas na Fiocruz para solução dos vários problemas locais, além de comentar algumas das linhas de atuação da instituição no momento.

Os depoimentos de Sérgio (L1) e Silvana (M2) evidenciam a forma como alguns lidam com a terra, como mercadoria conforme já foi explicitado (DÓRIA, 2015), contudo percebe-se que a troca dos sujeitos se dá também entre grileiros ou os próprios moradores como denuncia Silvana, moradores estes originários de funcionários da CJM que vendem pedaços da terra ou realizam pequenas construções para alugar como se fossem os

proprietários mas não são, pois muitas destas áreas citadas continuam sem regularização fundiária. Para as autoras (MENDO; MAIA, 2014) ocorreu também um processo de valorização da terra e de especulação imobiliária muitas vezes exercido pelo poder paralelo nas ações de grilagem com as obras do PAC- Colônia e TansOlímpica.

A percepção narrada por Silvana sobre o início da CJM corresponde aos fatos históricos apresentados no item 4.2.2 e também descritos por Venâncio (2011), onde a fundação da CJM tinha o intuito de sanar os problemas existentes nas antigas colônias de alienados da Ilha do Governador, uma vez que possuía vocação agrícola e pelos psiquiatras da época, poderia ser melhor desempenhada em virtude dos excelentes recursos naturais disponíveis na região. Na perspectiva psiquiátrica do século XIX, o isolamento dos doentes em colônias foi associado à vida rural nem tanto pelos benefícios do clima, mas pela possibilidade de o exercício do trabalho agrícola desempenhar um papel terapêutico tornando este, o carro-chefe das diretrizes terapêuticas, associado à assistência heterofamiliar; daí a distribuição de casa para alguns dos empregados.

*"Ó, eu moro aqui desde pequena. Então, eu gosto de morar aqui. Agora, a gente tá um pouco assim, tá não né? Ficou um pouco com medo, porque, no caso aqui era conhecido só como hospital psiquiátrico, porque aqui é um hospital né psiquiátrico, não mais igual era, mais antigamente, mas a gente ficou com medo assim, que, agora fizeram a TransOlímpica, vem muita gente de fora, mas são coisas que acontecem, né, tem que ter o progresso. [...] Então, a gente mora aqui nessa área do Setor 1, então a nossa, os nossos problemas é assim, que a gente vê que a gente é esquecido um pouco pelo governo em relação a saneamento básico, não tem água e como eu sou AC (agente comunitária) aqui na área a gente vê isso constante. Que é criança que você trata de diarreia, de tudo e continua com a doença porque não tem esgoto mesmo, não tem canalização. E lá, a partir do Setor 2 já foi feito tudo isso. A gente tá ficando tipo assim, eles estão indo pra frente e a gente vai ficando pra trás. E a gente não sabe como resolver isso porque, tipo eu já falei com a prefeitura e a gente continua."*

ACS, F, 33a, Ens. Médio, Agente Comunitária de Saúde

Carla (ACS) considera a Colônia um lugar bom de morar, contudo, está temerosa com as transformações do bairro como a TransOlímpica, que trouxe muita gente de fora para a localidade. Por ser moradora e ACS que cadastra as famílias constata um crescimento no

número de casas que a seu ver não poderia ter ocorrido, pois a área pertence à Fiocruz. Relata que no passado moravam apenas as famílias dos funcionários da CJM e seus filhos, passando de parente para parente, mas considera que ninguém é obrigado a ficar uma vida inteira no mesmo lugar, as pessoas foram se mudando e vieram outras. Carla é consciente de que mora na Mata e isto traz algumas consequências diretamente relacionadas à saúde como os mosquitos transmissores da Leishmaniose, falta de saneamento básico e de água potável. Relata que o Setor 2 foi para frente, pois com as novas moradias o saneamento foi instalado, mas o Setor 1 ficou para trás e no verão os visitantes burlam as normas tomando banho na cachoeira, cuja água abastece as comunidades do entorno do CFMA. A ACS se previne fervendo e filtrando a água antes de consumir, mas nas visitas domiciliares percebe que algumas pessoas não fazem isso e dizem estar acostumados com a água.

Um aspecto levantado por Carla com relação aos antigos moradores descendentes dos filhos de funcionários, foi de que eles fizeram suas escolhas e se mudaram do local; para além do uso da terra, as pessoas que as ocupam têm liberdade em decidir se permanecem ou não diante das precárias condições de sobrevivência. O fato é que as obras do PAC-Colônia não contemplaram o Setor 1, continuando este sem esgotamento sanitário apropriado e sem abastecimento de água pela CEDAE, sendo possível o uso apenas de água da cachoeira ou poço artesiano, o que fica prejudicado em período de estiagem das chuvas, além de não se ter garantia da qualidade.

Os exemplos dados por Carla retratam bem como as características do território podem afetar a qualidade de vida e saúde das pessoas, seja na sua própria preocupação com o aumento dos habitantes desconhecidos e sem relação com a história da CJM, seja na falta de saneamento acarretando a reincidência de doenças nas crianças. Diante deste cenário, a ACS tem ciência de que a prescrição de receita para a criança com diarreia ou seja, a medicalização, não resolve o problema pois há reincidência e também não se trata de responsabilidade individual, pois não demonstrou ter tomado a atitude de criticar ou culpar a vítima (MOROSINI et al, 2007). No entendimento de Faria e Bortolozzi (2009), há uma necessidade de novos modelos teórico-metodológicos que possibilitem pensar o processo saúde-doença como manifestação coletiva e social, fato que se dá com o uso dos conceitos de espaço e território em Milton Santos (item 3.2). Sob esse prisma, os autores admitem que os usos e as funções que cada recorte espacial admite, conformam perfis territoriais que revelam fatores de risco como os identificados pela ACS. As autoras Morosini et al, (2007) relatam que quem trabalha em comunidades como os agentes comunitários de saúde e portanto a ACS participante desta pesquisa, pensam a saúde de modo ampliado no cotidiano pois sabem que

muitos dos problemas de saúde que a população enfrenta têm sua origem em questões ambientais, tais como o saneamento. Mesmo já tendo falado com a prefeitura, o sentimento da ACS foi de impotência ao ver que o Setor 2 foi contemplado, e o Setor 1 ficou para trás. Constatou-se que em se tratando de questões ambientais, a solução é mais complexa, a relação do trabalho reflexivo do ACS preparando para a intervenção (Morosini *et al*, 2007), não é tão direta como causa e efeito, pode levar mais tempo pois possui limites de ordens diversas.

No caso anterior, a atitude da ACS foi de orientar nos cuidados com a água visando minimizar o risco; no entanto, também relatou que alguns moradores dizem estar acostumados com o tipo de água da CJM. Talvez para Carla, o desafio seja desenvolver argumentos perante os indivíduos (MOROSINI *et al*, 2007), procurando compreender o motivo pelo qual estas pessoas não ferver suas águas. Para as autoras, o conhecimento científico adquirido pelos agentes comunitários pode trazer outro problema para a comunidade; neste caso, ter de ferver a água, incluir mais esta atividade na rotina, pode não ser tão simples quanto parece. É preciso um novo olhar e reflexão sobre esta problemática com compaixão e solidariedade para juntos (indivíduos e ACS) encontrarem uma solução enquanto o poder público não atua na solução definitiva e digna que é sanear o Setor 1.

Juntos, L1, M2 e ACS possuem a mesma preocupação: a ocupação do território. Antes um local bucólico de lazer para os moradores do entorno da CJM, um lugar ocupado por pacientes psiquiátricos e familiares dos antigos funcionários; agora como bem colocam Costa e Gonçalves, (2015) a cidade literalmente invadiu o hospício. Contudo, esta invasão não foi planejada ou estruturada, pois se as condições já eram precárias devido à falta de saneamento e o recurso da água já era escasso, passou a ser ainda mais precioso.

### 5.2.2 Os Usos do Caderno: A visão dos Sujeitos

“Com o Caderno nas mãos, o que você fez com ele ou eles?” - foi a indagação que norteou os depoimentos apresentados nesta seção. Em algumas situações, outros trechos dos depoimentos foram incluídos ou narrados, pois auxiliaram a compreender os diversos usos e percepções atribuídos ao material por seu público, contudo apareceram em diferentes trechos das entrevistas. As respostas e as breves análises foram agrupadas segundo os perfis dos entrevistados: Liderança Local, Moradoras e Agente Comunitária de Saúde.

Com relação aos usos do CPS pelos sujeitos (L1, L2, M1, M2 e ACS), observaram-se as duas dimensões descritas na literatura (KAPLÚN, 2003), compreendidas em: facilitador da experiência de aprendizado, proporcionando informação e facilitador de experiências que envolveram mudança e/ou enriquecimento nos sentidos perceptivo, afetivo, ou de habilidades e atitudes. Os sujeitos também distribuíram o CPS, neste caso a informação foi transmitida pelos participantes através da entrega do CPS ou por indicação de alguma prática a quem tivesse o real interesse no conteúdo do material.

Sumariamente, os usos, percepções ou sentidos por cada sujeito podem ser apresentados da seguinte forma:

Para L1 proporcionou aprendizado, informação, desenvolvimento de habilidades e mudança de atitude.

Para L2 proporcionou aprendizado, informação e enriquecimento da percepção levando à reflexão.

Para M1 proporcionou aprendizado, informação, divulgação e enriquecimento do sentido afetivo.

Para M2 proporcionou aprendizado, informação, divulgação, enriquecimento do sentido afetivo e inspiração.

Para ACS proporcionou aprendizado, informação, reflexão, enriquecimento do sentido de impotência.

### 5.2.1.1 Lideranças Locais

*“Com eles, né! Eu comecei aqui no bairro a selecionar pessoas por rua que pudesse ser multiplicadores. Conversei, expliquei, falei, dá uma lida, é superinteressante, entendeu? Principalmente, aquelas pessoas que tavam pretendendo começar uma horta, né, tava com a preocupação da questão de água de chuva, algumas coisas que eram bem já imediata pro uso, né! Questão, preocupação com o mosquito, dengue, aquela época tava muito grande! E aí eu fui passando e pedindo para que, como a gente chama essas pessoas de representante de Rua, que é o nosso facilitador, pra que as coisas da associação circulem melhor dentro do bairro [...] aí fui distribuindo. [...] muitos projetos interessantes com relação a dengue, a questão das telas, ou seja, muita coisa legal ali (no CPS), e que a gente começou a conversar com os moradores né, como a gente poderia tá, né de certa forma implementando nas nossas casas.”*

Em outro questionamento sobre a parte do CPS que mais gostou, respondeu:

*“Olha, é a questão da horta né! Foi o que me abriu janelas pra eu conhecer outras coisas ligadas à questão do meio ambiente. [...] eu participava dos projetos lá da Fiocruz muito voltado pra questão do movimento social, das lutas e depois com o Caderno eu fui enveredando pra outras áreas, [...] da parte ambiental, eu não participei, mas depois eu vim a participar por conta do Caderno. Ou seja, tenho a horta em casa né! Faço um pouco da captação de água de chuva, não muito porque a estrutura ainda não dá, mas faço dentro do possível, [...] o adubo líquido, faço compostagem também, ou seja, coisas que eu fui aproveitando aí.”*

L1, M, 55a, Ens. Superior, Associação de Moradores

Embora as narrativas descritas não estejam na ordem cronológica, destaco que Sérgio iniciou a conversa dizendo que o Caderno possibilitou abrir outras janelas, que antes sua maior preocupação era com o território, mas agora demonstra interesse pelo ambiente e cuidado com sua alimentação, que vê como um pilar importante para a saúde, por isso tem uma horta em seu apartamento e tem feito cursos sobre alimentação saudável. Afirmou ter sido interessante participar da construção do CPS, buscou na internet algumas TS que pudessem ser aplicadas em JPA. Esperava que o material possuísse todas as contribuições que foram sugeridas durante a construção. Demonstrou preocupação com o público do CPS, queria alcançá-los, que eles compreendessem o conteúdo do material, para isso, achava importante haver muitas ilustrações, demonstrar as práticas; assim, o material correspondeu às

suas expectativas.

*" Distribuí em LLL (onde reside), para as lideranças. "*

*" Li todas as partes, li direto todo o conteúdo, mais de uma vez."*

Em outro questionamento se o material havia sido útil para ela, respondeu:

*" Sim, pra preparar pra minha ação concreta nas comunidades. Agora, é, o caderno me incomodou bastante numa coisa, a minha casa tem telha de amianto, então o Caderno serve para me incomodar no sentido de que: Qual a solução que eu dou para a questão do telhado? Aproveitamento da água da chuva? E pela telha de amianto eu sei a força da energia do sol, então também eu fico pensando: é, eu sou assalariada, hoje sou aposentada e sou professora, então você imagina o quanto eu ganho né? Eu tenho pensado nisso né, como é que eu resolvo a questão do amianto na minha casa, do aproveitamento da água da chuva e da energia solar? Então o Caderno me incomodou pra colocar uma meta que eu preciso atingir, eu não posso ficar falando da vida dos outros, quando eu tenho uma situação de insalubridade onde eu vivo, entendeu? "*

L2, F, 63a, Ens. Superior, Movimento Social

Josefa, carinhosamente conhecida como Zefinha (L2), é atuante em uma Organização Não Governamental (ONG) que possui uma bela história de vida e luta junto aos movimentos sociais de Jacarepaguá e no seu local de residência. A entrevista foi realizada na Sede da ONG, onde, pensativa e pausadamente, relatou uma parte de sua militância. Destacou sua intensa participação em 1982, na elaboração das propostas do SUS, do Encontro Popular de Saúde, da mobilização. Naquela época, dizia que saúde era comer corretamente, viver num lugar que não tivesse esgoto ao céu aberto, com água potável, porque onde morava tinha tudo o que negava a saúde. Relatou que a prática da militância a conduziu no estabelecimento de uma visão mais ampliada da saúde, pois lida com questões concretas da vida, como o saneamento, salubridade da moradia, a alimentação vinculada ao salário, a violência e a insegurança desencadeando problemas de saúde. Para L2, o seu conceito de saúde agora está associado ao direito de viver com dignidade, às questões da desigualdade, à democracia, participação social. O interesse em participar do CPS foi por sentir falta de um material que falasse de saúde e seus determinantes com o respaldo do conhecimento científico, da Fiocruz,

mas de forma que as pessoas pudessem compreender, com uma linguagem fácil. L2 trabalha nas comunidades com algumas das temáticas presentes no Caderno, então, este a ajuda no preparo das atividades que propõe. Relatou que antes levava vários folhetos quando saía, agora leva apenas o CPS; para ela é um material completo que reúne os assuntos, de fácil manuseio e transporte. Ao ler todo o material, percebeu que para ter saúde, são necessárias várias ações, então este ajuda a sistematizar esse conhecimento.

Embora o CPS finalizado e impresso fosse uma novidade para os participantes, a abordagem que norteou sua construção, convidando as lideranças comunitárias para se engajarem no seu desenvolvimento/distribuição, possibilitou que os mesmos conhecessem o seu conteúdo e planejassem a distribuição na área onde exercem liderança, identificando o público que pudesse fazer o uso imediato do material, levando em consideração a realidade e o interesse das pessoas. No depoimento de L1, ficou clara a preocupação com questões locais, do território, como a água da chuva que em determinadas épocas causam inundações, os mosquitos que transmitem a dengue e mais recentemente o zika vírus e chikungunya.

Ressalto que os depoimentos também refletem a metodologia adotada no processo de construção do CPS e que estava associada às iniciativas do Sistema Único de Saúde, onde a territorialização é um dos pressupostos para a organização dos processos de trabalho e práticas de saúde (MONKEN; BARCELLOS, 2005), bem como a descentralização e a participação. No entendimento destes autores, o agravamento das desigualdades sociais e a segregação espacial aguda que ocorre em muitas localidades brasileiras restringem o acesso da população às melhores condições de vida, o que levou o uso de um novo modelo da vigilância em saúde. Inicialmente, o foco da atenção era centrado na doença, passou para os determinantes sociais das condições de saúde; provavelmente, influenciado pelos conceitos de espaço e território desenvolvidos por Milton Santos (2003 apud, FARIA; BORTOLOZZI, 2009). Para Buss e Pellegrini Filho (2007) os determinantes sociais da saúde são um conjunto de fatores: sociais, culturais, econômicos, psicológicos, étnico-raciais e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.

As autoras Morosini et al (2007), compreendem que situações de doença podem fazer parte da vida humana, seja pelo modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza; mas assim como para a informante L2, saúde é um conceito amplo e envolve luta pelos direitos, estas autoras também acreditam que saúde é uma conquista de cada sujeito e dos sujeitos sociais como L1 e L2 que lutam coletivamente por suas transformações pessoais e de seus territórios, colaborando para uma qualidade de vida que favoreça à saúde de todos.

A realidade de L2 e seus vizinhos contribuiu para que ela tivesse uma visão ampliada, enxergando que as condições concretas da vida estavam associadas e determinavam o estado da não saúde das pessoas.

Segundo Faria e Bortolozzi (2009), a principal contribuição de Milton Santos está em compreender o espaço como processo e produto das relações sociais. Certamente, para esta pesquisa, as relações sociais estabelecidas pelo líder comunitário L1, bem como, o reconhecimento do território na escala do cotidiano possibilitaram a identificação das necessidades dos moradores daquela localidade, apontando como um caminho para promoção da saúde enraizada no entendimento da complexidade e das necessidades cotidianas (PORTO; PIVETTA, 2009). As experiências vivenciadas por este líder (L1), sua participação no CPS, com a vida singular e concreta em seu território (LARROSA, 2016) o levou a fazer o uso do material, não apenas de forma distributiva como campanha (KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005), mas a identificar os moradores que tinham um interesse imediato nas práticas ali contidas, para os quais o CPS pudesse fazer algum sentido; e pessoalmente, abriu uma janela ou um espaço para a reflexão, para a sensibilidade e para a ação (LARROSA, 2016) para além de seu envolvimento com o território e o ambiente, levando-o a repensar sua relação com a alimentação e saúde de forma mais sustentável, integral e proporcionando qualidade de vida.

Apesar de L2 não ter explicitado como trabalha com o CPS nas comunidades, no fragmento: "*eu não posso ficar falando da vida dos outros, quando eu tenho uma situação de insalubridade onde eu vivo*" a líder de certa forma está refletindo sobre sua prática nas comunidades, confrontando com a sua vida e talvez criticando discurso prescritivo da prevenção, crítica também presente na literatura (CARVALHO, 2004; MOROSINI et al, 2007). Estes comentam sobre a importância de superar uma visão da promoção da saúde normativa, descontextualizada que enfatiza dimensões individuais, comportamentais e dar lugar à emancipação do indivíduo (PORTO; PIVETTA, 2009). Mas, mesmo um indivíduo emancipado como L2, que exerce uma importante liderança em seu território, se esbarra em limites para resolver sua questão, o financeiro, ou seja, vê a solução do seu problema apenas na sua atuação individual, talvez não acredite nas políticas públicas ou veja que, diante de tantas outras prioridades para as políticas, a sua demanda não mereça atenção ou então saiba que as políticas públicas levam bastante tempo para acontecerem.

Em se tratando de tempo, percebe-se que há uma dessincronia com a real necessidade das pessoas e as políticas públicas, o que talvez tenha gerado nos líderes (L1 e L2), ainda que expresso de formas diferenciadas, o desejo de experiências que pudessem ser colocadas em

prática logo, em suas ações concretas: L1- "*coisas que eram bem já imediata pro uso*"; L2- "*preparar pra minha ação concreta nas comunidades*". Daí, a clara necessidade de transformar as informações do CPS em experiências, pois a sociedade moderna construída sob o signo da informação onde imperam a opinião, o trabalho e a falta de tempo, carece de experiência. Esta, e o saber que dela deriva, são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida (LARROSA, 2016). O conhecimento de L1 e L2 sobre o conteúdo do material e sobre os interesses das pessoas possibilita que eles valorizem as informações que acreditam serem úteis e necessárias num dado momento para os moradores e tais informações podem se tornar experiências.

L2 atribui um valor diferenciado ao material quando o substitui pelos demais panfletos e o carrega em sua militância como proposta pedagógica junto à comunidade, pois trabalha com as temáticas: saúde e comunidade, saúde e ambiente. Para ela, o CPS é completo por seu conteúdo, possui linguagem de fácil compreensão e tem o respaldo da Fiocruz como uma respeitada instituição de saúde pública. L1 e L2 também tinham em comum uma expectativa pelo Caderno: que o público pudesse compreender o seu conteúdo, para tanto esperavam que tivesse ilustrações, demonstrações das práticas e linguagem fácil para que pudessem logo ser aplicados, ou seja, suas práticas serem realizadas. Para L1 e L2 a expectativa foi contemplada e na literatura aspectos como estes podem possibilitar a oportunidade de construir novos significados, permitindo a maior compreensão dos conteúdos, sobretudo se a linguagem visual contemplar vivências mais próximas do público (MOREIRA et al, 2003; SCHALL, 2005; NOGUEIRA; MODENA; SCHALL, 2009).

Novamente, a fala de L1 quando se refere ao CPS ter possibilitado abrir outras janelas e de L2 incomodada com uma situação insalubre em sua casa, nos faz lembrar uma nova categoria de sujeito apresentado por Larrosa (2016) - o sujeito "ex-posto" - este é um sujeito da experiência, que se define por sua passividade e não por sua atividade, por sua receptividade, disponibilidade, por sua abertura. Este autor entende que do ponto de vista da experiência, o importante não é a maneira de colocarmos numa posição ou de opor-nos, muito menos impor-nos ou propor e sim permitir que algo se passe, aconteça, toque, afete. Para Larrosa (2016), a experiência é impossível numa sociedade construída sob o signo da informação, onde também o excesso de opinião, a falta de tempo e o excesso de trabalho anulam as possibilidades de a experiência acontecer, pois é difícil que o sujeito pare. No entanto, acredito que a experiência aconteceu com L1 e com L2, para eles foi possível parar, refletir, ouvir, pensar e escutar mais devagar, suspender a opinião, dar-se tempo e espaço

como diz o autor. Em Larrosa (2016), vemos que a experiência é um lugar de encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova, L1 se mostra um sujeito da experiência, pois estava aberto à sua própria transformação, à transformação de sua relação com a alimentação proporcionando consciência e qualidade. L2 se sentiu tocada por sua questão insalubre e está diante de uma limitação, sabe que o amianto precisa ser retirado de forma adequada, pensa em algumas alternativas para solucionar a questão do seu telhado, mas o salário de professora aposentada não permite fazer este investimento, então, por enquanto, não passa de uma meta. Embora esteja aberta à transformação, para ela a experiência revelou sua vulnerabilidade e diante de sua real condição socioeconômica descobriu a impotência que escapa ao saber e à sua vontade; de fato para Larrosa (2016), o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana; a experiência é uma espécie de mediação entre ambos. L2 sabe que a concretude da vida é muito mais ampla do que a doença e os seus agentes etiológicos, do que adotar ou não algumas práticas.

Retomando a discussão de L1, percebendo seu envolvimento e pelas práticas relatadas com seus liderados, com o território, saúde e ambiente, certamente L1 teve melhorias em sua realidade através das mudanças que conseguiu implementar em sua residência e talvez nas residências de alguns liderados para quem L1 distribuiu o CPS. Contudo, o atual uso da terra como mercadoria (Dória, 2015), seja pelas construtoras devido à proximidade da Barra, seja pelos moradores que impedem de fazer um corredor verde, geram preocupação e uma real incapacidade de intervir sobre uma questão do território apesar de todo o seu engajamento, ou seja, L1 também está diante de uma situação limite que escapa ao seu saber e vontade demonstrando também sua impotência (LARROSA, 2016).

#### 5.2.2.2 Moradoras

*"Eu vi, li, reli de novo, e ainda tô lendo, sabe por quê? Porque agora tá no tempo do plantio, aí, o quê que eu faço? Eu pego ele e boto aqui fora (varanda) [...]. Aí o, ele ensina tudo! Ele ensina como eliminar as pragas, esse livro é maravilhoso! (Continuou folheando). Muuuuito bom! O livro todo maravilhoso."*

Ao ser questionada sobre o que ocorreu quando recebeu o CPS, respondeu:

*"Ah, todo mundo gostou, todo mundo. Quando eu recebi o Caderno, eu fiquei com um, o meu marido levou um, para onde ele trabalha. Ele trabalha ali no Condomínio XYZ (na Barra da Tijuca). Olha! Vou te contar menina, mas foi uma: assim, uma Revolução! Era telefonema, era os amigos dele querendo comprar, para mim foi bom. Foi divulgar!"*

*(Rs)". Esse livro bateu ali no XYZ, você tem que ver! As madames vinham até de carro atrás de mim. Por causa da revolução, foi muito bom! [...]. Os meus sobrinhos ganharam o Caderno na escola e chegaram maravilhados gritando: - Tia, Tia, eu vi a Sra. dentro do meu livro! "*

M1, F, 51a, Ens. Médio, Agricultora Urbana

Regina (M1) também mora no Setor 1, possui quintal em sua casa onde produz alimentos orgânicos que serviu de modelo para ilustrar uma das práticas do CPS, a "Horta nos Quintais". Iniciou esta atividade a partir de uma parceria com outro projeto de TS/Edital Cooperação Social no CFMA e fala com orgulho que foi o primeiro quintal orgânico certificado do Rio de Janeiro pela Associação de Agricultores Biológicos do RJ. Relatou que no início de sua parceria com a Fiocruz, muitos moradores não acreditavam que pudesse dar algum resultado, mas ela tentou, ficou até o final e colheu os frutos. Também demonstra preocupação com o aumento do número de moradores da Colônia, enquanto a entrevistava em sua varanda, a conversa foi interrompida, pois ela passou a observar dois jovens que transitavam de moto e comentou que eles poderiam estar caçando passarinhos na Mata. Muito satisfeita com sua atividade de agricultora urbana, explicitou os benefícios que trouxe para sua vida e como o Caderno a ajuda no plantio/colheita e divulgação do seu trabalho e das verduras que vende. Sempre simpática e receptiva às propostas do CFMA a Sra. M1 reconhece que não sabe tudo e "todo dia é um aprendizado", pois apesar de ter conhecido muito sobre cultivo com os técnicos do CFMA, às vezes esquecia-se de algum detalhe e pegava o CPS.

*"Bom, eu tenho ele guardado comigo, eu adoro fazer divulgações. Pena que não teve bastaaante, à vontade pra poder distribuir. Eu acho que o imprescindível de um trabalho funcionar é a divulgação dele. Então muita gente não sabe que ele existe, né. Agora nós temos muitos moradores aí agora, dentro da Colônia, seria muito bom fazer um relançamento dele (o CPS) e fazer aqui, não aqui dentro aqui da Fiocruz, mas num lugar aberto. Uma divulgação, uma palestra, falando sobre ele, do que tá escrito ali. [...]. Pelo menos os três que eu recebi eu distribui sim, vi aquelas pessoas que tavam, a que mais gostou que interessou. E distribui pra pessoas que, vamos dizer assim, me apoiavam, gostavam muito do meu trabalho. Dando credibilidade pro meu trabalho, vai ver que chegou a sair uma reportagem com o meu nome, as pessoas vão ver que eu faço aquilo ali, não trabalho só por material, materialista entendeu? Só por dinheiro, essas coisas."*

Foi perguntada se lembrava do lançamento do CPS, respondendo:

*"[...] isso ficou marcante, estávamos dando autógrafo. Verdadeiros escritores né (rs)? [...] foi gratificante, foi surpreendente, ficou assim, a gente se sentiu até pessoas realmente muito importantes. Dando autógrafos ali nos Cadernos e as pessoas passando e pegando o Caderno e vendo a gente ali assinando, né! Então realmente foi uma sensação boa, foi gostoso. Você se sente orgulhosa, de tá ali! Participou! Ele tá ali, teu nomezinho ali, todo mundo ali vai levar sua assinatura (rs)."*

Quando questionada se o CPS foi útil para ela, exemplifica e justifica a importância da divulgação:

*" Foi útil na divulgação também do meu trabalho e, ter outros conhecimentos, conhecer outras pessoas, até a me unir a outras pessoas que eu ajudo de um jeito, elas podem me ajudar de outro, entendeu? Como eu sou uma divulgadora, o Caderno me é útil pra isso: se eu conhecer uma pessoa que quer montar uma horta, no meu dia a dia, eu tenho o Caderno e olha, tem o Caderno aqui que explica tudo, né! [...] A Cooperativa Esperança, por exemplo, ficou marcante porque, eles estão lá mais perto de onde eu moro e esse lance de Cooperativa, que eles batalharam, construíram as casinhas todo mundo, a união. Eu não sabia, conheci. Ficou marcante em mim foram esses conhecimentos, trabalhos, que já aconteciam há bastante tempo e a gente não sabia. Muita coisa falta muita divulgação, né, que às vezes tem muita coisa acontecendo, mas as pessoas não sabem. "*

M2, F, 46a, Ens. Médio, Trabalho informal e ações sociais

Silvana é muito engajada nas causas que acredita, como o lixo, os animais, uma de suas preocupações é a venda dos pássaros da CJM. Ela se considera uma divulgadora e gostaria de ter recebido muitos exemplares do CPS para poder distribuir e divulgar as práticas nele contidas além do seu trabalho. Silvana (M2) se envolve em ações de reciclagem e organiza um bazar com as doações que recebe, ela escreveu o texto introdutório da seção "Lixo?" do CPS e no lançamento do material todos que escreveram foram convidados para sentar à mesa e conceder autógrafos, o que a fez sentir-se muito valorizada.

Dentre os usos mais comuns e esperados de um material educativo está a consulta, servir como fonte de informação, é gratificante saber que o seu público (M1 e M2) faz uso do material para obter informações, no caso de M1, é um uso direto para consultar alguns detalhes sobre a horta, enquanto M2 quando tiver o interesse ou souber de alguém que tenha, poderá consultar ou indicar. Contudo, Kaplún (2003) considera outros atributos do ME mais significativos e também este estudo pretende ir além do uso esperado, quer dar destaque às

outras formas de uso que por ventura, o seu processo de construção e distribuição propiciou, mas ainda que os usos sejam os mais óbvios e haja resistência na literatura sobre eles, é possível lançar um olhar e compreender como estes mecanismos ainda se manifestam fortes no cotidiano das pessoas. Outro uso criticado na literatura sobre materiais educativos, é a forma distributiva especialmente com relação à divulgação de campanhas de saúde (KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005), contudo, nos depoimentos de M1 e M2 é possível observar os benefícios que a distribuição/divulgação pode trazer. Os exemplares distribuídos no entorno do CFMA e o exemplar que o marido de M1 levou para o trabalho contribuiu com a divulgação do CPS e mais especificamente da prática "Horta no Quintal". No entanto, isso só ocorreu porque a M1 e sua horta apareceram no CPS, ela não apenas contribuiu com o ME, mas se viu nele e isto gerou muita repercussão na vizinhança. O uso do material pelo marido da moradora, que, à princípio, poderia ser como uma simples e despreziosa demonstração de orgulho por causa das fotos para mostrar aos amigos e chefias no ambiente de trabalho, se transformou em uma propaganda, uma divulgação dos alimentos orgânicos que a moradora produz em seu quintal e comercializa, para a M1 foi uma revolução, talvez ela estivesse se referindo a um grande acontecimento. A intenção desta e das outras práticas dos CPS é de ensinar as pessoas a fazerem, mas a realidade de muitos moradores do Rio de Janeiro é de não possuir quintais ou tempo para fazer a horta suspensa, então não se interessaram em fazer. Pessoas com alto poder aquisitivo, pegaram seu carro e foram até a residência de M1 adquirir os produtos orgânicos, mais saudáveis, que já estavam disponíveis. Indiretamente, estas pessoas foram beneficiadas pelo uso do CPS, se alimentado com mais qualidade e de forma inesperada o CPS foi visto por elas. Vasconcelos (1999) afirma que "as práticas educativas precisam saber aproveitar os espaços fragmentados e fugazes disponíveis no cotidiano agitado e instável do cidadão", o CPS de alguma forma, entrou nos espaços fragmentados destas pessoas.

Silvana (M2) lamentou não ter maior quantidade de exemplares para distribuir. E não foi apenas isso, diante da nova realidade da colônia, as novas e muitas moradias, sugeriu que o CPS tivesse um novo lançamento em outro local, pois ela considera o CFMA um lugar fechado; realmente fica escondido, longe do ponto de ônibus e dos conjuntos habitacionais que foram construídos. Um novo lançamento com palestras, pois para M2 com a ampla divulgação do material as pessoas conheceriam as experiências boas e úteis que o CPS apresenta. Provavelmente a moradora ainda está acostumada com a lógica de transmissão, característica do modelo unilinear de comunicação seja em palestras ou nos processos comunicativos e educativos de materiais impressos (KUBOTA et al, 1980; ROZEMBERG;

VASCONCELLOS-SILVA; SILVA, 2002; KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005). Talvez este modelo esteja enraizado em sua forma de pensar, para M2 seria importante atingir maior número de pessoas, maior público, o que poderia ser alcançado com ampla divulgação/distribuição, como nas práticas distributivas em escolas, postos de saúde, sindicatos, secretarias, sem ação educativa onde este tipo de ação pressupõe que a divulgação do conhecimento possibilite adesão aos programas de saúde divulgados (KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005). Em outro trecho da entrevista que não foi reproduzido aqui, a moradora se dá conta de que ficaria muito caro produzir uma quantidade de um material com as características do CPS para livre distribuição e sugere a venda. Inferiria que em sua linha de raciocínio M2 não está considerando os sujeitos que receberão, se eles lerão o material ou demonstrarão interesse pelo seu conteúdo. No entanto, a preocupação com a divulgação de M2 se torna plausível quando ela admite a falta de conhecimento, não o científico, mas o desconhecimento de atividades e lutas importantes e inspiradoras que acontecem atualmente no território como o caso da Cooperativa Esperança, exemplo de luta, trabalho, perseverança e união que resultou na construção das moradias dos cooperados. M2 conhece o passado da CJM, mas desconhecia um presente bem próximo à sua casa e tanto o passado como o presente da CJM precisam ser conhecidos por todos, os novos e antigos moradores. Contudo, tenho a percepção que M2 conheceu a experiência da Cooperativa Esperança pela participação de ambos na construção do CPS e não pela leitura do material em si, da mesma forma, uma ampla distribuição do CPS não garante que as pessoas lerão seu conteúdo e aderirão ou se inspirarão com as práticas/experiências apresentadas, sendo necessárias talvez atividades educativas complementares como oficinas.

É possível perceber que de certa forma, os trabalhos de L2, M1 e M2 foram chancelados pela Fiocruz através do material. Para L2 o CPS usado na militância possui linguagem acessível e o respaldo da instituição; para M1 o material da Fiocruz divulga seus produtos e para M2 o CPS testemunha seu comprometimento com a reciclagem; assim especialmente as ações de M1 e M2 ganham credibilidade.

As posturas relatadas pelas moradoras diante da "*revolução*" que o CPS causou no caso de M1 e o "*orgulho*" por M2 ter participado, parecem configurar a categoria de "empowerment" comunitário da promoção à saúde (CARVALHO, 2004), em especial nas dimensões subjetivas do "empoeiramento", ou seja, a presença dos micros fatores autoconfiança e autoestima encontrados no plano individual. Outra esfera da vida social contemplada na narrativa de M2, foi a do coletivo quando se refere a partilhar conhecimentos, apoiar pessoas, a ajudar de uma forma e ser ajudada de outro, com destaque também para o

caso da Cooperativa Esperança, que é um belo exemplo de intervenção sobre a realidade a partir da mobilização do coletivo.

### 5.2.2.3 Agente Comunitária de Saúde

*"Então, eu li, né. Eu olhei ele todo, todas as práticas e eu tentei dar continuidade à horta, a minha horta ... foi coisa mesmo minha de tempo, de esquecimento, eu não dei depois continuidade, mas eu pretendo voltar. "*

Em outra pergunta, se o material ajudou a melhorar as questões do território citou algumas das práticas que os vizinhos estavam se interessando como a tela mosquiteiro, a horta e acrescenta:

*" Foi bom para alertar, pra mostrar. Porque, só você chegar assim para pessoa e falar: É isso, isso e aquilo; a gente acha que a pessoa entendeu, mas não entendeu né! Então ali tá tudo explicadinho, com foto, explicando direitinho, acho que é mais fácil, né pra entender. "*

ACS, F, 33a, Ens. Médio, Agente Comunitária de Saúde

Comparando com as informações que estão disponíveis na internet, ressaltou a importância do CPS por conter práticas que eram realizadas pela equipe do CFMA, então dava credibilidade, pois via no dia-a-dia as pessoas fazendo, acarretando também maior interesse. Na internet é preciso procurar, pesquisar, além de ser necessário também que o computador esteja disponível, já o CPS por ser um material impresso vai estar sempre à mão, permitindo fácil acesso, caso necessário já sabe onde encontrar.

Embora Carla (ACS) se interesse e já tenha experimentado a horta suspensa, pois seu quintal é cimentado, não conseguiu dar continuidade por não dispor de tempo para todos os cuidados de que a horta necessitava. A falta de tempo é um dos motivos pelos quais a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2016), outros motivos são o excesso de informação, de opinião, o trabalho e por isso não se pode parar.

Na sua prática como ACS, percebeu que as ilustrações do material eram importantes para facilitar a compreensão, pois no momento em que a pessoa está recebendo a orientação, parece que entendeu tudo, mas às vezes não entendeu ou então depois podem surgir dúvidas

que podem ser sanadas com o conteúdo explicativo do material. Na pesquisa de Souza et al, (2015), os enfermeiros entrevistados também acreditavam não ser suficiente apenas falar, pois com os materiais os usuários visualizam a orientação; além do ME impresso favorecer uma abordagem comunicativa horizontal. Freitas e Cabral (2008) também concordam que o ME adequado ao seu público, facilita o processo educativo permitindo ao destinatário da comunicação uma leitura posterior, possibilitando a superação de eventuais decodificações, rememoração, reforçando as informações orais além de servir como guia de orientações para casos de dúvidas posteriores e auxilia na tomada de decisões.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procurou-se analisar os usos do Caderno de Práticas e Soluções (CPS) a partir dos sujeitos aos quais se destinou - população adulta de Jacarepaguá, que mora próxima do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA-RJ), visando compreender os sentidos a ele atribuídos. Ciente da complexidade que envolve o tema e a impossibilidade de abordar todos os aspectos envolvidos, o estudo apresentou alguns resultados oriundos do trabalho de campo realizado a partir de uma abordagem qualitativa. Dentre as questões tratadas, trazemos para as considerações finais algumas abalizadas como relevantes para contribuição e reflexão sobre o tema.

Diante da experiência de construção compartilhada e dos depoimentos oferecidos pelos entrevistados que participaram da concepção, distribuição e se apropriaram do Caderno de Práticas e Soluções, ou seja, completaram o ciclo social dos sentidos (ARAÚJO, 2006); pode-se perceber de forma geral, observados os limites e algumas nuances individuais, uma contribuição para que os sujeitos: desenvolvessem habilidades para participar da vida em sociedade, tomassem consciência crítica da situação que estavam vivenciando e intervissem sobre algumas das suas realidades.

Retornar aos sujeitos que participaram da construção do CPS foi imprescindível para conhecer suas percepções e atitudes diante do processo participativo e do material impresso:

- Consideraram importante participar da construção do CPS, pois tinham interesse que o material trouxesse soluções para questões do território em linguagem simples e com o respaldo da Fiocruz.
- Perceberam que suas contribuições foram contempladas no conteúdo do CPS, se sentiram acolhidos por todo o grupo e valorizados.
- Leram, consultaram e divulgaram o conteúdo do CPS.
- Distribuíram o material para quem pudesse fazer uso imediato realizando as práticas.
- Tiveram experiências subjetivas como satisfação, orgulho, reflexão, impotência e despertar.
- Demonstraram em ações e narrativas apropriação do conceito de promoção da saúde.

Entretanto, é importante considerar alguns limites observados entre o saber vinculado ao conteúdo dos referenciais para a construção compartilhada do conhecimento e desenvolver um projeto que traz como resultado um material escrito. Ressaltamos que o estudo, como anteriormente dito, não está voltado para a avaliação e análise da etapa de desenvolvimento do material, mas acreditamos que alguns destes desafios se não forem considerados, podem estabelecer uma distância entre o processo de produção e seus usos:

- Fator tempo - dificuldade em equacionar os fatores tempo/participação, pois as pessoas levam um tempo para se integrarem, se sentirem seguras para falar e expor seus pensamentos. Posteriormente, tomar as inúmeras decisões ouvindo todas as opiniões também requer tempo; no entanto, o prolongamento pode se tornar cansativo e ser inviabilizado diante da falta de recursos financeiros com o término do projeto.
- Escrita, linguagem científica/popular - dificuldade do grupo em se expressar de forma escrita, apesar dos esforços como a oficina, apenas uma moradora (M1) escreveu sua experiência. Para os demais colaboradores do CPS ligados à Fiocruz ou demais instituições a tarefa também não foi trivial se tornando um desafio escrever um texto com pouco espaço numa linguagem popular distanciada da linguagem científica.
- Interesses - desafios em equacionar os diferentes interesses individuais dos envolvidos relacionados à produção do CPS em termos do aspecto autoral.

E na relação entre saber o conteúdo do CPS e fazer suas experiências, foram observados limites pelo seu público:

- Ideal e real - distância entre o que é proposto pelo CPS e a realidade concreta dos sujeitos. Mesmo os líderes e a ACS se vêm impotentes diante dos limites individuais como no caso da substituição da telha de amianto ou coletivos como no caso da especulação da terra, da ausência de saneamento para prevenir doenças, ausência de água para regar a horta ou lavar as mãos.
- Querer e poder - o risco de responsabilizar os sujeitos ou passar informações para que mudem suas realidades, adotem algumas práticas quando as vulnerabilidades que os impedem, escapam ao saber e à vontade.

Estes foram os reais limites onde os sujeitos que em alguma medida são emancipados (PORTO; PIVETTA, 2009), engajados politicamente em suas comunidades (CARVALHO, 2004) e expostos (LARROSA, 2016), se veem vulneráveis, impotentes e incapazes de intervir em suas realidades. Pois, para real melhoria da qualidade de vida dos moradores deste território, ainda existem desafios que precisam ser superados não pelos sujeitos, mas pelo Estado, pois são dependentes de estruturas sociais a nível macro. Sendo, portanto, necessárias diversas ações inter setoriais e políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais. Assim, fica o desafio para as instituições do território de Jacarepaguá como, por exemplo, a Fiocruz de articular com as diversas esferas do Estado, para que este se faça presente no território implementando o esgotamento sanitário do setor 1, água da CEDAE, realizando a regularização fundiária e contínua fiscalização para impedir novas construções.

Neste estudo evidenciou-se que no contexto da promoção da saúde, mesmo os materiais educativos construídos de forma participativa encontram limites relacionados à realidade política, social e econômica em um território tão desigual como a Baixada de Jacarepaguá. Ou seja, um material educativo construído participativamente não é um fim em si mesmo, ele possui inúmeras limitações entre o saber e o fazer, especialmente em um território onde os direitos básicos foram e/ou ainda são negligenciados. Apesar dos limites, a construção coletiva e os usos dos ME apontam para a necessidade de trabalhar em várias frentes integradas a fim de promover a saúde dos sujeitos.

Assim, espera-se que este estudo se some aos demais (LUZ et al, 2003; KELLY-SANTOS; ROZEMBERG, 2005; MONTEIRO; VARGAS, 2006; FREITAS; CABRAL, 2008; PIMENTA et al, 2008; KELLY-SANTOS et al, 2009; TORAL et al, 2009; KELLY-SANTOS et al, 2010 e SOUZA et al, 2015) sobre materiais educativos que reconhecem a importância da participação do público no desenvolvimento do material considerando-os sujeitos detentores e capazes de compartilhar saberes; críticos para analisar e fazer escolhas. Porém, fica o desafio para os gestores de aumentar o tempo e os recursos em projetos que prezem pela participação e aos produtores de materiais a compreensão de que esta tarefa é complexa, exige muitos esforços e ações integradas.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. Materiais educativos e produção de sentidos na intervenção social. In: MONTEIRO, S.S., VARGAS, E.P. (Org.). *Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 49-70.
- BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2012.
- BRASIL. Decreto nº. 6.555, de 8 de setembro de 2008. Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 set. 2008. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm)
- \_\_\_\_\_. Decreto nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre os direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm)
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 13, de 06 de dezembro de 1990. Estabelece normas referente ao entorno das Unidades de conservação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 de dez. 1990. Seção I, p.25.541. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res1390.html> Acesso em 8 nov. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. 1986. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf)
- BRITO, I. F. *Desenvolvimento Infantil: Concepções de Professores e suas implicações na manifestação do preconceito*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 02 jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>
- BUSS, P. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. pos. 252-755.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, v.17, n.1, p.77-93, 2007.
- CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.) *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede popular e saúde*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. p. 101-44.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, ago. 2004.

CASTRO, I. R. R. S.; et al. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. *Rev. Nutr.* Campinas, v. 20, n. 6, p. 571-588, dez. 2007.

CASTRO, M. S.; PILGER, F. D.; FERREIRA, M. B. C. Development and validity of a method for the evaluation of printed education material. *Pharm Prac.* v. 5, n. 2, p. 89-94, 2007.

CAVALCANTE DE PAIVA, A. P.R.; VARGAS, E. P. Os Materiais Educativos e seus públicos: um panorama a partir da literatura sobre o tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10., 2015, Águas de Lindóia. *Anais Eletrônicos*. São Paulo: ENPEC, 2016. Disponível em: <http://www.xenpec.com.br/anais2015/busca.htm?query=Cavalcante+de+Paiva> Acesso em: 24 mai. 2016.

CERQUEIRA, L. F. F. *Os Impactos dos Assentamentos Informais de Baixa Renda nos Recursos Hídricos e na Saúde Coletiva: o caso da bacia hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá*. 2006. 171f. Dissertação (Mestrado em Saneamento Ambiental) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COHEN, S. C.; SILVEIRA C. B. MELO, A. B.; HOLLANDA, C.; MOTTA, R. M.; BANDEIRA, T. Indicadores de vulnerabilidade física da habitação em assentamentos urbanos irregulares. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 13., 2010, Canela. *Anais Eletrônicos*, Rio Grande do Sul: ENTAC, 2011. Disponível em: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2010/arquivos/249> Acesso em: 22 nov.16.

COOKBOOK. In: Wikipedia: a enciclopédia livre. Revisão: 11 abr. 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Cookbook&oldid=714657612> Acesso em: 18 abr. 2016.

COSTA, R. G-R.; GONÇALVES, A. P. C. Evolução Urbana da Colônia Juliano Moreira. In: VENANCIO; A. T. A.; POTENGY; G. F. (Org.). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 59-91.

CORRÊA, M. *O Sertão Carioca*. Imprensa Nacional, 1936.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. pos. 691-992.

DE OLIVEIRA SANTOS, R. R. *Para uma "nova cidade" um "novo plano": o processo de revisão do plano diretor do Rio de Janeiro à luz dos preparativos para os megaeventos*. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013.

DIB, S. F.; SILVA, N.C. (Org.). *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012.

DÓRIA, R. S., 2015. Memória e história da ocupação dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: VENANCIO; A. T. A.; POTENGY; G. F. (Org.). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.19-58.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. *Espaço Geográfico em Análise*, Paraná, n.17, p. 31-41, 2009.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estados da arte”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIELD, H.; POWELL, P. Public understanding of science versus public understanding of research. *Public Understand. Science*, v. 10, n. 4, p. 421–426, 2001.

FIOCRUZ. Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência. *Experiências do Edital de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado 02/2011*. Rio de Janeiro, 2014. 38p.

FIOCRUZ. *Plano Diretor do Campus Fiocruz Mata Atlântica* (Minuta). Rio de Janeiro, 2009.147 pp.

FIOCRUZ. *Portal Fiocruz*. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/campus-fiocruz-mata-atlantica> Acesso em: 18 mai. 2016.

FONTOURA, H. A. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA, H. A. (Org.) *Formação de Professores e Diversidades Culturais: múltiplos olhares em pesquisa*. Niterói, Coleção “Educação e Vida Nacional” - Intertexto 2011, p.61-82.

FREITAS, A. A. S.; CABRAL, I. E. O cuidado à pessoa traqueostomizada: análise de um folheto educativo. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 84-89, 2008.

FREITAS, F. V.; REZENDE FILHO, L. A. Modelos de comunicação e uso de impressos na educação em saúde: uma pesquisa bibliográfica. *Interface*, Botucatu, v. 15, n. 36, p. 243-256, 2011.

GADOTTI, M. A. Questão da Educação Formal/Não-Formal. In: DROIT À L'ÉDUCATION: SOLUTION À TOUS LES PROBLÈMES OU PROBLÈME SANS SOLUTION? 2005, Sion. Institut International des Droits de l'Enfant.

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC00000009200600100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009200600100034&lng=en&nrm=abn) Acesso em: 17 mar. 2017.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. 1 ed. São Paulo: Editora Thomson, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. 1 ed. São Paulo: Editora Thomson, 2005b.

GONZALÉZ REY F.; BIZERRIL J. (org.). *Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar*. 1 ed. Brasília: UniCEUB, 2015.

IBGE. *Aglomerados Subnormais Informações Territoriais*. Censo 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais/default\\_informacoes\\_territoriais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm). Acesso em: 16 dez. 2016.

INEA. *Parque Estadual da Pedra Branca*. Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA\\_008594](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008594) Acesso em: 8 nov. 2016.

ITS. *Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil*. São Paulo: Editora Raiz, 2004.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência do aprendizado. *Comunicação e Educação*. v. 27, p. 46-60, mai./ago. 2003.

KAWAMOTO, E. M.; CAMPOS, L. M. L. Histórias em quadrinhos como recurso didático para o ensino do corpo humano em anos iniciais do Ensino Fundamental. *Ciênc. educ.* Bauru. v. 20, n. 1, p.147-158, 2014.

KELLY-SANTOS, A.; ROZEMBERG, B. Comunicação por impressos na saúde do trabalhador: a perspectiva das instâncias públicas. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 929-938, 2005.

KELLY-SANTOS, A.; MONTEIRO, S.; ROZEMBERG, B. Significados e usos de materiais educativos sobre hanseníase segundo profissionais de saúde pública do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 857-867, 2009.

KELLY-SANTOS, A.; MONTEIRO, S. S.; RIBEIRO, A. P. G. Acervo de materiais educativos sobre hanseníase: um dispositivo da memória e das práticas comunicativas. *Interface*, Botucatu, v. 14, n. 32, p. 37-51, 2010.

KUBOTA, N. et al. Avaliação de material educativo: adequação de quatro volantes sobre alimentação da criança de 0 a 12 meses de idade. *Rev. Saúde Pública*, v. 14, n. 1, p. 101-122, 1980.

LALONDE M. A new perspective on health of Canadians. *Ottawa information*. Ottawa: Canadian Department of National Health and Welfare. 1974.

LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNEO, J. C. As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, J.C.; SANTOS, A. (org.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2005.

LUZ, Z. M. P.; SCHALL, V.; RABELLO, A. Evaluation of a pamphlet on visceral leishmaniasis as a tool for providing disease information to healthcare professionals and laypersons. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 608-621, 2005.

LUZ, Z. M. P. et al. Evaluation of informative materials on leishmaniasis distributed in Brazil: criteria and basis for the production and improvement of health education materials. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 561-569, 2003.

MAGALHÃES, A. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 89-118, Dec. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200004&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 21 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200004>.

MANO, S. M. F.; GOUVEIA, F. C.; SCHALL, V. T. "Amor e sexo: mitos, verdades e fantasias": jovens avaliam potencial de material multimídia educativo em saúde. *Ciênc. educ., Bauru*, v. 15, n. 3, p. 647-658, 2009.

MATOS, K. J. N.; STELKO-PEREIRA, A. C. Análise Aparente de Tecnologia Educativa para Universitários sobre Abuso Sexual Infantil. *Psico-USF*, Itatiba, v. 20, n. 2, p. 349-352, ago. 2015.

MENDO, M. A.; MAIA, F. A construção da via expressa TransOlimpica dentro da área da Colônia Juliano Moreira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Anais Eletrônicos*. São Paulo: ANPARQ, 2014. Disponível em: [http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-IM-009\\_MENDO\\_MAIA.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-IM-009_MENDO_MAIA.pdf) Acesso em: 03 nov. 2016.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v.21, n.3, p. 898-906, 2005.

MONTEIRO, P. H. N.; BIZZO, N. Hábitos, atitudes e ameaças: a saúde nos livros didáticos brasileiros. *Cad. Pesqui.* São Paulo, v. 44, n. 151, p. 132-154, 2014.

MONTEIRO, S. S.; VARGAS, E. P. (org.). *Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MONTEIRO, S. S.; VARGAS, E. P.; CRUZ, M. Desenvolvimento e uso de tecnologias educacionais no contexto da Aids e da saúde reprodutiva: reflexões e perspectivas. In: Monteiro, S.S., Vargas, E.P (org.). *Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde*.1.ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 27-48.

MONTEZUMA, R.C.M e OLIVEIRA, R.R. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. *Arquitextos*, v. 10, n.116, 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3385> Acesso em: 03 nov. 2016.

MOREIRA, M. F.; NOBREGA, M. M. L.; SILVA, M. I. T. Comunicação escrita: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. *Rev. bras. enferm.* Brasília, v. 56, n. 2, p. 184-188, apr. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672003000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672003000200015&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 18 mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672003000200015>.

MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; PEREIRA, I. B. Educação e Saúde na Prática do Agente Comunitário. In: MACEDO, M. C.; STAUFFER, A. B. (Org.). *Educação e saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007, p. 13-34.

NAME, L.; CARDEMAN, R. G. Cenários de Ocupação e Transformação da Paisagem na Baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 61-78, mai. /ago. 2014.

NOGUEIRA, M.; MODENA, C.; SCHALL, V. Materiais educativos impressos sobre saúde sexual e reprodutiva utilizados na atenção básica em Belo Horizonte, MG: caracterização e algumas considerações. *RECIIS*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 169-179, 2009.

OLIVEIRA, R. M.D.; VALLA, V.V. Living conditions and life experiences of working-class groups in Rio de Janeiro: rethinking dengue control and popular mobilization. *Cadernos de Saúde Pública*, n.17, p. 77-88, 2001.

OMS. Veinte pasos para desarrollar un proyecto de ciudades saludables. 2. ed., Copenhague, 1995.

PAIVA, A.P.R.C. (org.). *Caderno de Práticas e Soluções: uma construção coletiva para a promoção da saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/caderno-de-praticas-e-solucoes> Acesso em: 24 mai. 2016.

PAIVA, A.P.R.C.; VARGAS, E. P. Caderno de Práticas e Soluções: entre Saber e o Fazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 11., 2015, Goiânia. *Anais do 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*. Disponível em: [http://www.saudecoletiva.org.br/anais/index\\_int.php?id\\_trabalho=1625&ano=&ev=#menuanais](http://www.saudecoletiva.org.br/anais/index_int.php?id_trabalho=1625&ano=&ev=#menuanais) Acesso em: 28 jun. 2016.

PASQUALI, L. *Psicometria: Teoria e aplicações*. 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PIMENTA, D.N.; SILVA LEANDRO, A.M.; SCHALL, V. T. Experiências de desenvolvimento e avaliação de materiais educativos sobre saúde: abordagens sócio-históricas e contribuições da antropologia visual. In: Monteiro, S.S.; Vargas, E.P (org.). *Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 87-112.

PIMENTA, D.N.; DINIZ, H. M. N.; ANDRADE, M. A. M.; OLIVEIRA, P. R.; SILVA, J. F., DIAS, J. C. P.; SCHALL, V. T.; SANTOS, R. A importância do ergodesign na avaliação de

cd-rom sobre dengue e doença de chagas na educação em saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.147-167, 2008.

POTENGY, G. F.; HOPE, S. Identidade e Apropriação do espaço no bairro Colônia. In: VENANCIO; A. T. A.; POTENGY; G. F. (Org.). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia* Juliano Moreira. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 273-309.

PORTO, M.F.S.; PIVETTA, F. Por uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 207-229.

REIGOTA, M. A. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

REGO, T. C. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RIO DE JANEIRO. *Bairros Cariocas*. Jacarepaguá. Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm) Acesso em: 03 nov. 2016.

RIO DE JANEIRO. Instituto Pereira Passos. *Mapa Índice das Regiões Administrativas (RA)*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2871\\_ras\\_indice.JPG](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2871_ras_indice.JPG) Acesso em: 03 nov. 2016.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual No 2.377, de 28 de junho de 1974. Cria o Parque Estadual da Pedra Branca e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, RJ, 02 de jul. 1974. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde3/~edisp/inea0017768.pdf> Acesso em 8 nov. 2016.

ROSSI, S. Q. *et al.* Um novo olhar sobre a elaboração de materiais didáticos para educação em saúde. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 161-176, 2012.

ROZEMBERG B.; VASCONCELLOS-SILVA P.R., SILVA A.P.P. Impressos hospitalares e a dinâmica de construção de seus sentidos: o ponto de vista dos profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 18, n. 6, p. 1685-1694. 2002.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 2014.

\_\_\_\_\_. *Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Mussite, 2012.

\_\_\_\_\_. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003 apud FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. *Espaço Geográfico em Análise*, Paraná, n.17, p. 31-41, 2009.

SANTOS, A. K.; RIBEIRO, A. P. G.; MONTEIRO, S. Hanseníase e práticas da comunicação: estudo de recepção de materiais educativos em um serviço de saúde no Rio de Janeiro. *Interface*, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 205-218, 2012.

SANTOS, R. R. O. Para uma “nova cidade” um “novo plano”: o processo de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro à luz dos preparativos para os megaeventos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-> Acesso em: 8 nov. 2016.

SAQUET, M. A.; DA SILVA, S. S. Milton Santos: geography conceptions, space and territory/Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, Rio de Janeiro, p. 24-43, 2008.

SCHALL, V. T. Histórias, jogos e brincadeiras: alternativas lúdicas para crianças e adolescentes sobre saúde e ambiente. In: MASSARANI, L. *O pequeno cientista amador*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SOBRINHO-SANTOS, C. K. *et al.* Relatos de caminhoneiros sobre a prevenção do HIV e o material educacional impresso: reflexões para educação em saúde. *Ciênc. educ.*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1011-1030, 2015.

SOUZA, A. P. G.; OLIVEIRA, R. M. M. A. Aprendizagem da docência em grupo colaborativo: histórias infantis e matemática. *Educ. Pesqui.* v. 39, n. 4, p. 859-874, 2013.

SOUZA, L. M.; MORAIS, R. L. G. L.; OLIVEIRA, J. S. Direitos sexuais e reprodutivos: influências dos materiais educativos impressos no processo de educação em sexualidade. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 683-693, set. 2015.

TAFACKI, M. Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos. *Revista Ensaios*, Vol.7, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/novo/index.php/ensaios/article/view/1786/1233> Acesso em: 22 nov. 2016.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; SLATER, B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2386-2394, 2009.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 177-190, 1996.

VARGAS, E.P.; MONTEIRO, S.S. Banco de Materiais: Desenvolvimento e estímulo a novas pesquisas. In \_\_\_\_\_, (org.). *Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.143-154.

VASCONCELOS, E. M. *Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; URIBE RIVERA, F. J.; CASTIEL, L. D. Comunicação instrumental, diretiva e afetiva em impressos hospitalares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1667-1679, dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000600011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000600011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 mai. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600011>.

VASCONCELLOS-SILVA, P.R.; RIVERA, F.J.U.; ROZEMBERG, B. Próteses de comunicação e alinhamento comportamental sobre impressos hospitalares. *Rev. Saúde Pública*, v.37, n.4, p.531-42, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n4/16791.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2008.

VENANCIO, A. T. A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 35-52, dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500003&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 13 mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000500003>

VENANCIO, A. T. A.; POTENGY, G. F. Apresentação. In: VENANCIO; A. T. A.; POTENGY; G. F. (Org.). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p.13-18.

VERDADE, L. M.; LARRIERA, A. Biologia reprodutiva do jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) em São Paulo, Brasil. *Conservación y manejo de los Crocodylia de America Latina*, v. 1, p. 57-79, 1995.

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VIEIRA, G. M.; GOMES, M. L. M. Livros didáticos e formação de professores que ensinam Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Educ. Rev.* n. 54, p. 257-274, 2014.

VYGOTSKI, L. S. Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores. In: Lev Semiónovich Vygotski. *Obras Escogidas. Tomo III*. Madri: Visor/MEC. 1995. p. 11-46.

ZANON, D. A. V.; GUERREIRO, M. A. S.; OLIVEIRA, R. C. Jogo didático Ludo Químico para o ensino de nomenclatura dos compostos orgânicos: projeto, produção, aplicação e avaliação. *Cien. Cogn.* v. 13, n.1, p. 72-81, 2008.

ZÓZIMA, A. Um Brasil vestido de Chita - Olimpíadas 2016. *Revista Alterjor*. v.12, n.2, p.167-183, 2015.

## **ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

### **Roteiro de Entrevista para Público Participante da Concepção do Caderno de Práticas e Soluções**

#### **Características dos Entrevistados**

Nome: Identificação  
Idade: Sexo: Telefone:  
Endereço:  
Escolaridade: Ocupação/Envolv. Liderança:

Tem dificuldade para ler, letra de jornal, por exemplo?

#### **Em relação ao território e o *Campus***

- 1- O que você pensa sobre este lugar em que você mora?  
(É bom de morar? Esse lugar tem problemas? Quais são? Os problemas são mais localizados numa determinada região?)
- 2- Já faz um tempo que a Fiocruz chegou a Jacarepaguá, por meio do Campus, você acha que fez alguma diferença o fato da Fiocruz ter vindo para cá? O que você pensa sobre isso?

#### **Em relação aos temas Território, Saúde e Ambiente**

- 3- Voltando a pensar neste local, o Caderno foi pensado para aqui, você acha que o Caderno dá conta de atender as questões mais importantes deste ambiente?
- 4- E para você, o que é saúde?
- 5- Você acha que este material te ajudou de alguma forma a melhorar sua saúde ou teve mais qualidade de vida, como?
- 6- Para você, como os elementos saúde, ambiente e território/localidade estão relacionados?

#### **Em relação à concepção/participação do CPS**

- 7- Como você se interessou ou foi convidado a participar do Projeto do "Caderno" lembra?
- 8- Como foi a sua participação naqueles encontros antes do material ficar pronto? O que você achou daquelas reuniões, teve alguma dificuldade?
- 9- O que você imaginava/esperava de como ficaria este material?
- 10- Depois que ficou pronto, como foi ver este material que você ajudou a fazer, depois de um longo processo e espera, pela primeira vez? Você esteve no lançamento? Como foi aquele momento para você? Mostrar as fotos.

11- E aí, com o material pronto na sua mão, o que você achou? Ele atendeu às suas expectativas? Ou algum tema que você considerava importante ficou de fora?

### **Em relação aos usos do Material**

12- E depois, com o Caderno nas mãos, o que você fez com ele ou eles?

13- Você destaca alguma parte do Caderno? Qual?

14- Qual parte você mais gostou, por quê?

15- Alguma destas práticas você participou mais ou ajudou a escrever?

16- Dessas sugestões que o Caderno dá, você gostaria de fazer alguma? Tentou fazer? Por que não fez? Como aconteceu? Teve dificuldade? Para realizar uma destas práticas neste território você encontrou alguma dificuldade? Ou pode imaginar se amanhã você tentar se vai existir alguma dificuldade?

17- Você acha que o fato do material ser escrito, ele facilita ou dificulta a realização da prática? Você achou importante que o material fosse escrito, ou talvez fosse melhor outra forma de apresentação?

18- Além de fazer ou não alguma dessas ideias/sugestões, de alguma forma esse material foi útil para você? Como?

19- Você participou da distribuição ou da divulgação do material? Como?

20- Para quem você entregou, como foi a experiência? Qual foi a reação das pessoas quando você entregou? Como reagiram? Fizeram algum comentário depois de um tempo?

21- Conhece alguém na vizinhança que tenha usado o Caderno (que você não tenha entregue)? Já viu alguém folheando, lendo ou comentando sobre alguma prática ou que ajudou a resolver algum problema?

22- Você acha que o Caderno ajudou a melhorar as questões do território? Quais?

23- Você acha que este material pode ser usado em outros territórios/localidades ou só por aqui?

24- Passado esse tempo, pensando nos problemas que você lida diariamente, você tiraria ou acrescentaria alguma prática?

25- Tem alguma sugestão ou crítica sobre o Caderno?

## ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -  
FIOCRUZ/IOC



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O "Caderno de Práticas e Soluções" e seu público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente

**Pesquisador:** Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 48415915.9.0000.5248

**Instituição Proponente:** FUNDACAO OSWALDO CRUZ

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.308.309

#### Apresentação do Projeto:

TITULO DO PROJETO:

"O "Caderno de Práticas e Soluções e seu público ": um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente".

#### RESUMO DO PROJETO:

"Este projeto de investigação tem por objeto a análise da recepção e do uso do Caderno de Práticas e Soluções (CPS) pelos sujeitos aos quais se destinou, a população adulta do entorno do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), visando compreender os sentidos a ele atribuídos. O Caderno consiste em um material educativo diferenciado por apresentar práticas e soluções para questões relacionadas ao território, saúde e ambiente visando promover a qualidade de vida, cujo enfoque não está na doença. Foi desenvolvido de forma participativa, no contexto das tecnologias sociais, por representantes de grupos diversos como movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, pesquisadores internos e externos ao CFMA. Dado o contexto em que foi elaborado e distribuído este material, suscitou a seguinte indagação:

**Endereço:** Av. Brasil 4036, Sala 705 (Campus Expansão)

**Bairro:** Manguinhos

**CEP:** 21.040-360

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)3882-9011

**Fax:** (21)2561-4815

**E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -  
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 1.308.309

Folha de Rosto	Capa.pdf	18/08/2015 12:56:03	Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva	Aceito
----------------	----------	------------------------	--	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 04 de Novembro de 2015

---

**Assinado por:**  
**José Henrique da Silva Pilotto**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Brasil 4036, Sala 705 (Campus Expansão)  
**Bairro:** Manguinhos **CEP:** 21.040-360  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-4815 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br

## ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Projeto:** O ‘Caderno de Práticas e Soluções’ e seu público: um estudo dos usos de um material educativo sobre território, saúde e ambiente.

**Responsáveis:** Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva (pesquisadora - tel. 98119-4533)  
Eliane Portes Vargas (orientadora - tel. 2562-1602)

**Endereço:** Av. Brasil, 4365 - Pav. Lauro Travassos - Manguinhos, RJ - CEP 21040-360

**Comitê de Ética em Pesquisa Fiocruz** - tel. 2561-4815 e 3882-9011. Parecer no. 1.308.309

**Endereço:** Av. Brasil, 4036 Sala 705 (Campus Expansão) - Manguinhos, RJ

**Nome do Entrevistado:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**RG no.** \_\_\_\_\_ **Órgão Emissor:** \_\_\_\_\_

#### Declaro ter pleno conhecimento que:

1. Estou sendo convidado a participar do estudo que tem por objetivo: analisar aspectos relacionados à recepção e aos usos do material intitulado Caderno de Práticas e Soluções, junto ao seu público, população adulta do entorno do Campus Fiocruz Mata Atlântica, visando compreender os sentidos a ele atribuídos.
2. Os benefícios esperados por este estudo são: contribuir para a pesquisa de materiais educativos somando esforços na contramão dos materiais que são produzidos e não são analisados; que os órgãos de apoio/produção de materiais educativos, percebam a importância de analisar os materiais junto ao seu público e incluam as etapas de acompanhamento da distribuição e avaliação dos mesmos em seus editais; que percebam a importância da produção de forma participativa e ancorada em necessidades reais;
3. Este estudo não pretende me causar nenhum mal, apenas passarei por uma entrevista para falar sobre minhas impressões e experiências com o Caderno de Práticas e Soluções;
4. A entrevista será marcada previamente, podendo acontecer na minha casa ou em outro local a combinar com o pesquisador, serão realizadas com uso de gravador;
5. Não serei identificado por meu nome ou endereço;
6. A participação no estudo pode causar um risco imediato na dimensão social ou cultural;
7. Se por algum motivo desista de participar do estudo, terei a liberdade de retirar meu consentimento deixando de participar sem penalização alguma ou prejuízo;
8. Terei acesso aos pesquisadores envolvidos podendo tirar dúvidas sobre o estudo e minha participação, agora e em qualquer momento da pesquisa bastando ligar para os telefones à cima;
9. Os dados da pesquisa podem vir a ser publicados/divulgados, desde que garantido o disposto no item 5;
10. Não gastarei nada para participar deste estudo e também não receberei dinheiro ou recurso.
11. Ficarei com uma via deste documento para eventual necessidade.

**Assinatura Entrevistado:** \_\_\_\_\_

**Assinatura Pesquisador:** \_\_\_\_\_

**Assinatura Orientador:** \_\_\_\_\_